



PESQUISA

PopRua



Fundo de População
das Nações Unidas



Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal



Fundo de População
das Nações Unidas



Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

Governo do Distrito Federal

Ibaneis Rocha
Governador

Paco Britto
Vice-governador

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal

Ney Ferraz
Secretário

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF

Jeansley Lima
Presidente

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga
Diretora de Desenvolvimento Institucional

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Daienne Amaral Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Clarissa Jahns Schlabit
Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - Dipos/IPEDF

Daienne Amaral Machado - Diretora

Coordenação de Estudos e Pesquisas Qualitativas de Políticas Sociais - COPQL/Dipos/IPEDF

Tatiana Lemos Sandim - Coordenadora
(até julho de 2022)

Marcela Machado - Coordenadora

Elaboração do estudo - IPEDF

Tatiana Lemos Sandim
Coordenadora

Elisete Rodrigues de Souza
Pesquisadora

Diego Rodrigues de Loiola
Estagiário

Mirella Cruz de Sousa Benigno
Estagiária

Acса Rodrigues Ferreira Guimarães
Pesquisadora

Daienne Amaral Machado
Diretora

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedes

André Luiz Trigueiro Santoro
Gerente do Serviço Especializado
de Abordagem Social

Adriana Pinheiro Carvalho
Especialista em Assistência Social -
Psicóloga

Fundo das Nações Unidas para a População - UNFPA

Vinicius do Prado Monteiro
Oficial de Programa

Qualitest Inteligência em Pesquisa

Coordenação

Alan Silva de Sousa

Claudecir Gomes

Cristiano Araújo

Karoliny Bianchi Morello

Supervisores

Alessandro Diniz Carvalho

Cristiane Pereira da Costa Felix

Emmanuella Juliana Santos Neres

Gefferson da Silva

Iara dos Anjos Santana

Iromar Sousa do Lago

Layane Maria da Conceição

Letícia Campelo Azevedo

Lucimar Gomes da Silva

Patrícia Medeiros

Rita de Cássia Conceição Campelo

Rafael de Souza

Rosimeire Rocha Soares de Franca

Valdice Dias Monteiro Alves

Equipe de entrevistadores

Aleksandar Balinda

Alessandro Diniz Carvalho

Amanda Ferreira

Ana Carolina Alves

Ana Cláudia Rocha Da Silva

Anna Patrícia Sousa Costa

Douglas Matos

Eduarda Mikaella Gomes

Eilane Matos De Oliveira





Elizabete Alves Da Silva Ramos Dos Santos
Emmanuella Juliana Santos Neres
Evilardo De Santana Souza
Fernando Pereira Da Costa
Francilene Alves De Melo
Francisco Cunha
Geifferson Da Silva Alves
Gisele Da Silva Souza
Gislene Matos
Hally Borba
Hari Kraemer
Iara Dos Anjos Santana
Iromar Sousa Do Lago
Jane Mendes
Jessica Vanessa Araújo Da Silva
João Pedro Melo
Josenilton Pereira Barbosa
Karla Adrianne Nogueira Barreto
Kleidson Oliveira Beserra
Layane Maria Da Conceição
Leda De Assis Moraes
Letícia Campelo Azevedo
Letícia Meneses Da Silva
Letícia Soares Viana
Lorena Amaral
Luana Morena
Lucas Almeida
Lucimar Gomes da Silva
Lucio Gomes dos Santos
Marcelene Paulino
Maria Eduarda
Marlene Matos

Mona Lisa Nascimento do Nascimento Vieira
Monica Martins dos Santos
Patricia de Medeiros
Poliana Gomes Galvão
Priscilla Lorena Teixeira de Alexandria
Rafael de Souza
Raimunda Jessica dos Santos
Ranyelli de Souza Torres
Raul Souza da Costa
Renata Barci
Renilce Ferreira Borges da Nóbrega
Rita Coelho
Rita de Cássia Conceição Campelo
Robson Oliveira Rangel
Rosalina Souza Couto Soares
Rosangela Pereira Barbosa da Silva
Rosimeire Rocha Soares de França
Rui Carlos Mota
Sofia Gomes
Stella Gomes Alves dos Santos
Thais Luiza Rodrigues da Silva
Thâmisa Mara Reis de Almeida
Thomas Gutemberg Pereira
Valdemar Almeida dos Santos
Valdice Dias Monteiro Alves
Vânia Maria da Silva

Revisão e copidesque

Heloisa Faria Herdy

Editoração Eletrônica

DUO Design





SUMÁRIO

01. INTRODUÇÃO	07
População em situação de rua e suas definições.....	13
02. METODOLOGIA	19
Revisão bibliográfica exploratória.....	23
Elaboração dos instrumentos de coleta.....	24
Estrutura geral dos instrumentos.....	26
Planejamento territorial da coleta de dados.....	28
Análise dos dados de monitoramento do Serviço Especializado de Abordagem Social.....	29
Estratégia de logística de deslocamento pelo território.....	30
Discussão da proposta metodológica com organizações relevantes.....	36
Preparação da equipe de entrevistadores/as e supervisores/as.....	37
Execução da coleta dos dados.....	39
Checagem dos dados.....	41
03. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	42
Distribuição socioespacial da população em situação de rua.....	43
Identificação da situação de rua.....	46
Tempo de permanência em situação de rua.....	47
Sexo, identificação e orientação sexual.....	48
Idade.....	48
Cor/Raça.....	49
Situação educacional.....	50
Migração e vínculo com moradia fixa.....	51
Vínculo com casa/residência fixa.....	52





Benefícios.....	53
Trabalho e renda.....	55
Saúde.....	57
Saúde sexual e reprodutiva.....	60
Uso de drogas, álcool ou cigarro.....	60
Vínculos pessoais e familiares.....	62
Vida na rua.....	64
Documentação civil básica.....	64
Posse de aparelho celular e acesso à internet.....	66
Segurança alimentar, acesso a alimentos, água e banheiro.....	66
Percepção sobre a situação de rua.....	68
Serviços públicos acessados.....	70
Serviços de acolhimento institucional.....	75
Crianças e adolescentes em situação de rua.....	77

04. CONSIDERAÇÕES FINAIS **85**

Referências Bibliográficas.....	94
Apêndices.....	97
Apêndice A - Síntese da busca bibliográfica.....	97
Apêndice B - Rede de serviços ofertados à população em situação de rua no Distrito Federal.....	98
Apêndice C - Distribuição dos questionários checados por região administrativa.....	102
Apêndice D - Gráficos e tabelas auxiliares.....	103
Anexo I - Nota metodológica e cálculo amostral.....	107



01

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

Foto: Vietnam Stock Images/shutterstock.com

Este relatório apresenta os principais resultados da pesquisa “Perfil da população em situação de rua no Distrito Federal”. O estudo teve como objetivo geral quantificar e diagnosticar o perfil da população em situação de rua no Distrito Federal para subsidiar proposições legislativas, intervenções e políticas públicas alinhadas às necessidades dessa população.

Os **objetivos específicos** foram:

- » Realizar a contagem das pessoas em situação de rua que estivessem no espaço das ruas, em serviços de acolhimento institucional e em comunidades terapêuticas de todas as regiões administrativas do Distrito Federal; e
- » Realizar, por coleta amostral, caracterização do perfil das pessoas em situação de rua no Distrito Federal abordadas na rua e nos serviços de acolhimento.

Esta pesquisa contribui para suprir uma lacuna de 11 anos em que não houve pesquisas sobre

a população em situação de rua residente no Distrito Federal. O estudo anterior, de autoria de Bruna Papaiz Gatti e Camila Potyara Pereira, pesquisadoras e professoras da Universidade de Brasília, foi publicado em 2011. Desde então, muita coisa mudou e, entre os anos de 2020 e 2022, o país vivenciou uma pandemia e as condições de isolamento impostas à toda a população trouxeram uma série de impactos para a população em situação de rua. Quando a ordem geral é para ir para a casa, para onde vai quem não tem uma? Nesse cenário, a população que ocupa os espaços da rua saltou aos olhos, mesmo de quem não estava acostumado a vê-la.

A pesquisa contou com uma coleta de dados primários, realizada em fevereiro de 2022, junto à população em situação de rua do Distrito Federal. Foram percorridas todas as 33 regiões administrativas do Distrito Federal. No total, foram encontradas 2.938 pessoas, distribuídas nos espaços públicos, serviços de acolhimento e comunidades terapêuticas de 30 das 33 regiões administrativas do Distrito Federal.

Pessoas em situação de rua: um problema complexo

O fenômeno social da situação de rua é tão antigo quanto o surgimento dos aglomerados humanos, que atualmente denominamos como cidades. Registros históricos sobre a ocupação de espaços públicos como locais de moradia, sustento e convivência podem ser encontrados em publicações bastante antigas, como é o caso do importante “Tratado de socorro aos pobres” de Juan Luís Vives, escrito nas primeiras décadas do século XVI (1526¹). Nessa obra, o humanista espanhol propôs, de forma pioneira, ações coletivas para o atendimento da população pobre e, em especial, para a parcela que vivia no espaço da rua.

Apontar a antiguidade de uma questão social, ao contrário de afirmar a impossibilidade de solucio-

ná-lo, serve para evidenciar sua complexidade e a necessidade de pensar em desenvolvimento de estratégias de enfrentamento ainda não experimentadas. Nesse sentido, a literatura acadêmica destaca que construir conhecimento sobre a população em situação de rua, é apenas o primeiro passo para resolução dessa questão.

Pessoas vivendo em situação de rua podem ser facilmente classificadas - do ponto de vista da gestão pública - como um “problema complexo” (Rittel, Webber, 1973). Problemas desse tipo têm como principal característica a impossibilidade de ser decomposto em várias “partes” para serem solucionados. Para a solução, problemas desse tipo exigem ações intersetoriais, cujas bases teóricas são comumente escassas, carentes de robustez e retroalimentação a partir de práticas de sucesso, raras nas experiências da administração pública brasileira.



Foto: Salty View/shutterstock.com

1 Juan Luis Vives foi um importante humanista espanhol e escreveu o “Tratado del socorro de los pobres” em 1526, em latim. Uma tradução ao castelhano foi publicada em 1781. O livro representou um marco no atendimento aos pobres - não só aos que viviam nas ruas - na região e influenciou ações desenvolvidas à época.

A breve (e recente) trajetória das pesquisas sobre a população em situação de rua no Brasil

A trajetória de levantamentos oficiais sobre a população em situação de rua ainda é recente no Brasil. No início da década de 1990, o livro “População de Rua: quem é, como vive, como é vista”, organizado por Maria Vieira, Eneida Bezerra e Cleisa Rosa (1992), apontou a existência de lacunas de estatísticas precisas e confiáveis sobre essa população no Brasil. A retrospectiva histórica aponta que foi esse o momento em que pesquisas junto a população em situação de rua, passaram a fazer parte da agenda política brasileira.

O pioneirismo das iniciativas para suprir tais lacunas foi da capital mineira, Belo Horizonte, cuja prefeitura executou o I Censo da População em Situação de Rua de Belo Horizonte (1998). Esse levantamento identificou 1.120 pessoas em situação de rua entre adultos e menores de 18 anos naquele momento. Na cidade de São Paulo, a primeira pesquisa censitária aconteceu no ano 2000 e, desde então, é a cidade brasileira que realiza este trabalho com maior regularidade. A capital paulista realizou seis pesquisas nos anos de 2000, 2009, 2011, 2015, 2019 e, mais recentemente, em 2021, quando foram identificadas 31.884 pessoas em situação de rua (Prefeitura Municipal de São Paulo, 2021).

Outras pesquisas similares foram desenvolvidas em capitais como Salvador (2017), Porto Alegre (2012), Florianópolis (2017), Rio de Janeiro (2020) e Fortaleza (2022). Em todas as pesquisas mencionadas, houve um esforço para a contagem da população com a realização de um censo. Na maior parte dos casos, houve também uma carac-

terização do grupo pesquisado, com a utilização de questionários amostrais mais abrangentes.

No Distrito Federal, identificam-se duas pesquisas que buscaram quantificar e conhecer o perfil das pessoas em situação de rua. A primeira, realizada em 2010² pelo então órgão gestor da política de assistência social, contabilizou 2.365 pessoas adultas nessa condição. Em seguida, em 2011, foi realizado um estudo acadêmico por pesquisadoras da Universidade de Brasília, do tipo levantamento censitário, que identificou 2.512 pessoas, sendo 1.972 adultas e 540 crianças e adolescentes em situação de rua. Desde então, não foram realizadas novas pesquisas com esse caráter na capital brasileira.

Em 2008, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou a primeira e, até hoje, única a pesquisa nacional com a população em situação de rua. Publicada em 2009, a pesquisa localizou 31.922 pessoas em situação de rua distribuídas nas 71 cidades pesquisadas. A pesquisa, intitulada “Rua: Aprendendo a Contar”, atendeu a uma demanda histórica da sociedade civil, especialmente dos movimentos sociais da população em situação de rua, ao produzir dados estatísticos confiáveis e subsidiar a elaboração de políticas públicas e a consequente prestação de serviços de atendimento a este segmento populacional.

Em 2013, o IBGE realizou uma pesquisa piloto no Rio de Janeiro, em busca de subsídios para proposição de uma metodologia nacional. Contudo, esse primeiro esforço do órgão nacional de estatísticas oficiais ainda não se traduziu na adoção de uma estratégia mais frequente de contagem e levantamento de perfil dessa população. Ou mesmo na realização de uma pesquisa nacional mais recente.

2 O relatório da pesquisa não foi identificado. O dado apresentado foi retirado de uma matéria publicada no jornal Correio Braziliense. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/12/18/interna_cidadesdf,228315/levantamento-nas-30-regioes-do-df-traca-perfil-de-2-365-moradores-de-rua.shtml. Acesso em 01 jun. 2022.



Foto: Followtheflow/shutterstock.com

O desenho da pesquisa distrital

O desenho metodológico desta pesquisa e sua execução foram norteados pela preocupação com a qualidade metodológica, para que os dados e as análises geradas fossem confiáveis e úteis a gestores (as) distritais, legisladores (as) e sociedade civil. Os desafios metodológicos - tanto aqueles comuns a qualquer pesquisa empírica, como aqueles particulares à essa população vulnerável - foram bastante discutidos. Primeiramente, a complexidade do fenômeno em estudo se apresentou na própria definição de “população em situação de rua”. O termo ainda é objeto de disputa e negociação e tem seus limites postos à prova por várias razões.

Para este estudo, considerou-se como população em situação de rua as pessoas que dormiram na rua ou em um serviço de acolhimento institucional para pessoas no dia em que foram abordadas pela pesquisa, ou que o fizeram pelo menos uma noite nas sete noites anteriores à pesquisa. Em comunidades terapêuticas, foram consideradas pessoas em situação de rua aquelas que dormiram na rua pelo menos uma noite nas sete noites anteriores à sua ida para a instituição.

Outro desafio metodológico foi o de como localizar e abordar essa população. As pessoas em situação de rua não têm endereço fixo, nem sempre têm documentação civil básica e parte dela é avessa ao contato com agentes públicos (Filho, 2007). Esses e outros desafios foram discutidos de forma franca com outras diretorias do IPEDF, com equipes de órgãos do Governo o Distrito Federal e com equipe de fora do governo - e estão registrados de forma transparente neste relatório.

Em todas as fases do planejamento, a pesquisa contou com parcerias institucionais fundamentais, como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedes, o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA e a Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz. Representantes dessas instituições se reuniram periodicamente com a equipe do IPEDF para a construção coletiva das estratégias da pesquisa. Além disso, em vários momentos, foram acionados outros parceiros, como o Fórum da Rua do Distrito Federal, representantes locais do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Defensoria Pública do Distrito Federal, Pastoral da Rua, entre outros. As Secretarias de Estado do Governo do Distrito Federal também foram convidadas a apresentar suas sugestões e demandas de informações sobre a população em situação de rua.

Para a execução da coleta dos dados, foi contratada a Qualitest Inteligência em Pesquisa por meio de processo licitatório. Os recursos foram disponibilizados pela deputada Arlete Sampaio e pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. A análise dos dados foi realizada pela equipe técnica da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - Dipos/IPEDF.

Além desta introdução, este relatório tem uma segunda seção, que apresenta o conceito de população em situação de rua e discute brevemente outras definições usadas pela literatura e em pesquisas semelhantes a esta; uma terceira seção, sobre aspectos metodológicos, em que foram detalhados os procedimentos de preparação, coleta e análise dados; uma de descrição e análise dos dados e, por fim, na quarta seção, as conclusões do estudo.

O que se espera com os resultados dessa pesquisa é, primeiramente, gerar dados e informações úteis à ação pública, subsidiando intervenções

políticas e programas informados por evidências metodologicamente robustas. Como resultado adicional, espera-se que esta pesquisa inaugure um período de novas investigações periódicas, aprimoradas a cada nova edição e alinhadas às necessidades governamentais e sociais do Distrito Federal.



Foto: Wirestock Creators/shutterstock.com



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS DEFINIÇÕES

Foto: Creative Cat Studio/shutterstock.com

Elaborar conceitos é, em última análise, um exercício de identificação das características comuns a um grupo que se deseja diferenciar com relativa clareza do restante da população para uma vez selecionado, pesquisá-lo, ou agir junto a ele, por exemplo. Conceitos bem elaborados são, entre outras coisas, condição fundamental para a definição do público de uma determinada política ou intervenção pública. Nesse caso, a conceituação é também a definição do que é o objeto de estudo – e, por conseguinte, também do que não é, e enfrentar essa questão também como condição fundamental para a realização de uma pesquisa.

Se há um consenso entre os estudiosos do fenômeno da população em situação de rua é sobre a dificuldade de elaborar uma definição única e precisa (Laberge e Roy 1994) sobre esse grupo populacional. Existem muitas definições para a

população em situação de rua e elas variam na mesma proporção em que as realidades observadas se diversificam, tanto em âmbito local, quanto nacional e internacional.

As definições variam também em relação às dimensões que se observa para caracterizar esse grupo. Países com sistemas de proteção social mais robustos e abrangentes costumam adotar definições mais amplas, o que significa observar poucas dimensões e, em alguns casos, apenas uma: a ausência de moradia. Países em desenvolvimento são mais restritivos ao conceituar população em situação de rua, pois consideram um número maior de dimensões da vida, como os vínculos familiares e o nível de renda e, ainda, excluem as pessoas que habitam moradias improvisadas, por exemplo. (UN-Habitat, 2007), (Speak, 2004; Tipple & Speak, 2005, 2006, 2009).

Principais conceitos identificados na literatura

O Quadro 1 busca sintetizar diferentes conceitos propostos pela literatura e empregados por pesquisas semelhantes a esta.



QUADRO 01

Síntese dos principais conceitos de população em situação de rua identificados

INSTRUMENTO, AUTOR(A) E ANO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CONCEITO
COMISSÃO EUROPEIA (2007)	Enfatiza ausência e/ou precariedade de habitação
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL CHILENO (2014)	Engloba ausência e/ou precariedade de habitação e inclui pessoas com reconhecida trajetória em situação de rua e que usam serviços voltados para essa população
PESQUISA EXPLORATÓRIA REALIZADA EM SÃO PAULO. VIEIRA ET. AL. (1992)	Inclui pessoas que vivem na rua – circunstancialmente ou permanentemente – e as que sobrevivem da rua. Destaca condição de pobreza.
I CENSO DE BELO HORIZONTE. PREFEITURA MUNICIPAL (COSTA, 1998)	Enfatiza o pernoite na rua ou em “albergues” públicos. Enfatiza dimensão de renda. Inclui expressamente crianças.
II CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE (FERREIRA, 2005)	Destaca a heterogeneidade da população e o trabalho na rua e a natureza dos vínculos familiares.
CONTAGEM DA POPULAÇÃO DE RUA DE SÃO PAULO. PREFEITURA MUNICIPAL (1991, 1994, 1996, 1998)	Enfatiza a sobrevivência e a moradia na rua.
SILVA (2009)	Enfatiza a heterogeneidade da população e as relações com a rua, serviços de assistência social e moradia. É muito similar ao conceito adotado na política nacional (Brasil, 2009).
POLÍTICA NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. GOVERNO FEDERAL. (2009)	Observa as relações com a rua, moradia e a natureza dos vínculos familiares e o uso dos serviços socioassistenciais de acolhimento. Enfatiza a heterogeneidade e a extrema pobreza
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: APRENDENDO A CONTAR (I CENSO NACIONAL) (MDS, 2009)	Adota o conceito da política nacional (Brasil, 2009)
CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO PAULO. (FIPE, 2009, 2015; FESP, 2011)	Considera a ausência de moradia, o pernoite na rua e o acesso aos serviços socioassistenciais de acolhimento.
CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO PAULO (QUALITEST, 2019, 2021)	Adota o conceito da política nacional (Brasil, 2009)
PROJETO RENOVANDO A CIDADANIA, REALIZADO NO DISTRITO FEDERAL. (GATTI, PEREIRA, 2011)	Adota o conceito desenvolvido por Silva (2009).
CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE. (PIMENTA, 2019)	Considera as pessoas que estão perambulando pelas ruas e que fazem da rua o espaço de existência e as que estão em serviços socioassistenciais de acolhimento.
CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE FLORIANÓPOLIS. (2017)	Adota o conceito da política nacional (Brasil, 2009)
CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SALVADOR. (CARVALHO, SANTANA, VEZEDEK, 2017)	Destaca a heterogeneidade e a vulnerabilidade, as conexões com a rua e com os serviços de assistência social.
CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO RIO DE JANEIRO. (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2020)	Adota o conceito da política nacional (Brasil, 2009)
CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE FORTALEZA (2022)	Adota o conceito da política nacional (Brasil, 2009)

Elaboração: Dipos/IPEDF.

O conceito da Federação Europeia de Organizações Nacionais (Feantsa), rede europeia cujo foco é a população em situação de rua, é uma definição ampla do fenômeno social. Segundo ele:

Uma pessoa é sem-teto se não tiver acesso a acomodações, que poderia razoavelmente ocupar (...) Como resultado, ela é forçada a dormir fora em edifícios que não atendem aos critérios geralmente reconhecidos para habitação; em um centro de emergência ou permanência dependente do setor público ou de organizações de caridade; em uma pousada; em outra acomodação de curta duração; com amigos ou família; nos squats ocupados sem autorização.

(EUROPEAN COMMISSION, 2007).

Este conceito, elaborado na década de 2000 e amplamente utilizado por países da União Europeia, enfatiza a dimensão da habitação, especificamente sua ausência e/ou precariedade e usa a expressão “sem-teto” para se referir a indivíduos que vivenciam a situação de rua. (BOURGOIS, 2019; EUROPEAN COMMISSION, 2007). Esse conceito inspirou outros países como o Canadá, Estados Unidos e Austrália que, ainda que considerem outras dimensões, têm a

ausência de moradia como o principal fator para a identificação de uma pessoa ‘sem teto’.

Na América Latina, estar em situação de rua extrapola “a falta de uma habitação que tenha condições mínimas e básicas, considera a “desproteção anterior dos direitos” e observa se a rua integra a trajetória da vida das pessoas (SOTO- MÉNDEZ, 2019, p.98). O conceito chileno, por exemplo, aponta como pessoas em situação de rua aquelas que

carecem de residência fixa e pernoitam em locais, públicos ou privados, que não têm as características básicas de um lar, embora cumpram essa função (não inclui acampamentos). Da mesma forma, aquelas pessoas que, de acordo com uma reconhecida trajetória de situação de rua, recebem alojamento temporário ou por períodos significativos, prestados por instituições de apoio biopsicossocial.

(Ministerio de Desarrollo Social, 2014, p. 47)³.

No Brasil, o conceito definido pela política nacional da população em situação de rua (Brasil, 2009) expressa a situação do indivíduo em relação à rua, tal qual na perspectiva latino-americana. É não a mera “ausência de moradia regular” Segundo a política, entende-se por

3 Original em espanhol: “carecen de residencia fija y que pernoctan en lugares, públicos o privados, que no tienen las características básicas de una vivienda, aunque cumplan esa función (no incluye campamentos). Asimismo, aquellas personas que de conformidad con una reconocida trayectoria de situación de calle reciben alojamiento temporal o por períodos significativos, provisto por instituciones que les brindan apoyo biopsicosocial” (Ministerio de Desarrollo Social, 2014, p. 47)

população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

(Brasil, 2009b, art. 1o).

Esse conceito, elaborado em 2009, teve como precedentes pesquisas municipais que buscaram identificar e definir esta população. Uma das contribuições mais importantes foi de uma pesquisa exploratória realizada no município de São Paulo. Na ocasião, definiu-se a população em situação de rua como “a que sobrevive da rua, utilizando-a circunstancialmente ou de forma permanente como moradia” e que “indiscutivelmente se encontra numa situação de extrema pobreza” (VIEIRA, et.al., 1992, p.14,18). Já em 2009, Maria Lucia L. da Silva propôs um conceito para esta população em seu livro “Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil”, similar ao registrado no texto da política nacional os “vínculos familiares”. A autora não menciona, apenas, a dimensão dos vínculos familiares.

Antes da política nacional, pesquisas locais eram desenvolvidas a partir de definições próprias. O I Censo da População em Situação de Rua de Belo Horizonte, que foi a primeira pesquisa censitária com essa população no Brasil, considerou aspectos conceituais semelhantes aos da pesquisa de

Vieira et.al. (1992). O conceito belo-horizontino definiu essa população como

População de baixa renda, em idade adulta que, por contingência temporária ou permanente, pernoita em logradouros públicos (...) e albergues públicos. O conceito abrange crianças e adolescentes, desde que em companhia das respectivas famílias.

(BELO HORIZONTE, 1998, pág.6).

As pesquisas realizadas em São Paulo anteriores à 2009, quando a política nacional foi instituída, adotaram inicialmente um conceito que considerou a sobrevivência e a moradia na rua (SÃO PAULO, 1991, 1994, 1996, 1998) e, mais recentemente, a ausência de moradia, a pernoite na rua e o acesso aos serviços socioassistenciais de acolhimento (FIPE, 2009, 2015; FESP, 2011).

A política nacional teve papel indutor em relação ao conceito. A maioria das pesquisas realizadas nos anos seguintes à sua promulgação, se orientaram pelo conceito nela expresso (SÃO PAULO, 2019, 2021; IBGE, 2014; FLORIANÓPOLIS, 2017; SALVADOR, 2017; SICARI; ZANELLA, 2018; HUNGARO, et al., 2020).

Isso, entretanto, não foi unânime e houve também pesquisas realizadas depois de 2009 que utilizaram conceitos distintos. A pesquisa realizada em Porto Alegre em 2019, por exemplo, utilizou uma definição mais ampla e considerou como público as pessoas que utilizam os serviços de acolhimento institucional e aquelas que perambulam pelas ruas e fazem delas seu espaço de existência (PIMENTA, 2019).

No Distrito Federal, em 2011, o Projeto Renovando a Cidadania, desenvolvido pelas professoras e pesquisadoras da Universidade de Brasília Bruna Papaiz Gatti e Potyara Pereira, realizou uma pesquisa cujo objetivo foi realizar um levantamento censitário da população em situação de rua no Distrito Federal, enfatizando a obtenção de dados e informações que permitam compreender a singularidade do seu perfil e das suas condições de vida (GATTI; PEREIRA, 2011). Nessa pesquisa, o conceito utilizado tomou como base aquele elaborado por Silva (2009), que define a população em situação de rua nos seguintes termos:

Grupo populacional de composição heterogênea, mas que possui em comum a pobreza extrema, a ausência de moradia convencional regular e que pernoita de maneira contumaz em logradouros públicos, espaços degradados ou abandonados, terrenos baldios ou outras áreas não-urbanizadas e/ou instituições de abrigo e acolhida (GATTI; PEREIRA, 2011).



Foto: Matt Gush/shutterstock.com

A incorporação da noção de “situação” para se referir às pessoas que estão nas ruas pretendeu enfatizar o caráter processual, dinâmico, transitório e singular, uma vez que se trata de um fenômeno complexo e com múltiplos atravessamentos. Partindo dessa perspectiva, estar em situação de rua implica mais que a utilização do espaço público como lugar de pernoite; essa situação é sistematicamente atravessada por dimensões culturais, políticas, históricas, sociais e econômicas (SEIDMANN et al., 2015).

Definição de população em situação de rua neste trabalho

Para identificar as pessoas que seriam entrevistadas por meio desta pesquisa, optou-se por utilizar o conceito da política nacional. Para operacionalizá-la, foram realizadas as seguintes perguntas:

- » Onde você vai dormir hoje?
- » Onde você dormiu nos últimos sete dias?

Caso a pessoa respondesse que dormiria ou tinha dormido pelo menos uma vez nos últimos sete dias na rua ou em um serviço de acolhimento, o questionário seria preenchido. Para a aplicação dos questionários aplicados em comunidades terapêuticas, foi investigado onde a pessoa dormiu nos sete dias anteriores à sua ida para a instituição.

Para chegar a essa decisão, foram consideradas, principalmente, as pesquisas já realizadas que forneciam diretrizes claras para a identificação das pessoas em situação de rua, por meio de questões já testadas em instrumentos de coleta.

Outra definição a ser testada

O conceito da política nacional agregou segurança e rigor científico à realização da pesquisa. Entretanto, no processo de planejamento metodológico, as experiências dos profissionais parceiros que lidam com a população em situação de rua no Distrito Federal davam conta de que havia especificidades que não eram apreendidas por ele.

Nesse contexto, foi elaborado um conceito próprio, com a expectativa de que seja mais aderente à realidade do Distrito Federal:

Todas as pessoas que se identificam em situação de rua ou que usam a rua como espaço de moradia eventual ou permanente e/ou de sustento e que mantêm laços sociais e afetivos com outras pessoas em situação de rua ou com a própria dinâmica da rua. Inclui também as pessoas que estão em acomodação temporária para pessoas em situação de rua.

A proposta de embasar esse novo conceito é tornar o conceito mais amplo. Assim, o conceito é mais próximo do que é adotado na comunidade europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2007) e daquele utilizado no censo indiano, quando este aponta que, em algumas situações, a pessoa em situação de rua possui moradia, porém em lugar diferente daquele onde passa a maior parte de seu tempo (DUPONT, 1999). Com isso, extrapola-se a ausência de moradia como dimensão constitutiva na identificação da situação de rua.

Tanto o conceito adotado pela Índia como o da pesquisa realizada em Porto Alegre em 2016 (Pimenta, 2019)⁴ consideram para caracterização da população em situação de rua aspectos relacionados à dinâmica da rua e à construção subjetiva de pertencimento ao espaço público. Tais conceitos incluem na população em situação de rua as pessoas que fazem da "rua seu local de existência e habitação." (Pimenta, 2019) e, com isso, apontam para a relação estabelecida com a rua e os laços criados entre as pessoas que compartilham essa condição, como um dos aspectos distintivos da população em situação de rua.

Os aportes extraídos desses conceitos foram discutidos com as instituições parceiras da pesquisa (Sedes, Unfpa e Fiocruz) e consideradas pertinentes para o contexto do estudo aqui apresentado. Isso porque a hipótese construída sustenta que a heterogeneidade das pessoas nas ruas do Distrito Federal é bastante ampla e inclui as que não necessariamente romperam vínculos familiares, estão em situação de pobreza extrema e podem ter uma referência de moradia fixa, ainda que não permaneçam nela durante todo o tempo.

Apesar de parecer mais adequado à realidade do Distrito Federal, esse conceito mostrou-se de difícil operacionalização. Optou-se, então, por elaborar perguntas-filtro capazes de discernir com clareza quem eram as pessoas que deveriam participar da pesquisa, sem prejuízo de, por meio de análises dos dados coletados, testar em outro trabalho o conceito elaborado, aferindo sua pertinência para a identificação de pessoas em situação de rua no contexto deste estudo.

⁴ Adultos que se encontravam em abrigos e albergues destinados ao acolhimento e/ou ao abrigo temporário, intermitente ou definitivamente, assim como aqueles que se encontravam em atividades de perambulação/circulação pelas ruas e/ou que disseram fazer da rua seu local de existência e habitação, mesmo que temporariamente.



02 ::::

METODOLOGIA





METODOLOGIA

Foto: guruXOX/shutterstock.com

A metodologia da pesquisa foi desenvolvida pela equipe da Dipos/IPEDF e por representantes da Sedes, do UNFPA e da Fiocruz. Para a coleta dos dados, foi contratada, via procedimento licitatório, a Qualitest Inteligência em Pesquisa. A metodologia elaborada foi debatida tecnicamente com a empresa e várias adaptações foram incorporadas nos procedimentos executados a partir desses debates. Os procedimentos descritos nesta seção refletem o estágio final de desenvolvimento metodológico, alcançado por meio de uma série de reuniões preparatórias - tendo sido a maior parte realizada virtualmente durante a pandemia da Covid-19.

As decisões metodológicas descritas nesta seção foram norteadas pelos objetivos da pesquisa, abaixo retomados, e pela preocupação em evitar subnotificação e dupla contagem de pessoas.

Os objetivos específicos inicialmente definidos para esta pesquisa foram:

- » Realizar a contagem das pessoas em situação de rua que estivessem no espaço das ruas, em serviços de acolhimento institucional e em comunidades terapêuticas de todas as regiões administrativas do Distrito Federal; e
- » Realizar, por coleta amostral, caracterização do perfil das pessoas em situação de rua no Distrito Federal abordadas na rua e nos serviços de acolhimento.

As seguintes características da população em situação de rua foram consideradas para as decisões metodológicas:

1. **A população que se encontra no espaço da rua é heterogênea.** Antes da ida ao campo, sabíamos que seriam encontradas pessoas com perfis muito distintos. A metodologia precisava ser capaz de selecionar aquelas que estão em situação de rua daquelas que

usam o espaço da rua para atividades de renda e sobrevivência. Foram consideradas em situação de rua as pessoas que dormiram na rua pelo menos uma vez nos últimos sete dias. Assim, aquelas que trabalham diariamente nos espaços públicos e, ao fim do dia, voltam para casa não foram incluídas na pesquisa.

2. **A população em situação de rua costuma deslocar-se pelo território** por motivos que variam desde a necessidade de resolver questões pessoais ou conseguir comida, água, um lugar mais seguro ou adequado para dormir. Por esses fatos, as pessoas estão bastante dispersas no território.
3. **O dia a dia nas ruas é marcado por uma série de interações com ações governamentais** e, entre elas, operações de recolhimento de seus bens. É real a pressão de moradores de algumas regiões pela remoção das pessoas das proximidades de suas residências. Essas situações ensejam respostas defensivas por parte das pessoas em situação de rua. Tais respostas podem vir sob a forma de recusa para interagir com agentes públicos, entre eles, os entrevistadores, ou como respostas evasivas ou incongruentes, sobretudo quando se sentem expostas ou julgadas (Filho, 2007).

Essas características impõem pelo menos dois desafios ao objetivo de contar a população de rua: a subenumeração e a dupla contagem. A metodologia foi construída com a preocupação de superar esses desafios. Foram trabalhados os instrumentos, as estratégias de coleta de dados, incluindo o treinamento da equipe de entrevistadores/as. Especificamente sobre os instrumentos de coleta, houve a preocupação em torná-los

capazes de captar a heterogeneidade da população, com sensibilidade para identificar quem estava fora do perfil, mesmo que fosse encontrado no espaço da rua. As estratégias de coletas de dados foram desenvolvidas considerando o imperativo da cobertura integral do território, com uma equipe capaz de aplicar bem os instrumentos de coleta e de abordar as pessoas em situação de rua de forma a minimizar as possíveis resistências.

Desenho da coleta de dados

Para alcançar os objetivos da pesquisa, houve: i) a aplicação de um questionário censitário com principal objetivo de contar as pessoas em situação de rua e; ii) aplicação de um questionário longo em uma amostra da população identificada na contagem, para aprofundar o conhecimento sobre as características da população. O mesmo procedimento foi feito em pesquisas mais recentes de outros estados (São Paulo, 2019 e 2021; Fortaleza, 2022) e, anteriormente, pelo censo populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Quadro 2 sintetiza as estratégias e acrescenta informações sobre a operacionalização.



Foto: Nelson Antoine/shutterstock.com

**QUADRO 02**

Descrição das estratégias de coleta de dados

ESTRATÉGIAS	FINALIDADES	INSTRUMENTOS	OPERACIONALIZAÇÃO	LOCAIS DE COLETA
CENSITÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> Contar as pessoas encontradas em situação de rua durante a coleta; Registrar a presença de pessoas que não quiseram ou puderam responder a pesquisa; Caracterizar crianças e adolescentes acompanhadas por pais/responsáveis 	Questionário curto, com 42 variáveis;	Abordagem de todas as pessoas encontradas no espaço da rua.	<ul style="list-style-type: none"> Rua Serviços de acolhimento Comunidades terapêuticas
		Questionário sobre crianças e adolescentes respondido pelos adultos responsáveis por pessoas menores de 18 anos no espaço da rua;	Usado caso houvesse menores de 18 anos em situação de rua sob responsabilidade do respondente	<ul style="list-style-type: none"> Na rua e; Nos serviços de acolhimento
		Questionário de observação.	Usado caso a pessoa não quisesse/pudesse responder	
AMOSTRAL	Aprofundar na caracterização das pessoas em situação de rua com a exploração adicional de temas não abordados na estratégia censitária.	Questionário longo, com 206 variáveis.	<p>Abordagem das pessoas nas regiões administrativas e conforme distribuição de sexo previstas no desenho amostral.</p> <p>Aplicado em uma amostra intencional abordada nas RA com mais de 100 pessoas identificadas na estratégia censitária e nos serviços de acolhimento sorteados.</p>	

Elaboração: Dipos/IPEDF.

As duas estratégias foram executadas de forma concomitante. Para não deixar ninguém de fora, conforme indicado no quadro, estratégia censitária foi preparada também para: i) registrar a presença de pessoas que não quiseram responder à pesquisa ou não puderam porque estavam dormindo ou com alguma alteração de consciência que impossibilitou a interação com a equipe de entrevistadores; e ii) registrar a presença de crianças e adolescentes com suas especificidades. Para tanto, foi desenvolvido um questionário específico para pessoas com menos de 18 anos acompanhadas de um adulto responsável, também atrelado ao questionário censitário;

iii) registrar a presença de pessoas em situação de rua acolhidas nos serviços disponibilizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes) ou em uma das comunidades terapêuticas existentes no Distrito Federal.

No resto desta seção, são apresentados os procedimentos de: i) revisão bibliográfica exploratória; ii) elaboração dos instrumentos de coleta; iii) planejamento territorial; iv) discussão da proposta metodológica com parceiros; v) preparação da equipe de entrevistadores/as e supervisores/as; vi) execução da coleta dos dados; vii) e checagem dos dados.



REVISÃO BIBLIOGRÁFICA EXPLORATÓRIA

Foto: Frame Stock Footage/shutterstock.com

Entre as atividades iniciais da pesquisa, foi realizada uma revisão não sistemática da literatura mais recente sobre o tema. A pesquisa bibliográfica foi elaborada tanto em repositórios de periódicos como na literatura cinza (teses e dissertações, relatórios de pesquisa etc.). A revisão serviu para: i) familiarizar a equipe de pesquisa com o tema; ii) conhecer características importantes da população em situação de rua; iii) identificar desafios a pesquisas junto a esse grupo; iv) conhecer diferentes desenhos e metodologias utilizados para pesquisas junto a esse grupo; v) informar a discussão sobre conceitos de população em situação de rua; vi) informar todas as etapas do desenvolvimento da pesquisa, como a construção dos

instrumentos de pesquisa, elaboração dos termos de referência etc.

Busca em repositórios nacionais de artigos

A primeira estratégia de busca foi realizada em dois repositórios nacionais: Scielo e Periódicos Capes. Esse último indexa uma série de repositórios nacionais e internacionais relevantes na área de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. A partir desses achados, foram analisados autores e documentos considerados relevantes para o trabalho. Os resultados da busca inicial estão sintetizados no Apêndice A.

Busca por documentos de outras pesquisas censitárias

Uma segunda estratégia foi a busca por pesquisas semelhantes a esta recentemente realizadas no Brasil e no exterior por seus relatórios finais, documentos preparatórios e metodológicos. E, no caso de pesquisas nacionais, em documentos legais desenvolvidos para a formalização e contratação da pesquisa, como termos de referência, editais e contratos.

Na execução dessa segunda estratégia, foram encontrados documentos como relatórios de pesquisa, notas técnicas e artigos, inclusive disponibilizados em organizações especializadas no tema, como o Observatório Canadense da População em Situação de Rua (<https://homelesshub.ca/>) e a Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com as Pessoas Sem-Abrigo (<https://www.feantsa.org/en>).

ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA

Os questionários podem ser encontrados na página do IPEDF. Os instrumentos de coleta foram desenvolvidos em alinhamento com o conceito adotado na pesquisa, com o cuidado de não excluir pessoas que estivessem em situação de rua, nem incluir pessoas que não estivessem. As primeiras versões dos questionários foram elaboradas a partir do levantamento de instrumentos utilizados em pesquisas similares⁵, realizadas em outras capitais brasileiras. Os instrumentos identificados foram

transcritos e suas questões categorizadas de acordo com as temáticas abordadas. Foram inicialmente criados 10 documentos, um por temática. As temáticas analisadas estão listadas no Quadro 3.



QUADRO 03

Relação das temáticas identificadas em instrumentos de coleta de dados

TEMÁTICAS

- Identificação do questionário
- Identificação do entrevistador
- Identificação da situação de rua
- Identificação do/a entrevistado
- Características sociodemográficas
- Habitação/Moradia
- Educação
- Trabalho e renda
- Família, relacionamento e filhos
- Saúde
- Vida na rua
- Violência
- Serviços públicos acessados

Elaboração: Dipos/IPEDF.

A partir da categorização, foram identificadas e selecionadas as questões mais adequadas para compor os questionários. As versões iniciais, compostas por um apanhado de questões já testadas em outras pesquisas, foram analisadas à luz do contexto do Distrito Federal e dos objetivos da pesquisa. Nessa fase, algumas questões foram adaptadas ou excluídas e, novas questões, elaboradas. Aqui também se mostraram importantes as consultas realizadas a diferentes órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal e a re-

⁵ Foram consultados os instrumentos de coleta de dados utilizados nas pesquisas de Belo Horizonte (1998), Distrito Federal (2011), Porto Alegre (2012 e 2016), São Paulo (2015 e 2019), Bahia (2017), Florianópolis (2017), Espírito Santo (2018), Rio de Janeiro (2021) e na pesquisa nacional (MDS, 2009). Foram também pesquisados os instrumentos utilizados em pesquisas internacionais (Canadá, Colômbia, Chile e México).

presentantes de pessoas em situação de rua. Na sequência, os instrumentos foram enviados à empresa contratada para discussão e aprimoramento, considerando a experiência técnica acumulada pela realização de pesquisas anteriores e a necessidade de adaptação de questões para a implementação em um sistema próprio para utilização de dispositivos móveis de coleta (DMC) durante a coleta dos dados. A empresa contratada os implementou em um sistema específico para aplicação de surveys, chamado Survey To Go. Foram realizadas reuniões técnicas para alinhamento, discussão e análise das alterações e melhorias a serem incorporadas aos questionários.

A equipe do IPEDF testou os questionários, a partir do link disponibilizado pela Qualitest, che-

cando a inclusão das questões e respectivas opções, o funcionamento dos filtros e a adequação dos fluxos, principalmente. Ao fim desse processo, os instrumentos ficaram prontos para serem testados em campo. O pré-teste foi realizado nos dias 28 e 31 de janeiro de 2022, no Plano Piloto. No primeiro dia, o teste foi feito no Centro Pop Brasília e na rua, em locais de concentração de pessoas em situação de rua na L2 Norte (Colina) e na via N4 Leste, próximo à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa etapa foi importante para identificar palavras e expressões eventualmente não compreendidas por todos e a necessidade de aprimorar e opções de respostas em certas questões. Essas últimas mudanças foram realizadas antes da coleta de campo começar.



Foto: Olga Pinegina/shutterstock.com



Foto: Felix Mizionnikov/shutterstock.com

Perguntas filtro

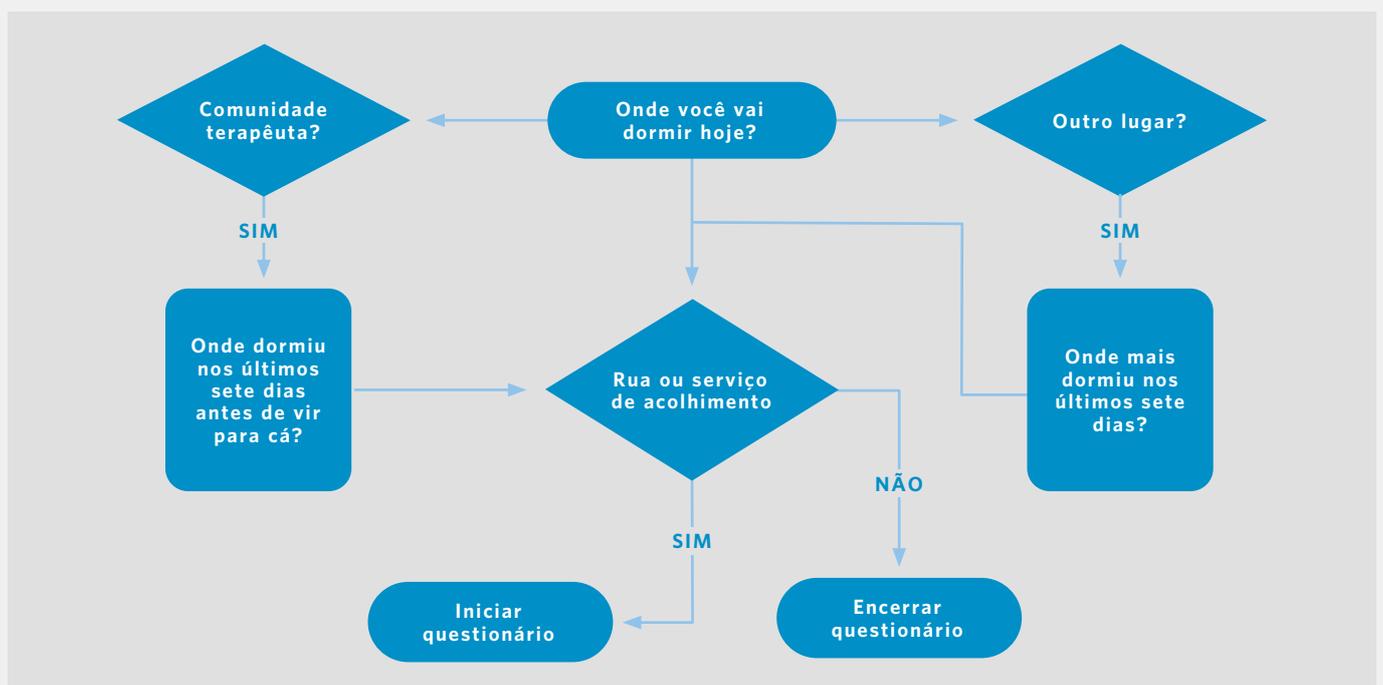
Foi incluído um filtro nos questionários para garantir a identificação das pessoas em situação de rua. O filtro consistiu em 3 questões que investigavam se a pessoa respondente dormiria na

rua no dia da coleta dos dados, ou havia dormido pelo menos uma vez na rua nas 7 noites anteriores. Para as pessoas abordadas em comunidades terapêuticas, o filtro identificava onde elas dormiram nas 7 noites anteriores à pesquisa ou à ida para a instituição.



FIGURA 01

Filtros utilizados nos instrumentos de pesquisa



Elaboração: Dapos/IPEDF.

Dimensões dos instrumentos

Ao fim do processo, as dimensões dos questionários são as relacionadas a seguir.



DIMENSÕES COMUNS AOS QUESTIONÁRIOS CENSITÁRIO E AMOSTRAL

1. Identificação do local de coleta
 - a. Endereço
 - b. Coordenadas geográficas
2. Tipo de ponto de coleta
3. Características do local de aplicação do questionário
4. Caracterização do local de pernoite do/a entrevistado/a
5. Tempo de permanência no serviço de acolhimento
6. Características sociodemográficas
7. Tempo de rua e intermitência
8. Migração
9. Vínculo com moradia fixa
10. Recebimento de benefícios sociais



QUESTIONÁRIO LONGO

1. Situação educacional
2. Catação de material reciclável
3. Trabalho e renda
4. Benefícios sociais
5. Vínculo no espaço da rua
6. Vínculos familiares anteriores à situação de rua
7. Situação de saúde
8. Uso de drogas, álcool e cigarros na rua e no período anterior
9. Atividade sexual e uso de contraceptivos
10. Pobreza menstrual e saúde reprodutiva
11. Posse de aparelho celular e acesso à internet
12. Vida na rua
13. Acesso a serviços
14. Serviços de acolhimento



MÓDULO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE

Este módulo foi respondido pelas pessoas que disseram ter responsabilidade por alguém com menos de 18 anos no espaço da rua

1. Motivos da abordagem por observação - Parentesco com adulto respondente
2. Idade
3. Sexo
4. Raça/cor
5. Local de nascimento
6. Motivo da vinda para o DF
7. Saúde
 - a. Deficiência
 - b. Transtorno ou síndrome
 - c. Doenças crônicas
8. Educação
 - a. Sabe ler e escrever
 - b. Frequência à escola/creche
 - c. Nível educacional
 - d. Motivos da não frequência à escola
9. Porte de documentos
10. Atividade remunerada



QUESTIONÁRIO CURTO

1. Catação de materiais recicláveis
2. Vínculo no espaço da rua
3. Responsabilidade por pessoas com menos de 18 anos no espaço da rua



MÓDULO DE OBSERVAÇÃO

Este módulo foi apresentado sempre que uma pessoa não podia responder ou afirmou que não queria participar.

1. Sexo
2. Idade aproximada



PLANEJAMENTO TERRITORIAL DA COLETA DE DADOS

Foto: APIWAN BORRIKONRATCHATA/shutterstock.com

Chamamos de planejamento territorial da coleta de dados a elaboração da estratégia logística de distribuição das equipes durante os trabalhos. Para prepará-la, houve uma análise detalhada de dados disponíveis sobre a quantidade, perfil e dinâmicas de deslocamento das pessoas no território, coletados sistematicamente pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (Seas).

A busca pela superação dos desafios de subenumeração e dupla contagem também informou o planejamento do deslocamento das equipes pelo território. O deslocamento permanente da população pelo território demanda a realização da

coleta de dados no menor tempo possível e a seleção de áreas que devem ser percorridas em um único dia/noite. Além disso, considerada a dispersão das pessoas pelo território, foi necessário elaborar um plano para percorrer todo o território do Distrito Federal. Essas características são comuns às pesquisas desta natureza realizadas no Brasil e no mundo. Entretanto, o Distrito Federal tem grande extensão territorial⁶ e características urbanísticas peculiares, como regiões administrativas planejadas, como o Gama e o Plano Piloto, e grandes áreas abertas e arborizadas, com acesso ao público geral, como a Universidade de Brasília e o Parque da Cidade, por exemplo.

⁶ Segundo o IBGE, o Distrito Federal tem área territorial de 5.760,7 km² e é maior do que São Paulo (1.521 km²), Rio de Janeiro (1.200 km²) e muito maior do que Belo Horizonte (331,3 km²), por exemplo. (IBGE, Áreas Territoriais. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acessado em 5 de abril de 2022.

Análise dos dados de monitoramento do Serviço Especializado de Abordagem Social

O Seas é um serviço de abordagem de pessoas em situação de rua nos espaços públicos. Ele atua como “porta de entrada” para a política de assistência social fazendo parte da sua metodologia de trabalho o encaminhamento para outros serviços de proteção social e, ainda, a promoção da autonomia das pessoas atendidas. O trabalho é contínuo, com ênfase no processo educativo e preventivo, centrado na orientação, comunicação e redução de danos associados à vida nas ruas. Atualmente, o Seas no DF é executado por meio de uma parceria com a organização da sociedade civil Instituto Ipês. O Ipês possui 28 equipes de abordagem que atuam em todo o território do Distrito Federal, referenciadas aos Creas e aos Centros Pop.

Cotidianamente, o Seas realiza registros exaustivos dos atendimentos dispensados às pessoas abordadas nas ruas. A análise desses dados permitiu compreender a distribuição habitual das pessoas em situação de rua pelo território e, com isso, planejar a coleta de dados, de forma a otimizar a distribuição das equipes e priorizar as áreas mais importantes.



Foto: Luis War/shutterstock.com

Mapeamento de equipamentos e áreas prioritárias

O IPEDF e o UNFPA trabalharam juntos no georreferenciamento dos registros de atendimento realizados pelo Seas e produziram um mapa com a distribuição das pessoas pelas 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Foram identificados:

- » os pontos de concentração das pessoas, a dispersão e a recorrência da abordagem em pontos específicos. A análise minuciosa de cada uma das regiões resultou na demarcação no mapa das “áreas de atenção prioritárias”. Durante a coleta, o deslocamento da equipe de entrevistadores nessas áreas foi feito a pé. As áreas restantes puderam ser percorridas de carro, trafegando em baixa velocidade.
- » todos os serviços de acolhimento e comunidades terapêuticas que deveriam ser incluídas na pesquisa no mesmo dia em que a área fosse percorrida pela equipe de entrevistadores/as.

Os critérios para inserção desses serviços na pesquisa estão relacionados a seguir e uma lista completa pode ser encontrada no Apêndice B:

- » **Serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua:** pertencer à administração direta ou possuir termo de parceria, ou convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social;
- » **Comunidades Terapêuticas:** estar inscrita no Conselho de Política sobre Drogas e localizada dentro do Distrito Federal.

ESTRATÉGIA DE LOGÍSTICA DE DESLOCAMENTO PELO TERRITÓRIO

Identificou-se quantas pessoas foram, em média, atendidas pelas equipes durante os meses de janeiro a agosto de 2021 e em quais regiões administrativas. Esses números definiram expectativas gerais sobre quantos questionários deveriam ser preenchidos por região administrativa. E informaram a definição de que áreas deveriam ser percorridas no mesmo dia. Foram criados 5 agrupamentos chamados de 'distritos censitários'.

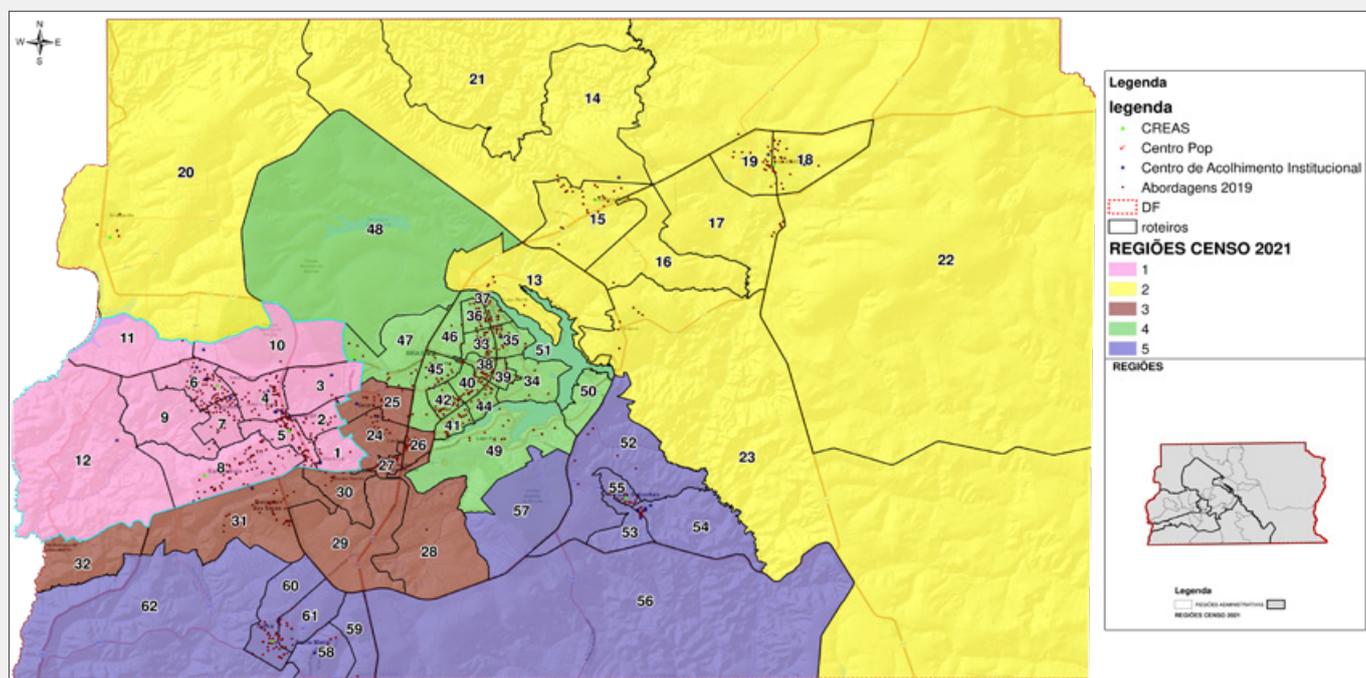
Também informaram o planejamento:

- » as informações disponíveis sobre as dinâmicas de deslocamento das pessoas entre as RAs;
- » o quantitativo de pessoas em serviços de acolhimento e comunidades terapêuticas;
- » as áreas de atenção prioritária;
- » a proximidade entre as RAs; e
- » extensão territorial de cada região administrativa.



MAPA 01

Distritos censitários para coleta de dados do censo da população em situação de rua do Distrito Federal, 2022



Elaboração: Qualitest Inteligência em Pesquisa.

Essas definições foram descritas e reunidas em um documento disponibilizado para a Qualitest Inteligência em Pesquisa, juntamente com informações qualitativas sobre a dinâmica de deslocamento e ocupação do território pela população em situação de rua acompanhadas da descrição das áreas de atenção prioritárias e com informações adicionais fornecidas pela equipe da Sedes sobre as características do território e da ocupação das pessoas em cada um deles.

De posse desse material, a empresa fez propostas de divisão para cada distrito, para a organização mais detalhada das equipes para operacionaliza-

ção da coleta de dados. Cada distrito censitário, foi subdividido em áreas chamadas de “setor censitário”. Normalmente, cada equipe ficou responsável por um “setor censitário” por dia de coleta. Algumas adaptações foram necessárias para otimizar o trabalho e, na maior parte das vezes, consistiu na atribuição de dois setores a uma mesma equipe. A divisão dos distritos foi finalizada somente depois da realização de visitas técnicas *in loco*, que permitiram a compreensão adequada da realidade por parte da empresa contratada.

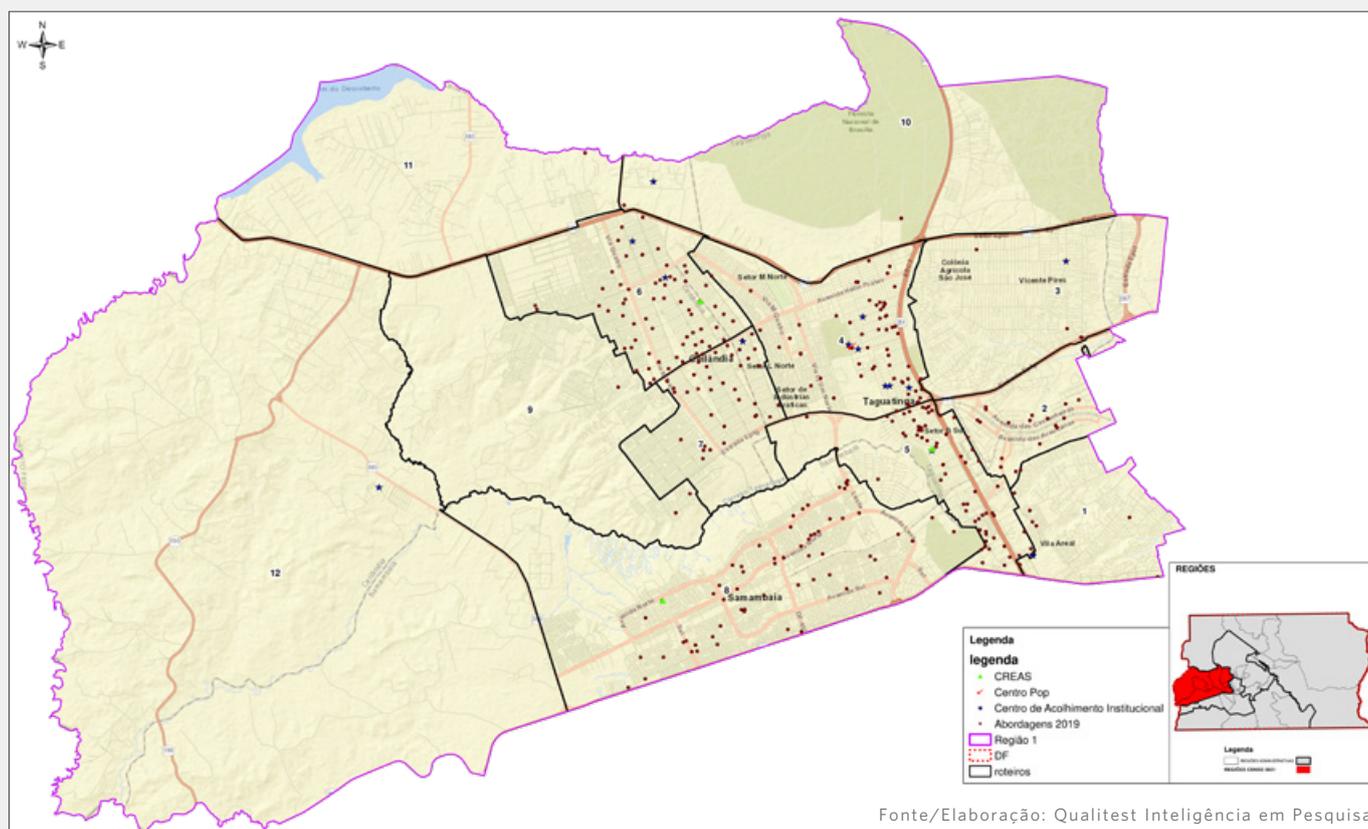
Ao final, cada distrito censitário ficou subdividido em setores, conforme apresentado nos mapas a seguir.

1. Distrito censitário 1: Ceilândia e Sol Nascente/ Pôr do Sol, Samambaia, Taguatinga, Águas Claras, Riacho Fundo II, Vicente Pires e Arniqueira.



MAPA 02

Regiões Administrativas integrantes do distrito censitário 1



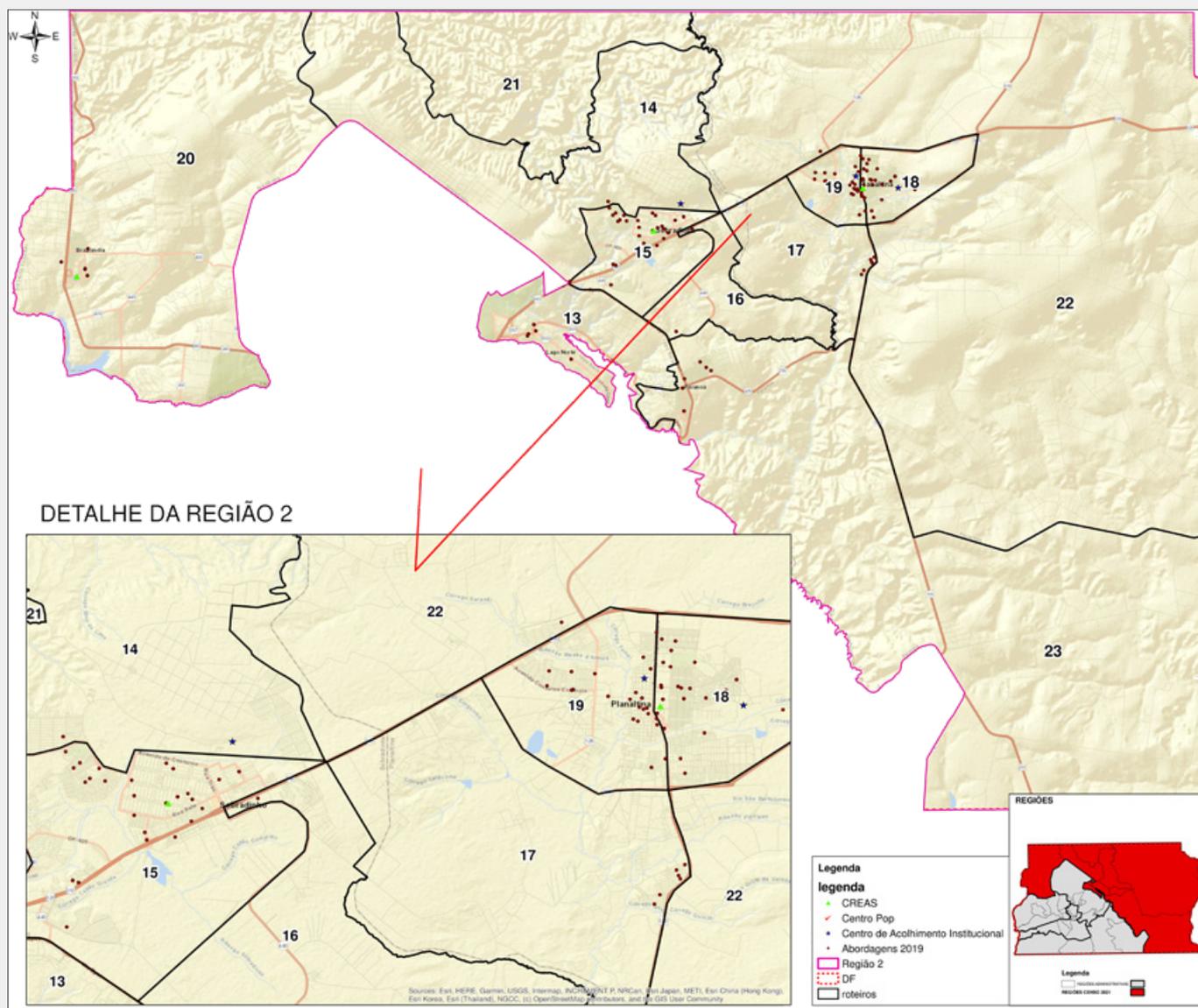
Fonte/Elaboração: Qualitest Inteligência em Pesquisa.

2. **Distrito censitário 2:** Brazlândia, Fercal, Itapoã, Lago Norte, Paranoá, Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II e Varjão



MAPA 03

Regiões Administrativas integrantes do distrito censitário 2



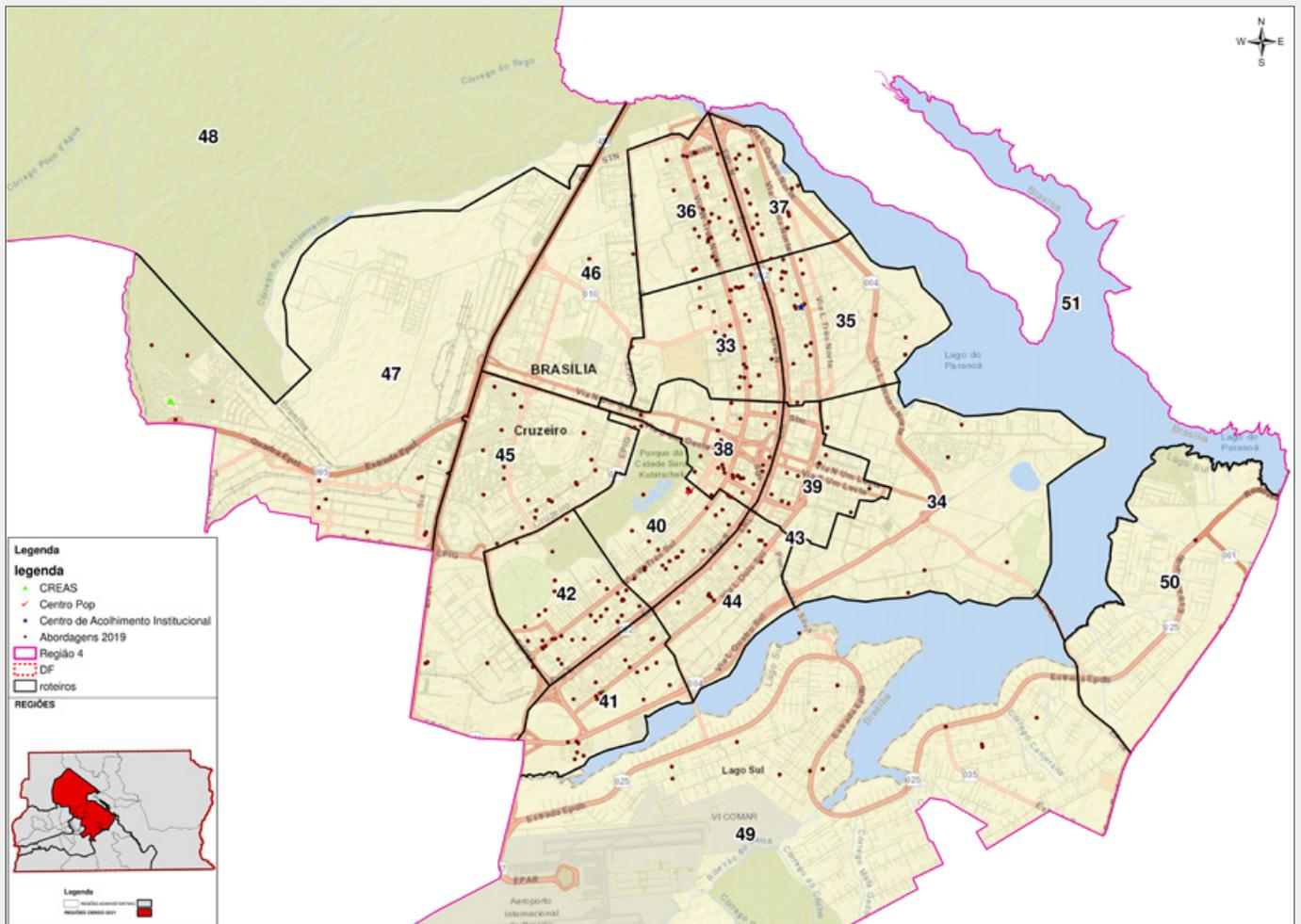
Fonte/Elaboração: Qualitest Inteligência em Pesquisa.

3. Distrito censitário 3: Plano Piloto, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e SIA



MAPA 04

Regiões Administrativas integrantes do distrito censitário 3



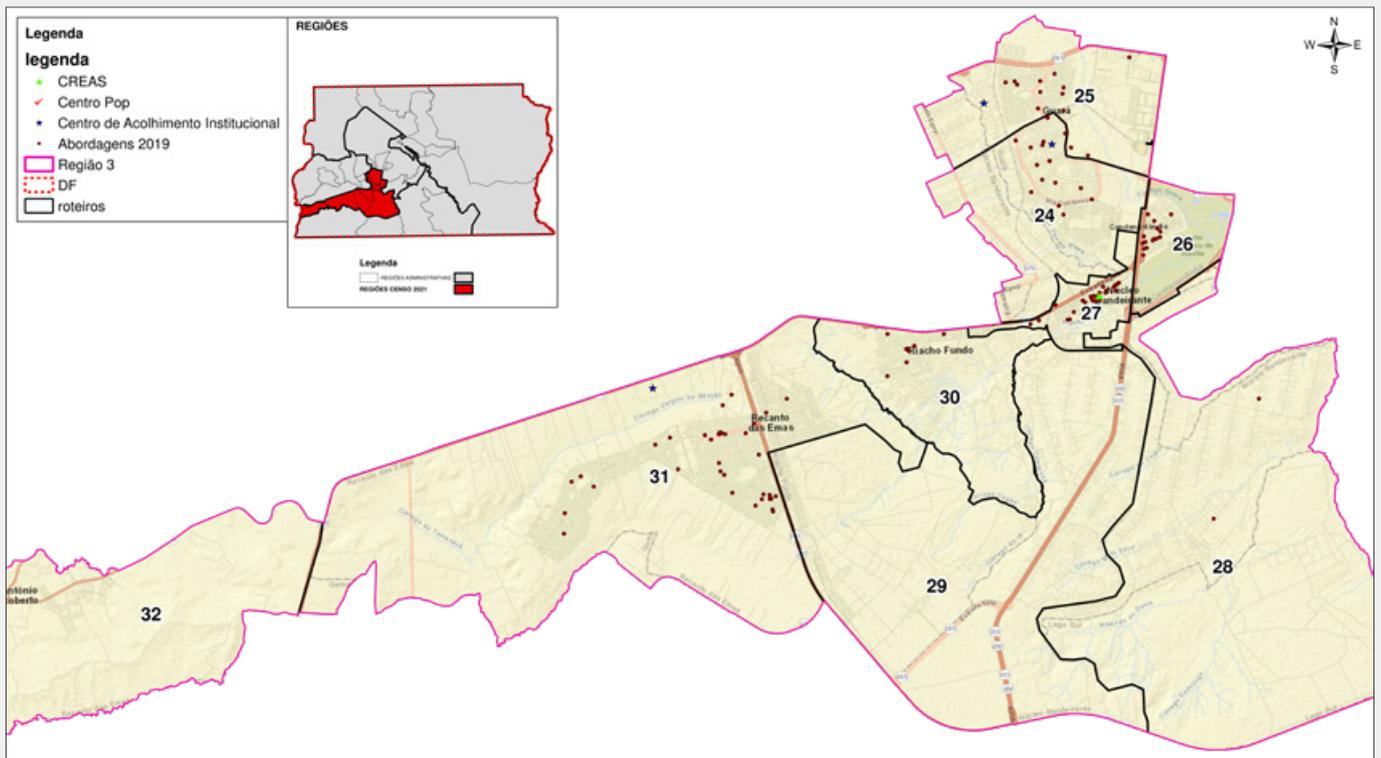
Fonte/Elaboração: Qualitest Inteligência em Pesquisa.

4. **Distrito censitário 4:** Riacho Fundo I, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Guará, Recanto das Emas



MAPA 05

Regiões Administrativas integrantes do distrito censitário 4



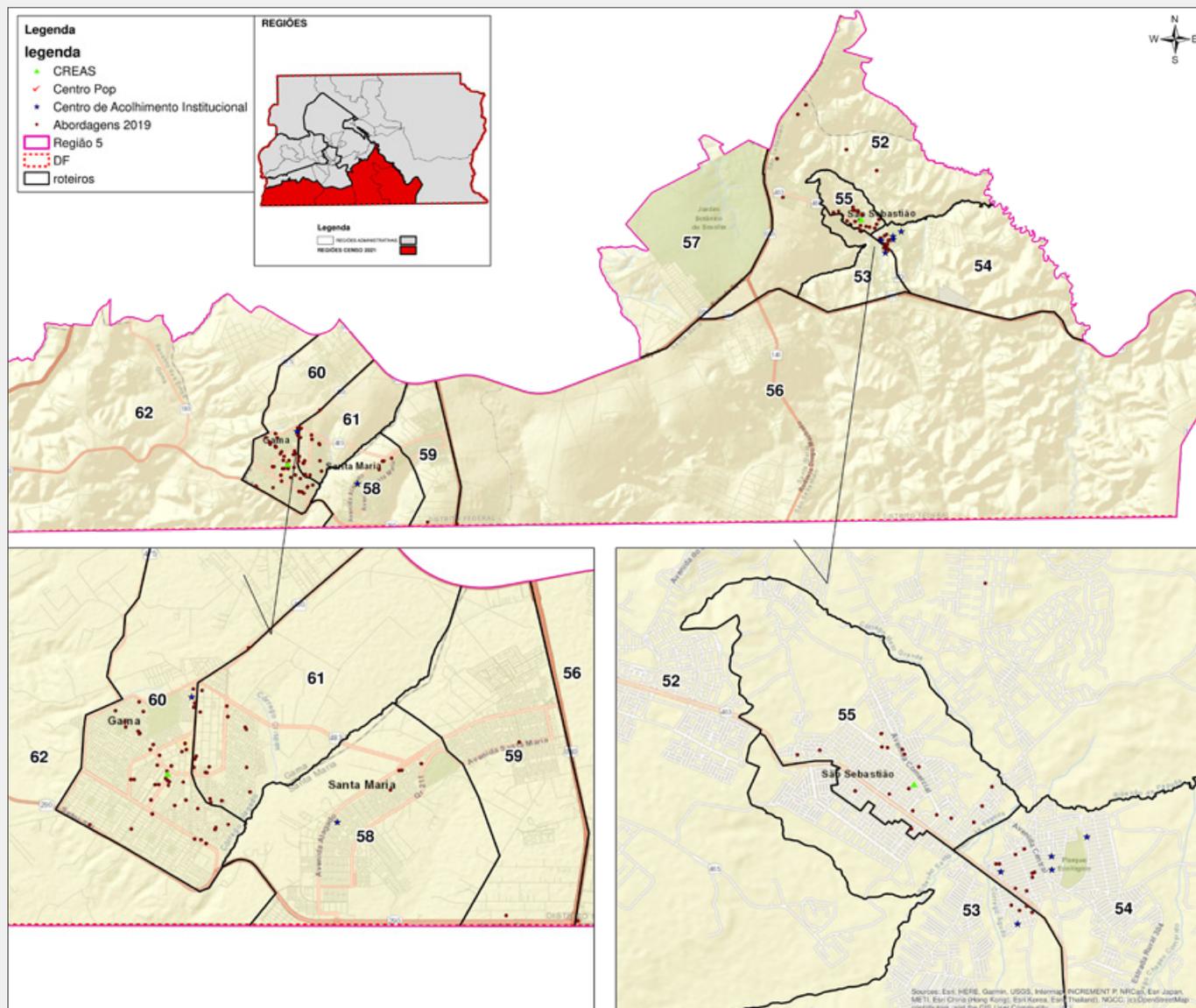
Fonte/Elaboração: Qualitest Inteligência em Pesquisa.

5. Distrito censitário 5: Gama e Santa Maria, São Sebastião e Jardim Botânico



MAPA 06

Regiões Administrativas integrantes do distrito censitário 5



Fonte/Elaboração: Qualitest Inteligência em Pesquisa.



DISCUSSÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA COM ORGANIZAÇÕES RELEVANTES

Foto: Luis War/shutterstock.com

Com as primeiras versões dos instrumentos elaborados e uma proposta de metodologia em estado avançado de elaboração, realizou-se consultas a outras secretarias e agências do Governo do Distrito Federal e a representantes sociais da população em situação de rua. As secretarias e agências do GDF foram consultadas por meio de ofícios formalmente enviados e reuniões de apresentação

e discussão da metodologia⁷. Algumas das secretarias sugeriram questões para compor os instrumentos de coleta. Representantes ligados a organizações sociais e instituições também convidadas para três reuniões virtuais específicas⁸, puderam conhecer a metodologia e sugerir aprimoramentos. A lista das organizações que participaram dessa etapa encontra-se no Quadro 4.



QUADRO 04

Organizações consultadas no processo de preparação da pesquisa

ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL CONVIDADOS	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ACADEMIA
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretaria do Trabalho ▪ Secretaria de Educação ▪ Secretaria de Saúde ▪ Secretaria da Ordem Urbanística (DF Legal) ▪ Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação ▪ Secretaria de Justiça ▪ Serviço de Limpeza Urbana ▪ Secretaria de Segurança Pública ▪ Defensoria Pública do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto Ipês ▪ Movimento Nacional da População em Situação de Rua ▪ Fórum da Rua ▪ Coletivo Barba na Rua ▪ Universidade de Brasília ▪ Pastoral da Rua

Fonte: Dipos/IPEDF.

⁷ Processo SEI: 00121-00000194/2021-37. Reunião realizada em 12 de março de 2021.

⁸ Reuniões realizadas em 13 de março, 30 de março e 30 de setembro de 2021.

Durante a preparação do trabalho, a metodologia também foi apresentada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A Procuradoria de Direitos Humanos entrou em contato por meio de ofício para acompanhar o andamento das atividades.⁹

Preparação da equipe de entrevistadores/as e supervisores/as

O perfil das equipes de coleta de dados foi definido pelo IPEDF no termo de referência que orientou a contratação do procedimento licitatório para contratação da empresa que faria a coleta de dados em campo. Segundo o documento, as equipes deveriam ser compostas por:

- » entrevistadores/as treinados para a aplicação dos questionários por meio do uso de dispositivos móveis de coleta (DMC), com diferentes perfis:
 - experiência em pesquisas, de preferência, com a população em situação de rua; e
 - experiência de trabalho com serviços de atendimento da população em situação de rua ou trajetória de vida na rua.
- » os supervisores deveriam, adicionalmente, ter conhecimento sobre o território e capacidade de organizar a equipe durante o trabalho em campo.

A Qualitest Inteligência em Pesquisa, empresa contratada, foi responsável pela execução das atividades de recrutamento, seleção, contratação, treinamento e pagamento da equipe de coleta de dados. Essas atribuições também estavam previs-

tas no termo de referência que orientou sua contratação e se deram da forma descrita a seguir:

Recrutamento

Foi disponibilizado um formulário on-line para inscrição de pessoas interessadas. No formulário, foi possível informar o tipo de experiência e anexar documentos e currículo. Ao final de 5 dias, foram recebidas 128 inscrições. Outras pessoas foram indicadas pelas pessoas inscritas e incorporadas ao processo seletivo conduzido pela empresa.

Seleção

As pessoas inscritas foram contactadas para checagem da disponibilidade de tempo durante o período de coleta e convidadas a participar do treinamento. A equipe de supervisores foi selecionada durante o treinamento de entrevistadores/as.

Treinamento de entrevistadores/as

A atividade aconteceu no dia 4 de fevereiro de 2022, das 9h às 17h, no auditório da Secretaria do Trabalho do Distrito Federal. Foram trabalhados:

- a. o conceito de população em situação de rua;
- b. objetivos da pesquisa;
- c. aspectos comportamentais e operacionais envolvidos na realização da pesquisa;
- d. os instrumentos de coleta, incluindo simulações e testes práticos com a disponibilização de tablets (DMC) para prática em duplas.

⁹ A reunião ocorreu em 3 de agosto de 2021.

Treinamento de supervisores.

Além de acompanharem todo o treinamento do dia 4/2, supervisores/as também foram treinados durante o dia 5 de fevereiro. De 9 às 13h, no auditório do IPEDF, apresentaram-se aspectos operacionais sobre o trabalho de campo, com foco na discussão dos mapas dos setores censitários e na distribuição do trabalho entre a equipe durante a coleta.

Foram alocados para cada supervisora os setores cuja coleta ficaria sob suas responsabilidades. Os critérios para a atribuição das áreas são dois:

- a. conhecimento prévio sobre a região, tanto em termos geográficos, quanto sobre a distribuição das pessoas pela área;
- b. existência de pontos de concentração de pessoas em situação de rua. Para essas regiões, foram indicados supervisores/as que

conheciam o espaço ou tinham trajetória de rua, o que poderia facilitar a aceitação da pesquisa por parte dos pesquisados.

No período da tarde, a equipe de supervisores participou de uma visita técnica para treinar a orientação pelos mapas físicos e *on-line* (com o uso do celular) e para a identificação das especificidades urbanísticas existentes no Distrito Federal e, sobretudo, na região do Plano Piloto (RA I).

Cada supervisor/a recebeu a versão impressa de um mapa dos setores censitários pelo qual se responsabilizava a cada dia e todos/as os/as entrevistadores/as receberam uma versão *on-line* elaborada no aplicativo do Google My Maps. Essa ferramenta possibilita que cada pessoa verificasse em tempo real, com o uso do celular com o GPS ligado, seu deslocamento pelo território e, assim saber, por exemplo, se ainda estava dentro dos limites atribuídos a ela e sua equipe.



Foto: Matt Gush/shutterstock.com

EXECUÇÃO DA COLETA DOS DADOS

Coleta censitária de dados

A coleta dos dados começou com a aplicação do questionário censitário, entre os dias 7 e 11 de fevereiro, todos em dias úteis, conforme descrito no Quadro 5. Nesses 5 dias, foram percorridas todas as regiões administrativas e os respectivos serviços de acolhimento existentes no distrito censitário.



QUADRO 05

Distribuição das equipes de coleta de dados por dia e distritos censitários

DATA COLETA	DISTRITO CENSITÁRIO/ REGIÕES ADMINISTRATIVAS	SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO	BASE DE APOIO
07/02/22	Distrito X - Riacho Fundo I, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Guará, Recanto das Emas	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Tocar (Guará) 	CREAS Núcleo Bandeirante
08/02/22	Distrito X - Plano Piloto, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e SIA, SCIA/Estrutural,		CREAS Brasília
09/02/22	Distrito X - Gama e Santa Maria, São Sebastião e Jardim Botânico	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Inclusão - Casa de passagem São José Instituto Inclusão - Casa de passagem São Francisco Instituto Inclusão - Casa de passagem Bosque Casa da Cidadania 1 Casa da Cidadania 2 Instituto Tocar (Gama) Cáritas (venezuelanos Warao) 	CREAS Gama
10/02/22	Distrito X - Ceilândia e Sol Nascente/ Pôr do Sol, Samambaia, Taguatinga, Águas Claras, Riacho Fundo II, Vicente Pires e Arniqueira	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Inclusão - Casa de passagem (QNM 10) Instituto Inclusão - Casa de passagem (QNM 17) Instituto Inclusão - Casa de passagem (QNO 05) Instituto Inclusão (QNF 04) Instituto Inclusão (QNE 24) Instituto Inclusão (QNB 05) Instituto Tocar Serviço de Acolhimento Institucional Adultos e Famílias (SAIAFA) Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres (SAIM) Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos (SAIPI) 	CREAS Ceilândia
11/02/22	Distrito X - Brazlândia, Fercal, Itapoã, Lago Norte, Paranoá, Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II e Varjão	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Tocar (Planaltina) Casa da Cidadania 3 Casa da Cidadania 4 	CREAS Sobradinho

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Em todos os dias de coleta censitárias, as equipes se reuniram às 16h, em uma base de apoio - um Creas disponibilizado pela Sedes. As equipes foram orientadas sobre o trabalho a ser realizado naquele dia, providenciaram os últimos preparativos e se reuniram nos respectivos veículos para dar início à coleta, por volta das 17h. Representantes do IPEDF, Sedes e do UNFPA acompanharam diariamente as atividades de coleta e coordenação.

A realização da coleta de dados por parte das equipes, no dia mais longo, se encerrou à 1h, sendo mais comum o encerramento próximo às 23 horas. A quantidade de integrantes na equipe variava de acordo com a extensão do setor censitário e com a expectativa de pessoas a serem encontradas. Para os serviços de acolhimento, foram destinadas equipes exclusivas. O acesso aos serviços foi providenciado pela equipe da Sedes. Para aplicação nas comunidades terapêuticas, as visitas foram agendadas pela Qualitest e o questionário censitário (curto) aplicado nas pessoas designadas pela instituição.

O trabalho da equipe foi monitorado pela Qualitest desde a base de apoio, por meio de aplicativos de mensagens e de um software de gestão de survey. O software permitiu à equipe de coordenação acompanhar a evolução da coleta, sobretudo, do deslocamento da equipe em campo. Assim, foi possível identificar e resolver percalços ocorridos durante o percurso e checar se cada uma das equipes cobriu o território adequadamente. Ao fim do percurso previsto, as equipes retornaram à base de apoio para o encerramento das atividades.

As informações sobre crianças e os adolescentes que estavam em situação de rua foram fornecidas por seus pais ou responsáveis. Durante a aplicação do questionário censitário, foi feita uma per-

gunta sobre a responsabilidade pelo cuidado de uma criança e/ou adolescente no espaço da rua. A resposta positiva habilitava um questionário específico, a ser respondido pelo responsável para cada criança/adolescente. Quando encontradas sozinhas, as crianças e adolescentes foram contabilizadas utilizando o questionário de observação, mas não foram entrevistadas.



Foto: vish17/shutterstock.com

Recontagem em fim de semana

No dia 12 de fevereiro foi realizada a recontagem da população na região do Plano Piloto. A recontagem teve como objetivo conhecer a dinâmica da população aos fins de semana. A estratégia utilizada empregou o mesmo questionário de observação utilizado na estratégia censitária e percorreu a região administrativa do Plano Piloto da mesma forma como foi percorrida no dia 8. O objetivo foi identificar e caracterizar possíveis alterações na quantidade e distribuição das pessoas durante os fins de semana. Esses números serviram apenas para checar os dados, mas não foram considerados para os resultados.

Coleta amostral de dados

Entre os dias 14 e 18 de fevereiro, foi aplicado o questionário amostral (longo), nas regiões administrativas Plano Piloto, Planaltina, Ceilândia, Gama, Guará e Taguatinga e em 4 serviços de acolhimento sorteados. O cálculo amostral pode ser consultado no Anexo I. A amostra calculada

é representativa para o conjunto do território do Distrito Federal.

Checagem dos dados

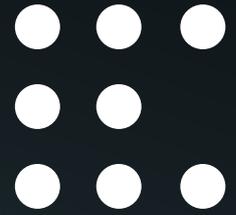
Para a checagem da qualidade dos dados coletados, realizaram-se alguns procedimentos. Primeiramente foram selecionados 260 questionários escolhidos a partir dos critérios relacionados na Tabela 1 (Apêndice C), distribuídos em 30 regiões administrativas. Em seguida, os dados registrados nesses questionários foram analisados detidamente. O principal critério utilizado para a checagem foi a divergência entre a quantidade de pessoas encontradas na pesquisa e os registros mensais do Serviço Especializado de Abordagem Social (Seas). Foram utilizadas para a checagem as informações disponibilizadas no sistema utilizado pela Qualitest Inteligência em Pesquisa, como data, hora, entrevistador responsável, tempo de aplicação, tempo de aplicação de cada questão, além dos próprios dados coletados no questionário. A distribuição das quantidades de questionários checados por região administrativa pode ser consultada no Apêndice C.



Foto: Dmytro Zinkevych/shutterstock.com



03



RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS



RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

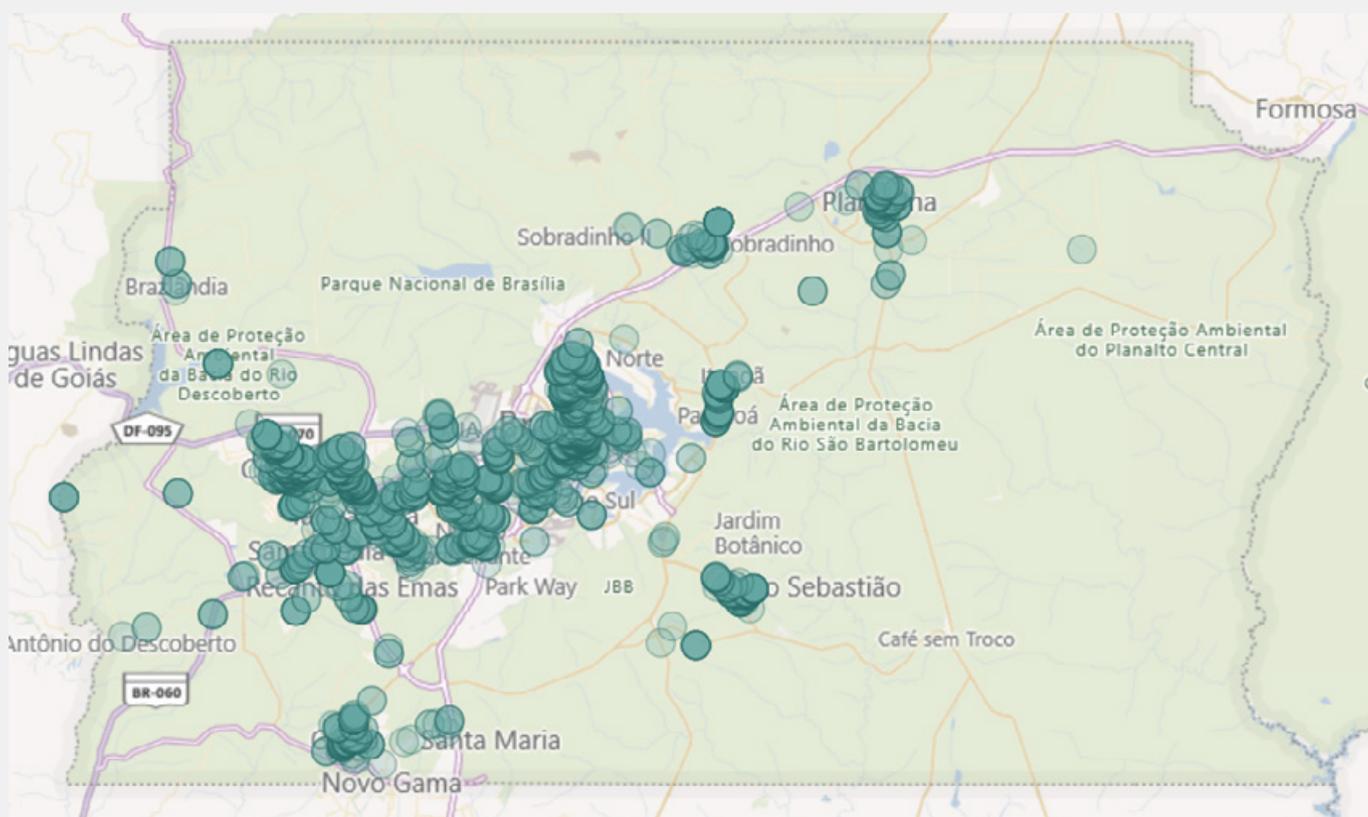
Distribuição socioespacial da população em situação de rua

a. Distribuição pelas regiões administrativas



MAPA 01

Distribuição socioespacial da população em situação de rua, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Qualitest Inteligência em Pesquisa.

Foram localizadas 2.938 pessoas em situação de rua no Distrito Federal em fevereiro de 2022. Dessas, 1.767 foram entrevistadas, 244 eram crianças ou adolescentes e 929 identificadas pelas equipes de coleta, mas não puderam ou não quiseram responder o questionário. Neste relatório, quando o termo “participante” for utilizado, ele se refere às 1.767 pessoas que responderam ao questionário.

Das 2.938 pessoas identificadas, 1.915 (65,2%) estavam na rua durante a coleta, 932 (31,7%) em serviços de acolhimento e 91 (3,1%) em comunidades terapêuticas. A Tabela 2 apresenta a distribuição de pessoas em situação de rua pelas diferentes regiões administrativas. Considerando o total de pessoas identificadas, as regiões administrativas com maiores concentrações de pesso-

as encontradas foram Plano Piloto (728 pessoas, 24,8%), São Sebastião (385, 13,1%), Ceilândia (370, 12,6%) e Taguatinga (351, 11,9%).

O número de pessoas em situação de rua encontradas em São Sebastião, Ceilândia e Taguatinga se relaciona à existência de serviços de acolhimento nessas regiões (ver Apêndice B). As regiões Riacho Fundo II (1 pessoa), Lago Norte (4 pessoas), Jardim Botânico (5), Park Way (6 pessoas) e Cruzeiro (7 pessoas) foram as que ti-

veram as menores quantidades de pessoas encontradas. Nas regiões administrativas Varjão e Fercal não foi encontrada nenhuma pessoa (Tabela 1).

Ainda que a busca tenha sido exaustiva no território do DF, percorrendo a pé ou de carro toda a área, só foram encontradas pessoas em situação de rua em áreas urbanas. Na área rural, foram aplicados questionários apenas em comunidades terapêuticas localizadas nessas regiões.

**TABELA 01**

Distribuição das pessoas em situação de rua por local de realização da pesquisa e por região administrativa, Distrito Federal, 2022

REGIÃO ADMINISTRATIVA	Nº DE PESSOAS			TOTAL	%
	NAS RUAS	SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO	COMUNIDADE TERAPÊUTICA		
PLANO PILOTO	728	--	--	728	24,78%
SÃO SEBASTIÃO	38	339	8	385	13,10%
CEILÂNDIA	240	118	12	370	12,59%
TAGUATINGA	173	178	--	351	11,95%
GUARÁ	116	26	10	152	5,17%
PLANALTINA	76	63	7	146	4,97%
GAMA	91	32	--	123	4,19%
ARNIQUEIRA	19	93	--	112	3,81%
ITAPOÃ	4	83	--	87	2,96%
SAMAMBAIA	68	--	17	85	2,89%
SOBRADINHO	60	--	--	60	2,04%
NÚCLEO BANDEIRANTE	52	--	--	52	1,77%
ÁGUAS CLARAS	38	--	--	38	1,29%
PARANOÁ	34	--	--	34	1,16%
RECANTO DAS EMAS	33	--	--	33	1,12%
SOBRADINHO II	04	--	23	27	0,92%
VICENTE PIRES	24	--	5	24	0,82%
SUDOESTE/OCTOGONAL	19	--	--	19	0,65%
BRAZLÂNDIA	17	--	9	17	0,58%
SIA	16	--	--	16	0,54%
SCIA	13	--	--	13	0,44%
LAGO SUL	12	--	--	12	0,41%
CANDANGOLÂNDIA	11	--	--	11	0,37%
SANTA MARIA	11	--	--	11	0,37%
RIACHO FUNDO I	9	--	--	9	0,31%
CRUZEIRO	7	--	--	7	0,24%
PARK WAY	6	--	--	6	0,20%
JARDIM BOTÂNICO	5	--	--	5	0,17%
LAGO NORTE	4	--	--	4	0,14%
RIACHO FUNDO II	1	--	--	1	0,03%
VARJÃO	--	--	--	--	0,0%
FERCAL	--	--	--	--	0,0%
TOTAL GERAL	1.915	932	91	2.938	100,00%

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Qualitest Inteligência em Pesquisa.

b. Tipos de pontos de abordagem

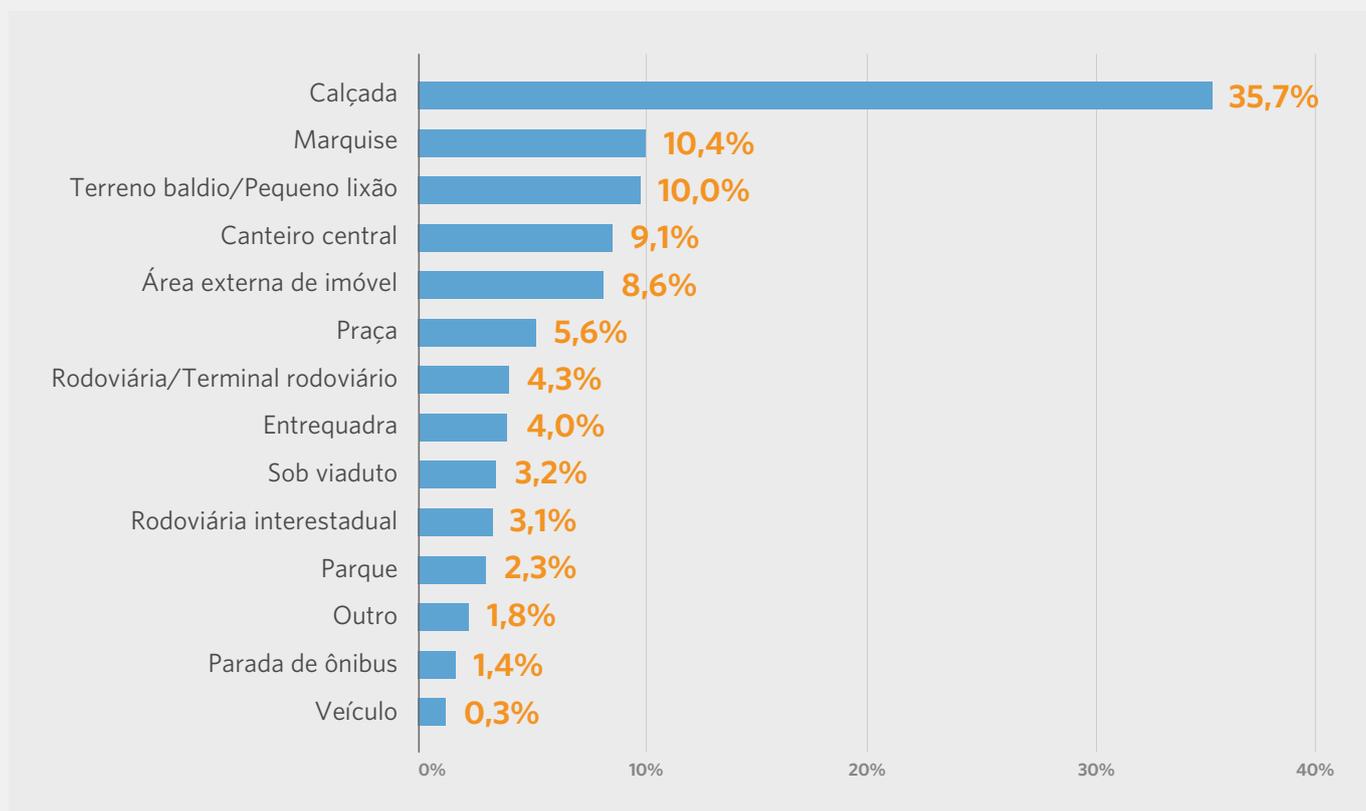
Os entrevistadores e entrevistadoras preencheram questionários em 1.812 pontos diferentes nas abordagens realizadas nas ruas e espaços públicos do Distrito Federal. Em média, foram aplicados 1,06 questionário por ponto. As calçadas (35,7%) foram o tipo de local com mais

abordagens, seguidas das marquises (10,4%), terrenos baldios (10,0%), canteiros centrais (9,1%) e áreas externas de imóveis (8,6%) (Gráfico 1). Nesses pontos havia presença principalmente de moradias improvisadas (barracas de camping, papelão, papel, entre outros), e de outros adultos em situação de rua, ambos com 29% (Gráfico 2).



GRÁFICO 01

Distribuição dos questionários aplicados nas ruas por tipo de local de aplicação, Distrito Federal, 2022

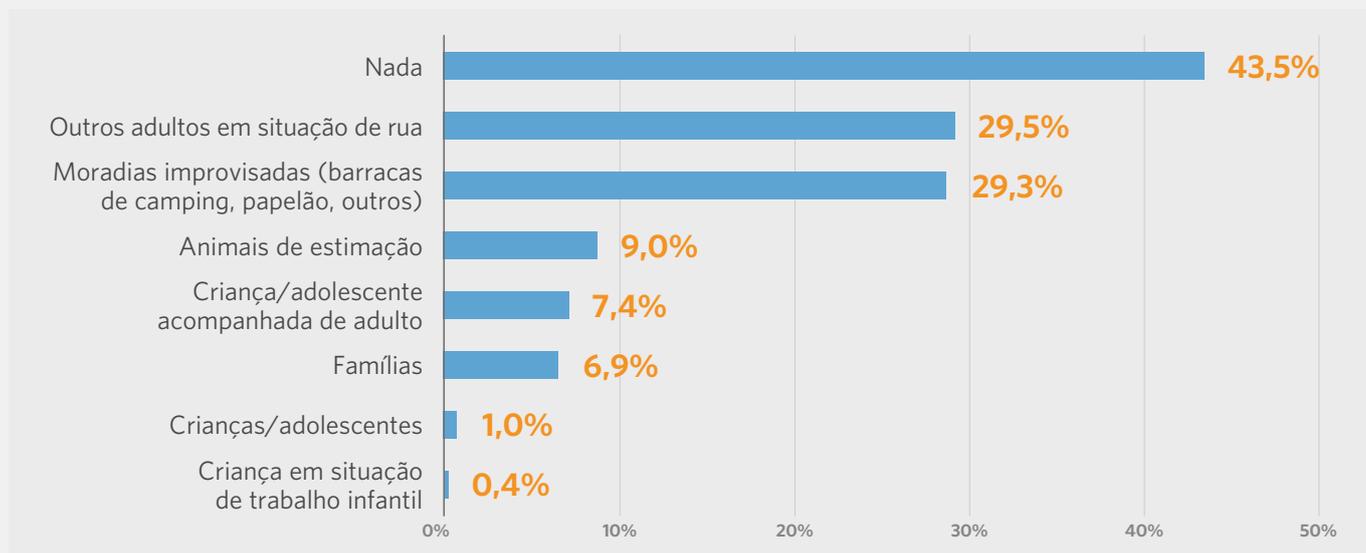


Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dips/IPEDF.



GRÁFICO 02

Distribuição dos questionários aplicados por características/situações presentes no ponto de aplicação, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Identificação da situação de rua

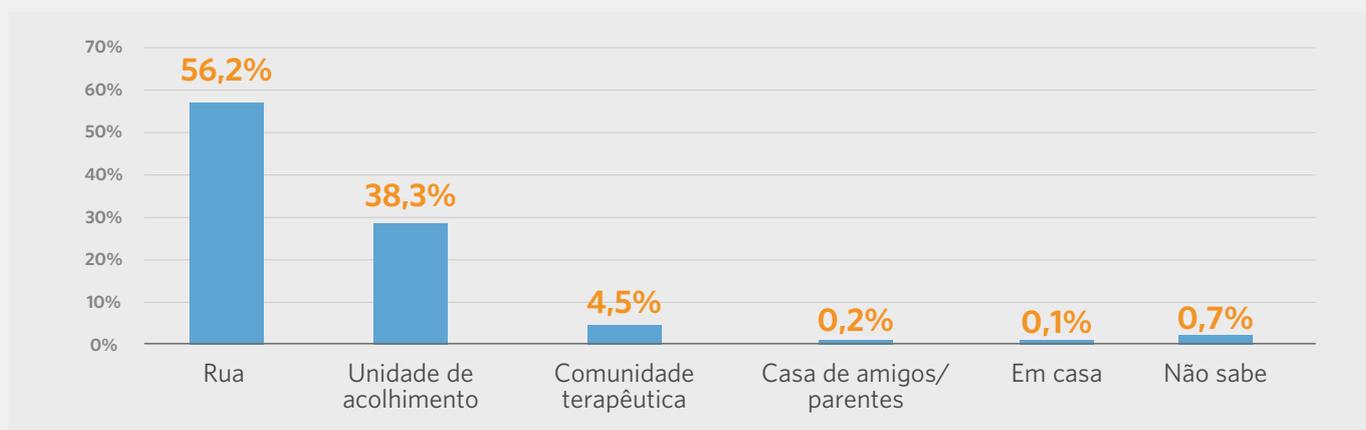
Do total de pessoas participantes, 56,2% afirmaram que dormiriam na rua no dia da coleta, 38,3% em serviços de acolhimento e 4,5% em uma comunidade terapêutica (Gráfico 3).

Aproximadamente 20 pessoas disseram que iriam dormir em outros lugares naquela noite. Todas elas afirmaram terem dormido pelo menos um dia na rua ou em um serviço de acolhimento pelo menos uma noite nos 7 dias anteriores à pesquisa.



GRÁFICO 03

Distribuição da população por local de pernoite no dia da aplicação dos questionários, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Junto às pessoas abordadas em comunidades terapêuticas, foi investigado o local de pernoite nos sete dias anteriores à ida para a instituição, de acordo com os procedimentos previstos no filtro presente no questionário (Figura 1). Entre essas, 85 (93,4%) afirmaram terem dormido na rua, enquanto 6 (6,6%) dormiram em serviços de acolhimento (Apêndice D).

Entre as pessoas que estavam em serviços de acolhimento, 166 (27,2%) informaram estar na instituição entre 1 mês e 3 meses. Em estadias recentes (de

2 a 7 dias e de 15 dias a um mês), foram identificadas 83 (13,6%) e 81 (13,3%) pessoas, respectivamente.

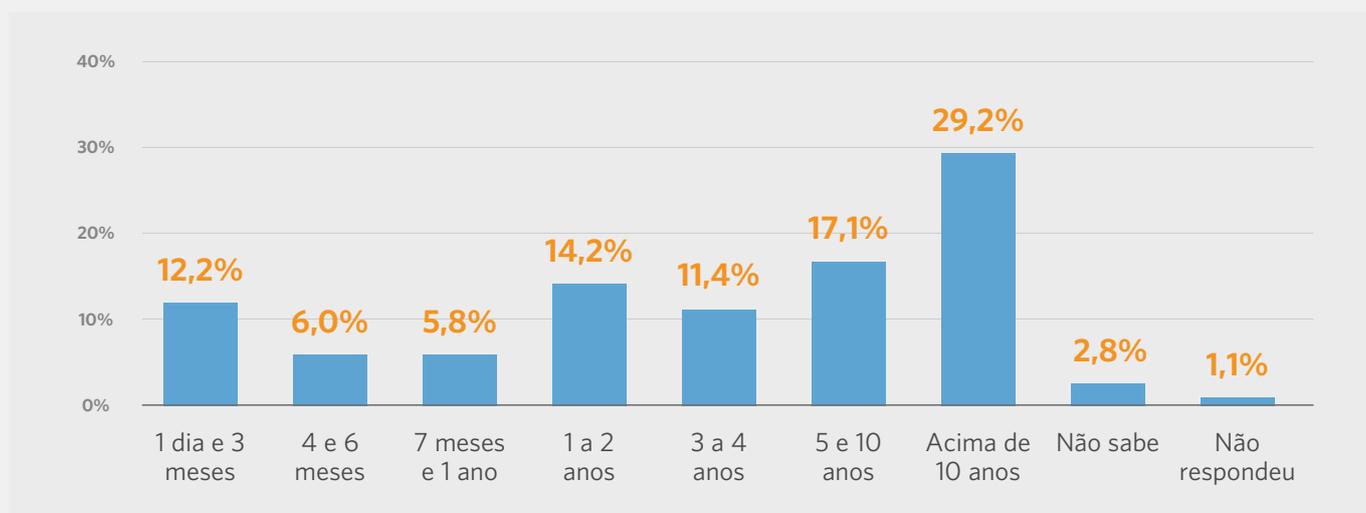
Tempo de permanência em situação de rua

Em relação ao tempo de permanência na rua, destacam-se os percentuais de pessoas que vivem nas ruas por um período de dois anos ou menos (38,2%) e os percentuais daquelas que vivem há cinco anos ou mais (46,3%) (Gráfico 4).



GRÁFICO 04

Distribuição das pessoas por tempo em situação de rua, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dapos/IPEDF.

Do total de pessoas em situação de rua no Distrito Federal, 46,3% vivem nessa condição há mais de 5 anos, sendo que 29,2% há mais de 10 anos. Outros 49,6% da população vive na rua há menos de 5 anos. Sendo que mais da metade destes, (25,6% do total) há mais de 1 ano. Os 38,2% da população em situação de rua afirmaram que foram para a rua desde o início da pandemia, ou seja, há 2 anos ou menos, e 14,2%

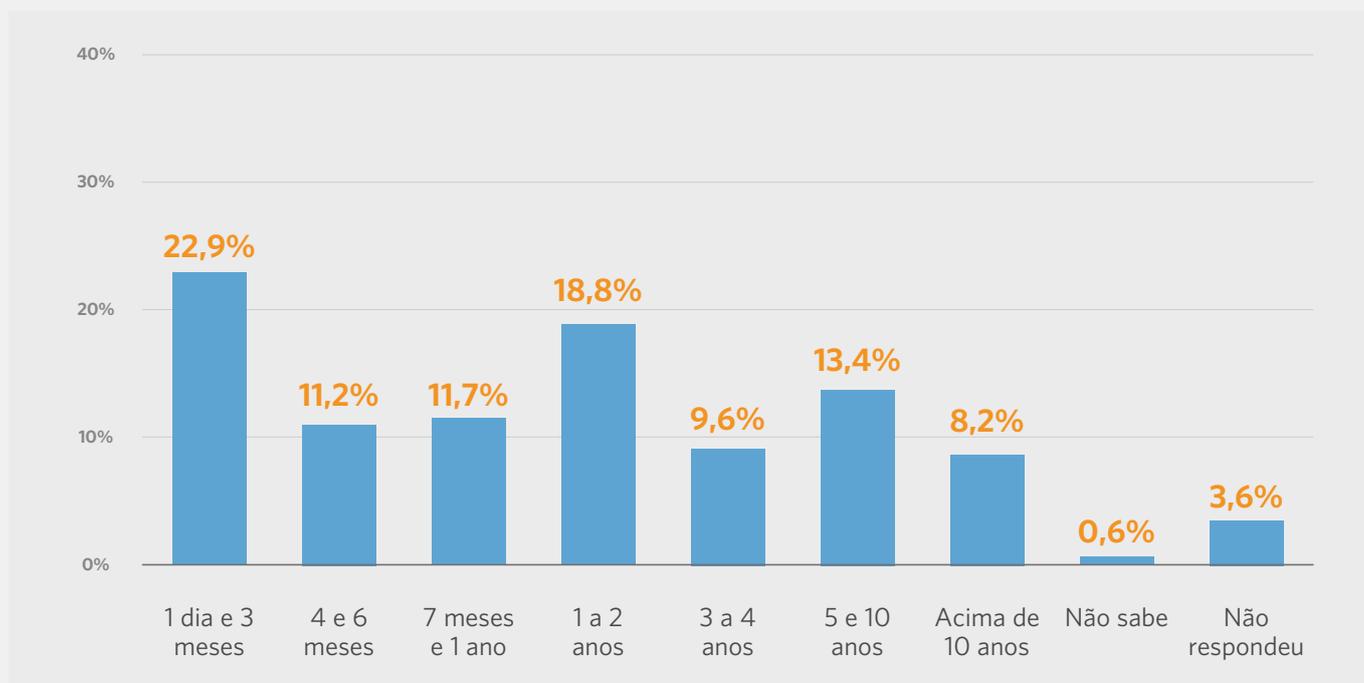
foram entre 1 e 2 anos e 24% no último ano. Já 12,2% responderam que foram para a rua nos últimos 3 meses. Do total de pessoas, 3,9% não sabem ou não responderam.

Entre as pessoas que já saíram das ruas e retornaram, mais da metade (64,6%) voltou há dois anos ou menos, sendo mais expressivo o percentual das que voltaram entre 1 e 3 meses (22,9%)



GRÁFICO 05

Distribuição da população por tempo de retorno à situação de rua (para quem saiu das ruas pelo menos uma vez), Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Sexo, identificação e orientação sexual

A representatividade dos homens é de 80,7% (2.375 pessoas). Do total, 563 (19,3%) são do sexo feminino e não houve registro de pessoas intersexo. Quanto à identidade de gênero, 96,1% (1.603 pessoas) informaram que se identificam com o sexo de nascimento e 3,5% de pessoas como pessoas trans. Em referência à orientação sexual, 92,7% se identificaram como heterossexuais, 1,9% como gays, 1,9% como bissexuais e 0,7% como lésbicas.

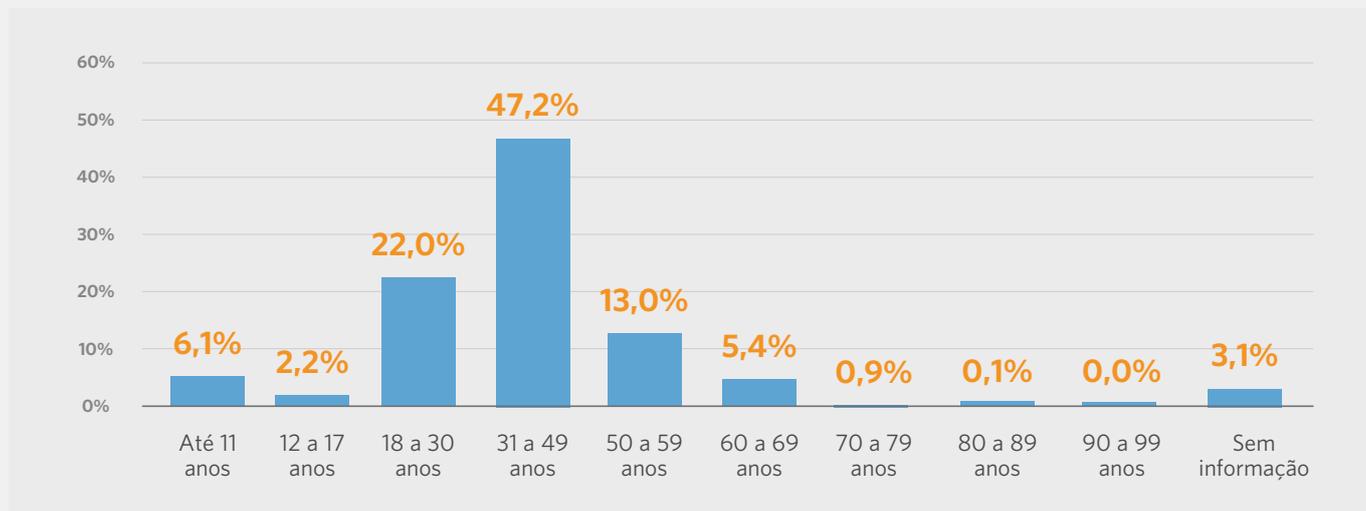
Idade

Quase metade dos entrevistados têm entre 31 e 49 anos (47,2%) e 22% das pessoas têm entre 18 e 30 anos. Um total de 19,4% da população tem 50 anos ou mais, sendo que 13% tem entre 50 e 59 anos e 6,4% são idosos com 60 anos ou mais. A população abaixo dos 18 anos representa 8,3% do total. (Gráfico 6). A média de idade é de 39,3 anos para aqueles que estavam na rua e 41,7 anos para aquelas encontradas em serviços de acolhimento. Proporcionalmente, as crianças estão mais presentes do que os adolescentes (6,1% e 2,2%, respectivamente). Os dados sobre crianças e adolescentes são analisados em seção específica neste relatório.



GRÁFICO 6

Distribuição da população em situação de rua por idade, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Cor/Raça

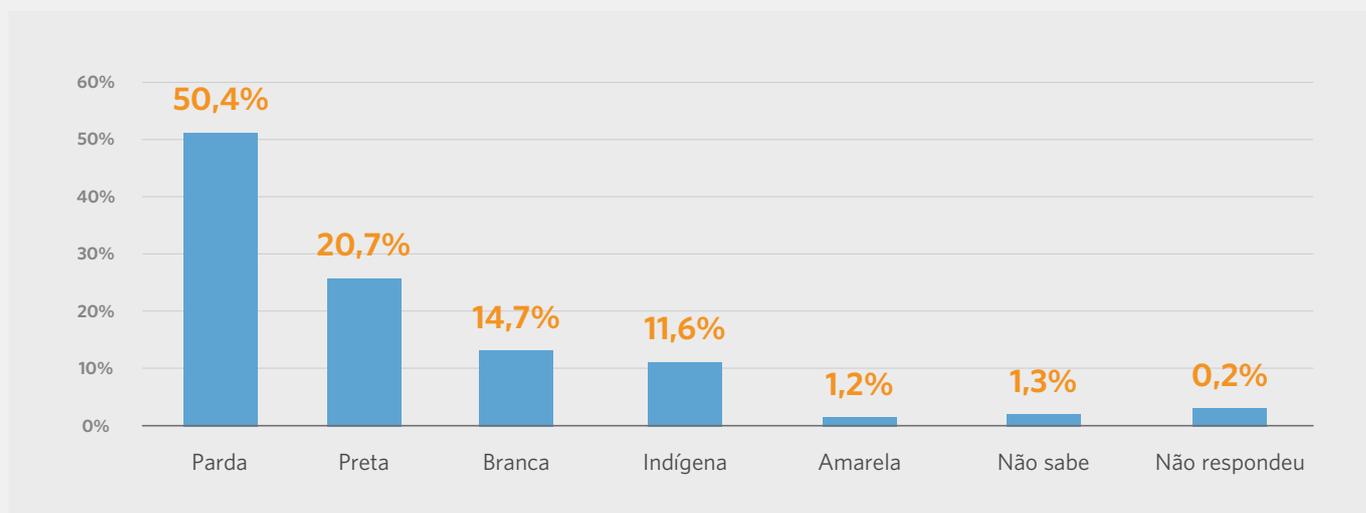
Um percentual de 71,1% das pessoas encontradas se declarou negras, sendo 50,4% pardas e 20,7% pretas (Gráfico 7). Um total de

11,6% entrevistados se consideraram indígenas. Esse percentual se relaciona à presença, sobretudo, de venezuelanos no Distrito Federal. Outras 14,7% das pessoas se autodeclararam brancas.



GRÁFICO 7

Distribuição da população em situação de rua por cor/raça, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Situação educacional

O percentual de pessoas alfabetizadas em situação de rua é de 87,6%. A proporção de homens alfabetizados é maior que a de mulheres e, proporcionalmente, mais mulheres frequentam a escola atualmente do que homens. Mais de 60% das pessoas que estão fora da escola afirmou ter interesse em estudar e 45,9% já fizeram ou fazem algum curso de capacitação profissional.

Atualmente 4,7% das pessoas que estão em situação de rua frequentam a escola. Observando

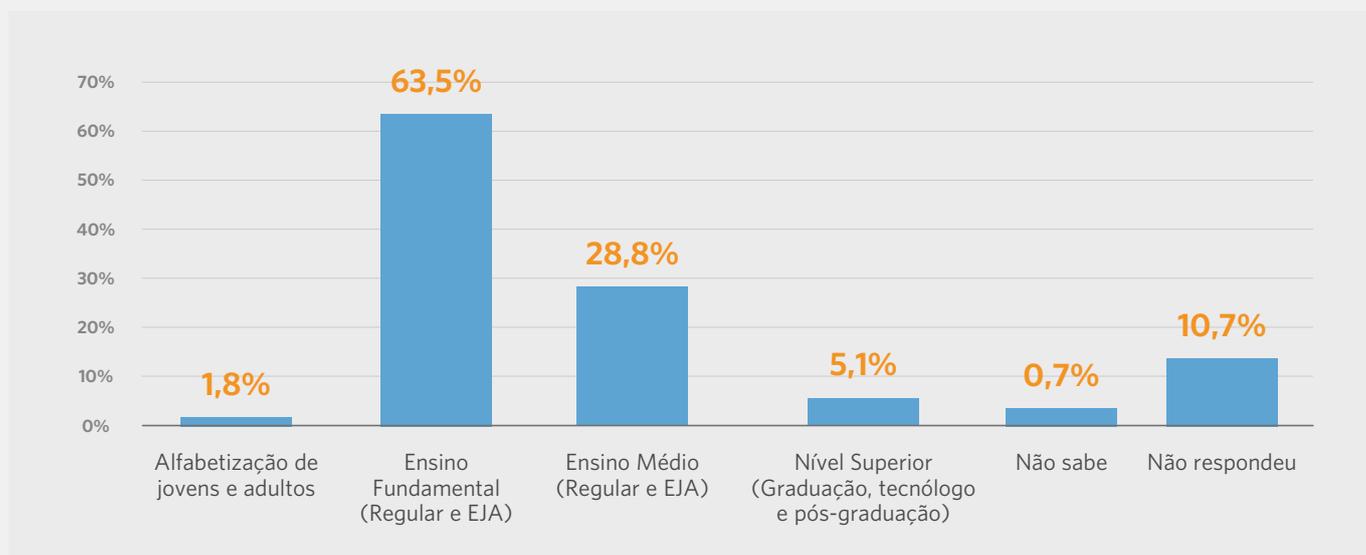
as proporções por sexo, é possível identificar que 5,3% das mulheres e 4,5% dos homens estão matriculados. Em geral, 64,3% desses estudantes vão à aula todos os dias. Entre os menos frequentes (14,2% não têm ido à escola e 7,1% vão 1 ou 2 dias por semana), os motivos alegados para a infrequência são a falta de interesse e a pandemia.

Entre os que não estão estudando, 61,9% revelaram interesse em retomar ou iniciar a trajetória escolar e 36,7% não compartilham essa vontade.



GRÁFICO 8

Proporção de pessoas em situação de rua com segundo nível de escolaridade que frequenta ou frequentou a escola, Distrito Federal, 2022.



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Entre as pessoas que já estudaram, o nível de escolaridade mais comum é o ensino fundamental (63,5%), seguido do ensino médio (28,8%). E 5,1% das pessoas afirmaram terem feito curso superior (Gráfico 8). Sobre a formação profissional, os dados revelam que 11,9% das pessoas

já fizeram ou fazem curso de construção civil e 9,3% já estudaram informática ou computação. Com aproximadamente 5% cada, estão os cursos de padeiro, confeitoiro, culinária, garçom ou cozinheiro (5,7%) e administração e contabilidade (5%).

Migração e vínculo com moradia fixa

O perfil mais recorrente encontrado entre as pessoas pesquisadas **é de migrantes de outros estados para o DF (51,7%)**, e vieram em busca de trabalho (44,5%). Entre o total de entrevistados, a maioria, antes de estar em situação de rua, vivia com suas respectivas famílias (54,8%).

Há um relativo equilíbrio entre os percentuais de pessoas que sempre moraram no Distrito Federal (47,0%) e que vieram para cá em algum momento (51,7%). Apenas 2,4% dos migran-

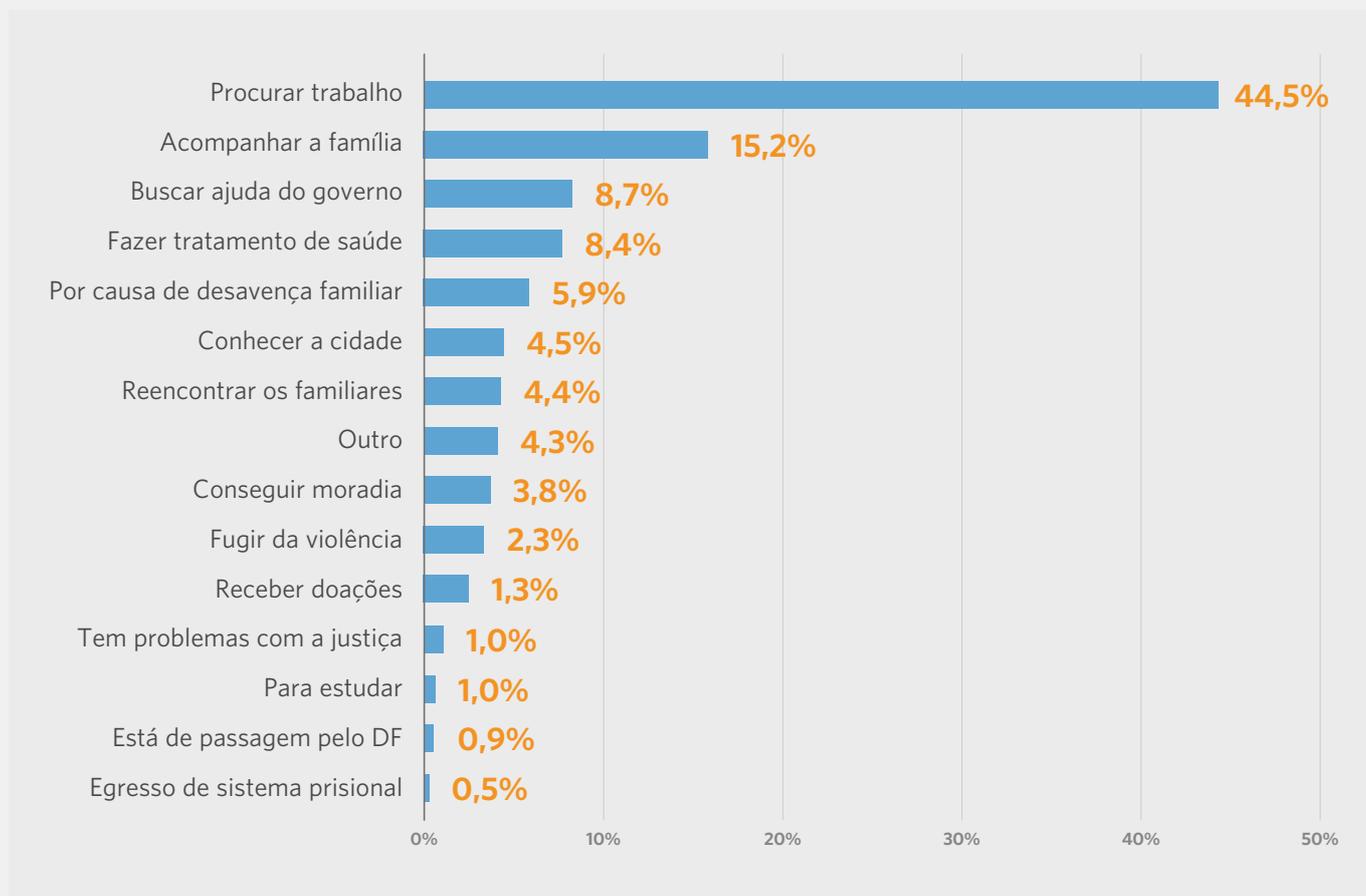
tes são estrangeiros e, entre os migrantes internos (94,7%), os principais estados de origem são Goiás (9,6%), Bahia (7,1%) e São Paulo (6,2%) (Apêndice D).

Em relação às motivações da vinda das pessoas para o Distrito Federal (Gráfico 9), destacam-se a procura por trabalho (44,5%) e a intenção de acompanhar a família (15,2%), motivos que juntos totalizam mais da metade das respostas (59,7%). A busca por ajuda do governo (8,7%) e por tratamento de saúde (8,4%), também tiveram quantidades significativas de respostas.



GRÁFICO 9

Distribuição da população em situação de rua pelos motivos para vir para o Distrito Federal, Distrito Federal, 2022



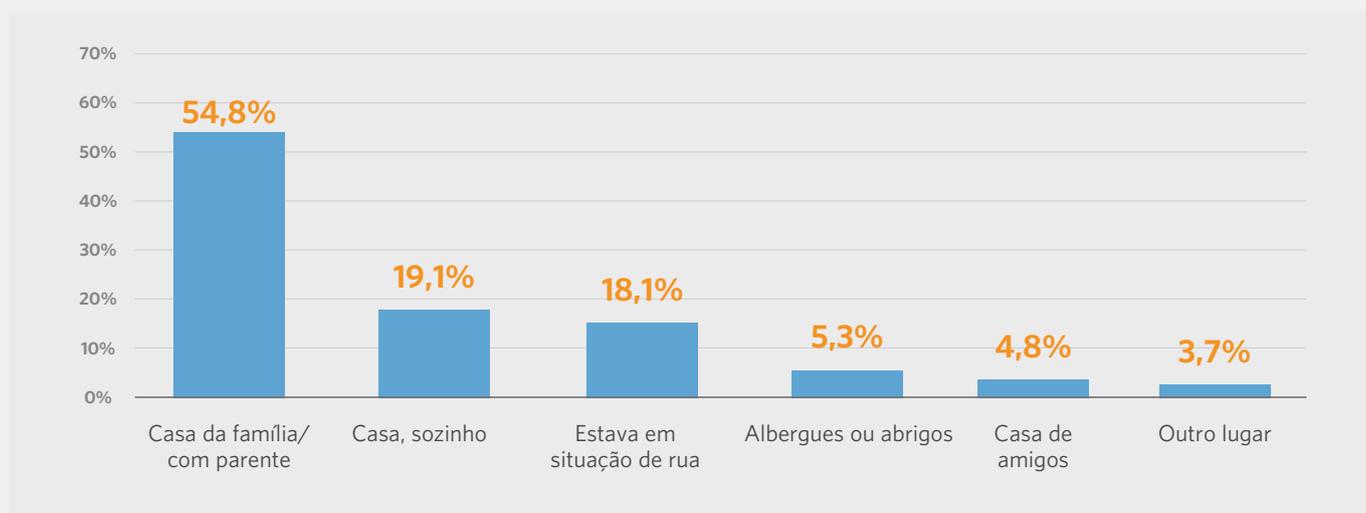
Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Mais da metade dos entrevistados vivia com sua família antes de vir para o Distrito Federal (54,8%). Cerca de 20% moravam sozinhos (19,1%) e 18,1% estavam em situação de rua quando aqui chegaram (Gráfico 10).



GRÁFICO 10

Distribuição da população em situação de rua pela composição da moradia antes de vir para o Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

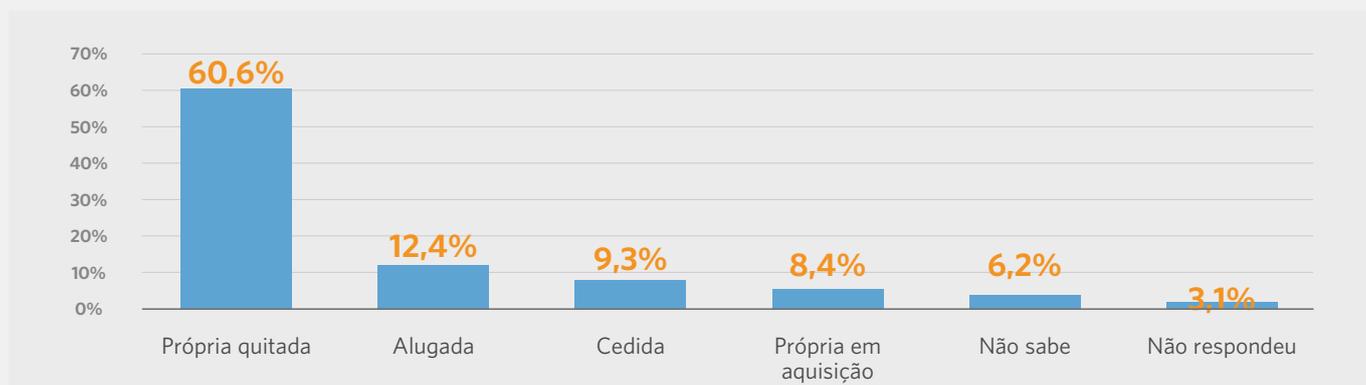
Vínculo com casa/residência fixa

A maior parte das pessoas em situação de rua não possui moradia (87%). Outros 13,4% disseram ter uma casa para morar, sendo 7,7% no Distrito Federal e 4,4% em outro estado.



GRÁFICO 11

Distribuição da população em situação de rua que possui casa/residência fixa no DF por tipo de vínculo com o imóvel, Distrito Federal, 2022

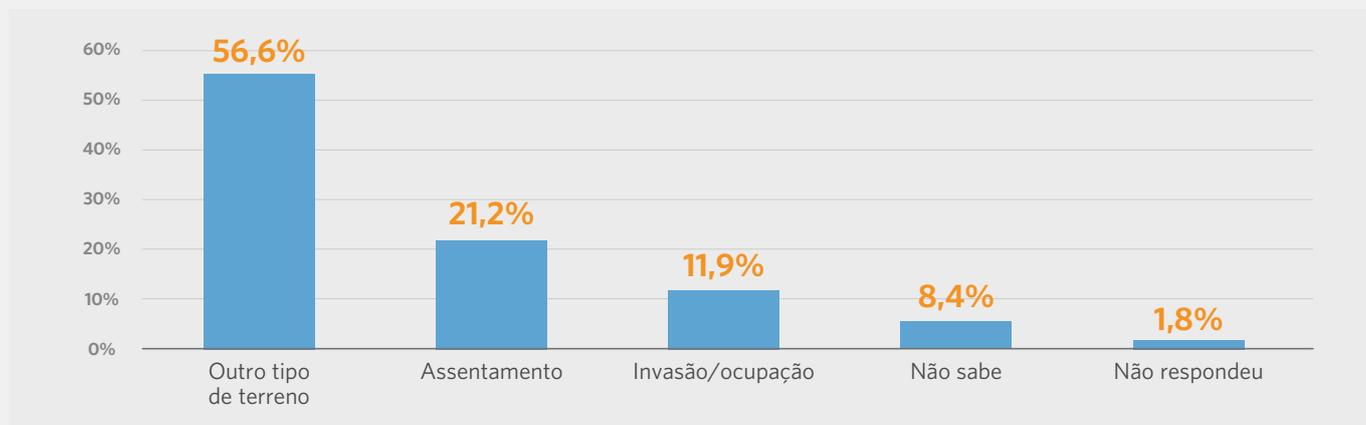


Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.



GRÁFICO 12

Distribuição da população em situação de rua que possui vínculo com casa/residência fixa por tipo de terreno onde se localiza o imóvel, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Entre os que possuem moradia (226 pessoas), 60,6% afirmaram que o imóvel é próprio e quitado, 12,4% alugado e 9,3% moram em residências cedidas. Essas casas/residências ficam em um assentamento (21,2%), ou em uma invasão/ocupação (11,9%). A maioria (56,6%), porém, possui residência em outro tipo de terreno, diferente dos mencionados anteriormente.

Benefícios

Entre as pessoas entrevistadas, 45,4% afirmaram receber algum benefício governamental. O número dos que recebem (45,3%) e não recebem benefícios (50,7%) do governo é próximo, sendo ligeiramente maior a parcela que afirmam não receber. Para 3,1% dos entrevistados, a informação não foi coletada e, aproximadamente, 1% não sabia ou não respondeu à questão.



TABELA 02

Distribuição das pessoas em situação de rua que recebem benefícios pela quantidade de benefícios recebidos, Distrito Federal, 2022

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS	Nº DE PESSOAS	%
1	1.195	76,7%
2	285	18,3%
3	20	1,3%
4	29	1,9%
6	10	0,6%
NÃO INDICADO	19	1,2%
TOTAL	1.558	100%

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

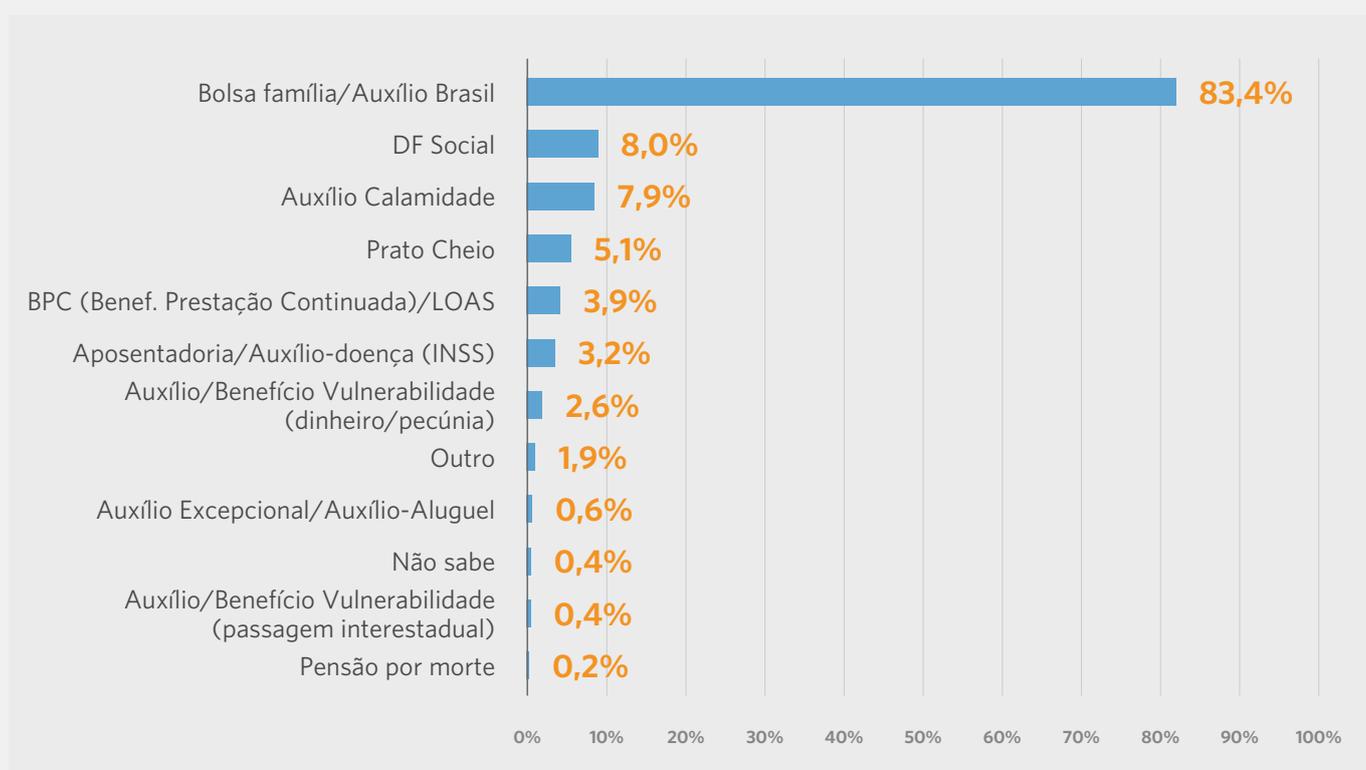
Já 76,7% das pessoas afirmaram receber um único benefício social pago por um ente governamental e 285 pessoas (18,3%) recebem dois benefícios diferentes. Entre aqueles que recebem diferentes benefícios, 83,4%

eram beneficiados com o antigo Bolsa família, atual Auxílio Brasil, 8,0% recebem o DF Social¹⁰, 7,9%, o Auxílio Calamidade¹¹ e 3,9% eram beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, o BPC (Tabela 2).



GRÁFICO 13

Distribuição da população em situação de rua por tipos de benefícios recebidos, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dapos/IPEDF.

Quando são analisadas separadamente as pessoas entrevistadas nos serviços de acolhimento e as que estavam no espaço da rua, os percentuais variam bastante. Entre os acolhidas, 67,3% recebiam algum benefício, sendo 81,1% o Auxílio

Brasil, 11,2% o Auxílio Calamidade e 10,3% o DF Social. Entre aqueles que estavam na rua, 65,3% afirmaram não receber benefício algum e, entre os que recebiam, 85,6% era o Auxílio Brasil e 8,5% o Prato Cheio (Apêndice D).

10 O DF Social é um benefício de transferência de renda destinado a famílias cuja renda seja inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo vigente, inscritas no CadÚnico.

11 Auxílio calamidade é um benefício socioassistencial eventual, mantido pela Sedes concedido para suprir a família ou o indivíduo dos meios necessários à sobrevivência em situações calamitosas. É concedido em dinheiro no valor de R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais).

Trabalho e renda

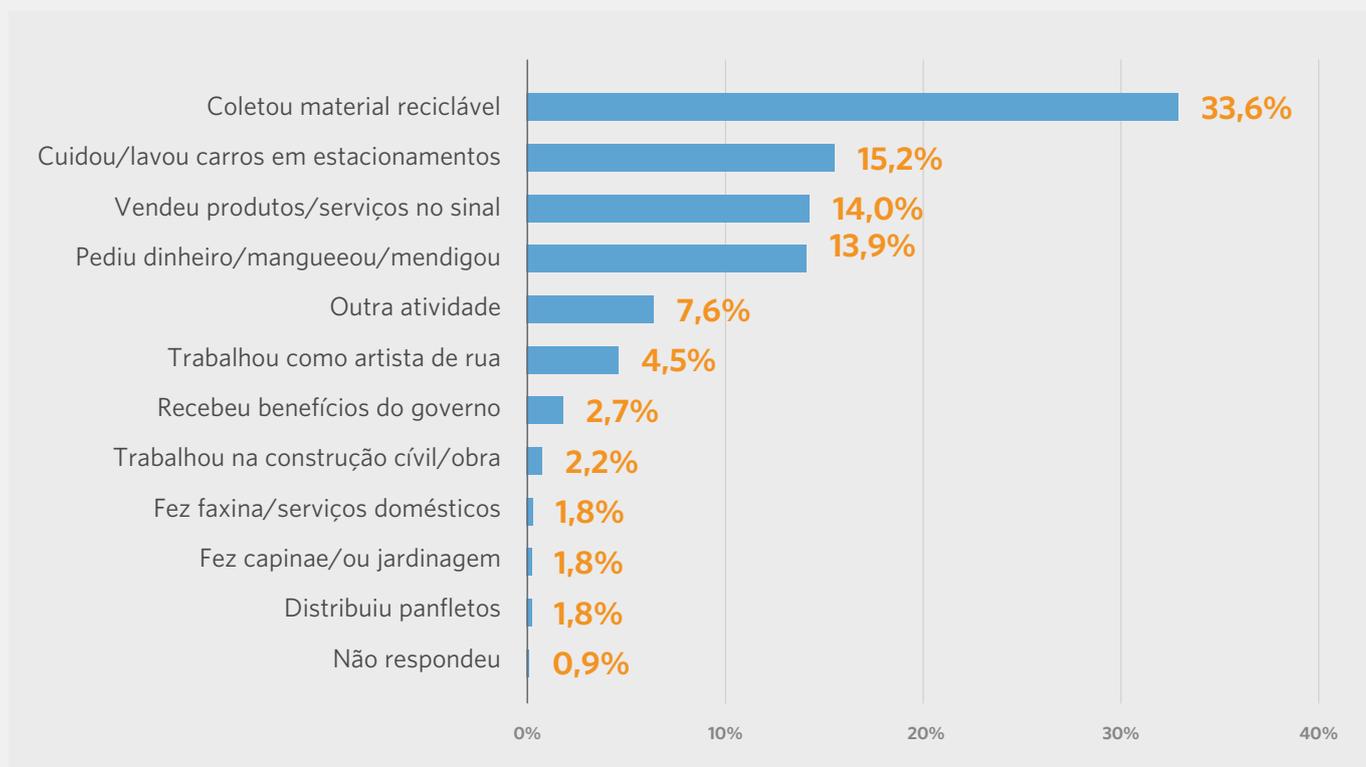
A atividade de geração de renda mais comum entre os entrevistados em situação de rua é a catação de ma-

teriais recicláveis (33,6%). As outras atividades mais recorrentes são cuidar/lavar carros (15,2%), vender produtos ou serviços nos sinais de trânsito (14,0%) e pedir dinheiro (mangueia) (13,9%) (Gráfico 14).



GRÁFICO 14

Distribuição da população em situação de rua segundo a principal atividade que realizou para geração de renda nos dias anteriores à pesquisa, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

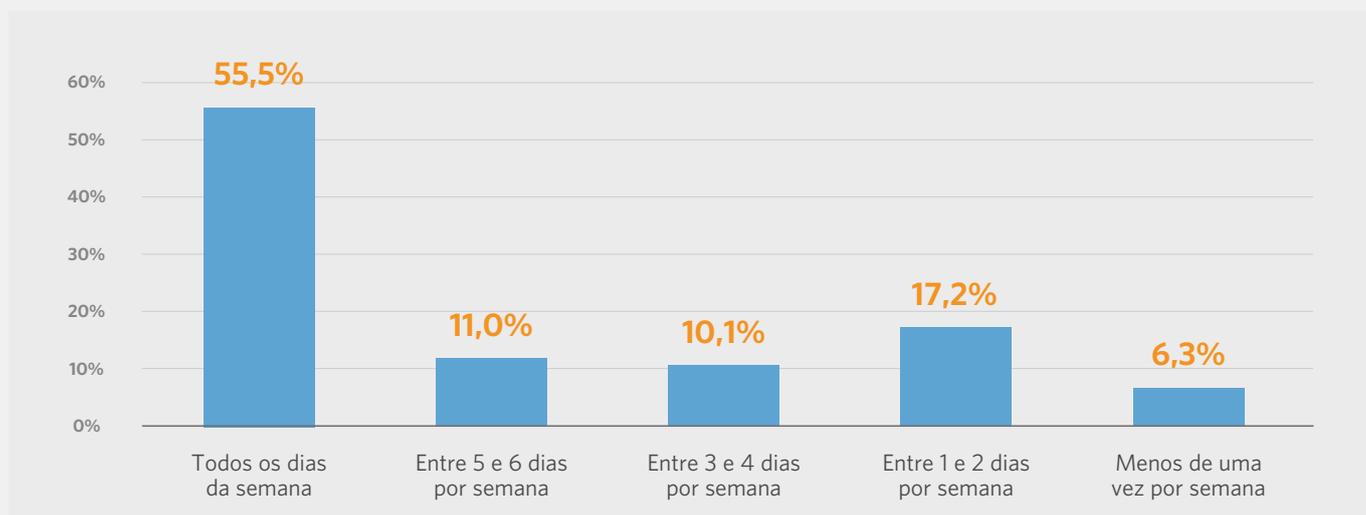
A proporção de pessoas que realizam a atividade de catação de latinhas e outros materiais recicláveis para venda em algum momento (e não só como principal atividade para geração de renda), é de 53,8% dos entrevistados, enquanto 45,3% não realizam essa atividade. Quando estratificadas pelo local de aplicação dos ques-

tionários, observa-se que, entre os acolhidos, 70,1% não catam materiais recicláveis. Entre as que estavam na rua, 65,9% catam latinhas ou outros materiais para vender. Entre os catadores, a atividade de catação é realizada todos os dias da semana por 55,5% deles e entre 1 e 2 dias por 17,2% (Gráfico 15).



GRÁFICO 15

Proporção da população em situação de rua segundo frequência semanal da atividade de catação de materiais recicláveis, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

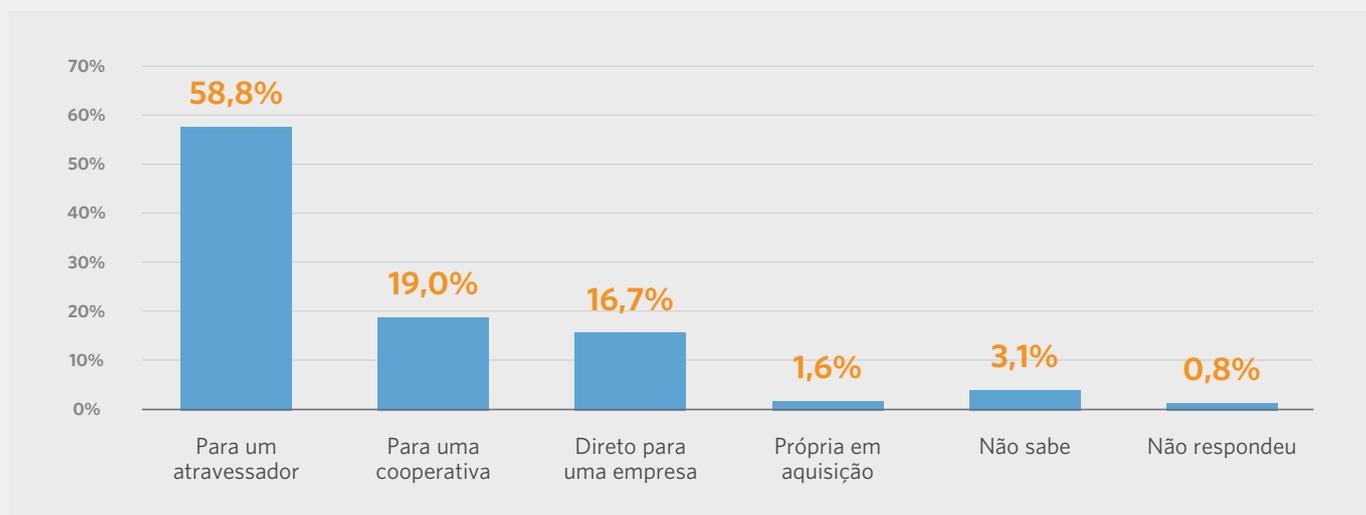
Os atravessadores são os principais receptores do material reciclável coletado pelas pessoas em situação de rua: 58,8% afirmaram vender

para eles. Outros 19,0% vendem para cooperativas e 16,7% para empresas de reciclagem (Gráfico 16).



GRÁFICO 16

Distribuição dos catadores em situação de rua pelos compradores do material recolhido, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

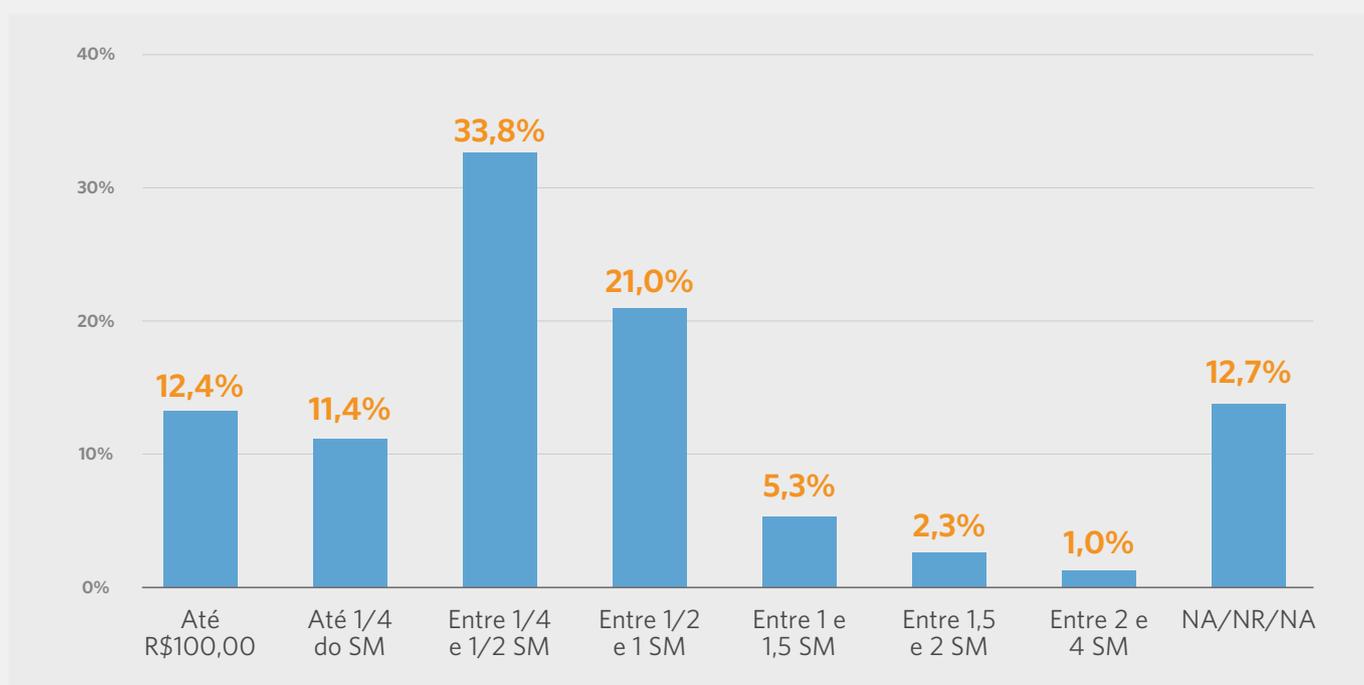
Em relação ao tipo de vínculo de trabalho, 74,7% das pessoas trabalham por conta própria, 5,1% têm trabalhos fixos, sem carteira assinada e menos de 1% tem empregos formais, com registro em carteira de trabalho. Entre os que não têm vínculos trabalhistas, 35,6% nunca tiveram e 37% não trabalham formalmente há mais de 5 anos (Apêndice D).

A renda auferida, somando todas as atividades realizadas de 33,8% das pessoas, varia entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, considerando o salário-mínimo vigente de R\$1.212,00 em 2022. Para 21% delas, a renda fica entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário-mínimo (R\$ 606,00 - R\$ 1.212,00) e, para 12,4%, em até R\$100,00 (Gráfico 17).



GRÁFICO 17

Distribuição da população em situação de rua por faixa de renda total, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Saúde

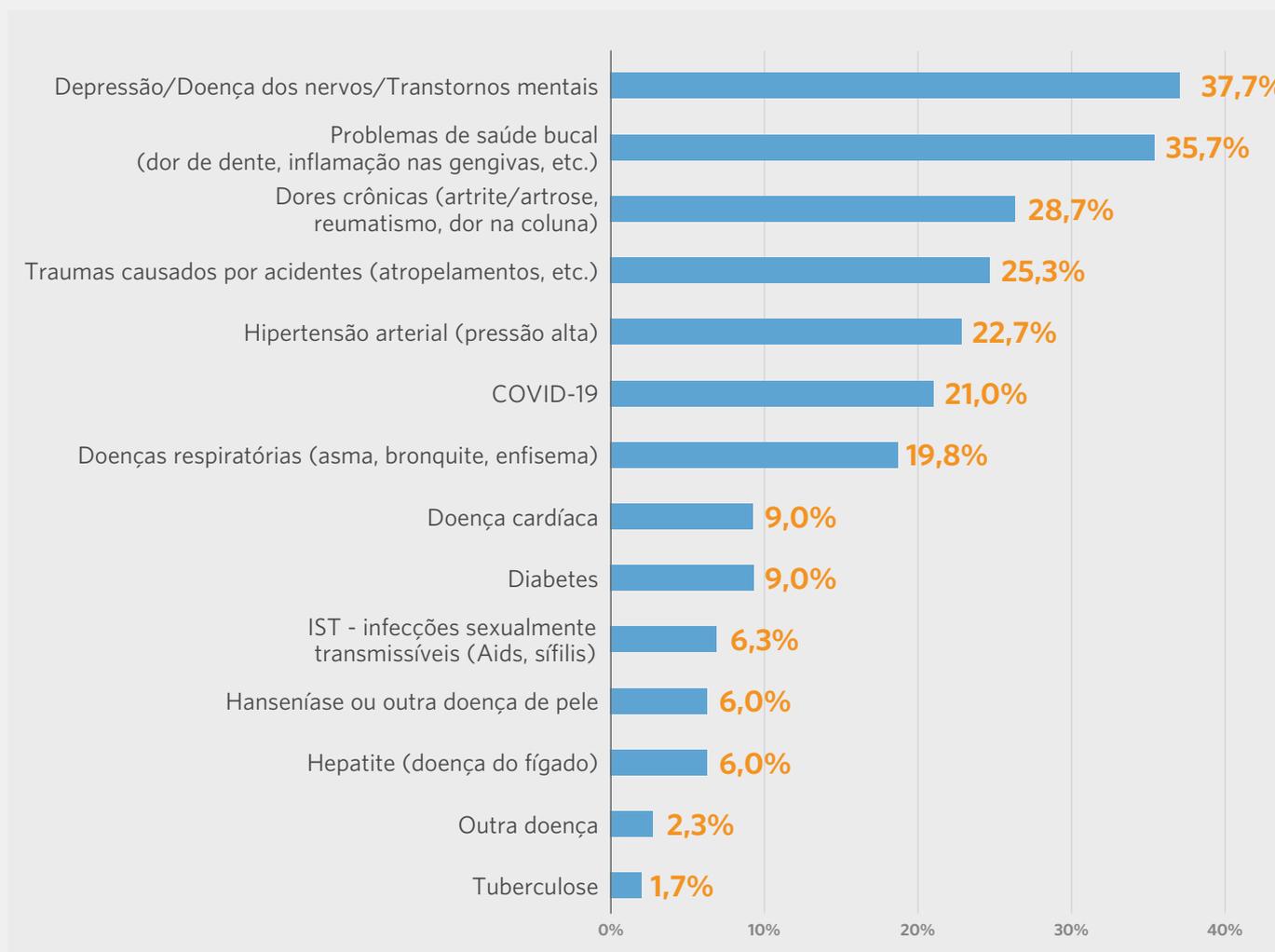
As doenças mais comuns relatadas na pesquisa foram a depressão e transtornos mentais (37,7%), problemas de saúde bucal (35,7%) e dores crônicas (28,7%) (Gráfico 18). Ainda, 63,4% das pessoas relataram ter dificuldade para enxergar mesmo usando óculos e 55,3% têm difi-

culdade para caminhar ou subir degraus (Gráfico 29). O equipamento público de saúde mais utilizado é a unidade básica (posto de saúde) (42,1%) e os hospitais e pronto socorros (32,7%). Entre as outras doenças citadas, estão a diabetes e as doenças cardíacas (ambas com 9%), infecções sexualmente transmissíveis (6,3%), hanseníase e hepatite (ambas com 6%).



GRÁFICO 18

Distribuição da população em situação de rua por tipos de doenças relatadas nos doze meses anteriores à pesquisa, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Um percentual de 57,4% das pessoas relatou possuir alguma dificuldade para realizar atividades como enxergar, caminhar, ouvir ou pegar pequenos objetos, mesmo utilizando aparelhos ou recursos como óculos ou aparelhos de audição. A dificuldade mais comum foi a visual (63,4%), seguida da física (55,2%) e a dificuldade para pe-

gar objetos (37,8%) (Gráfico 19). É importante destacar que as questões foram feitas de forma ampla e podem não necessariamente refletir uma deficiência, nos termos estabelecidos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência¹² (Brasil, 2015). Os enunciados das questões utilizados no questionário estão no Gráfico 18.

¹² A referida lei define como pessoa com deficiência: “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (Art. 2º. Brasil, 2015). As questões aplicadas nessa pesquisa não investigaram se os impedimentos eram de longo prazo e nem se obstruíam a participação na sociedade de alguma forma.

**GRÁFICO 19**

Proporção de pessoas em situação de rua com dificuldades para realizar atividades como enxergar, caminhar, pegar objetos e ouvir, Distrito Federal, 2022



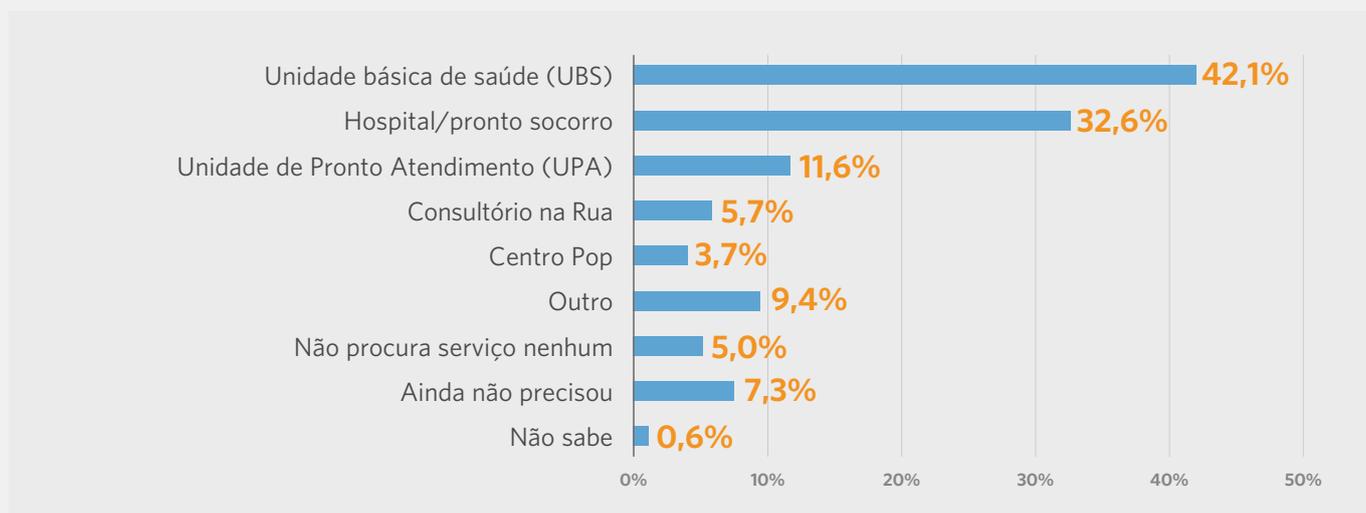
Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dapos/IPEDF.

Uma parte dos entrevistados ainda não precisou buscar por serviços de saúde (7,3%) e outra (5,0%) não procura serviço algum quando precisa de atendimento. Entre as pessoas que acionam os serviços quando precisam, a maioria busca pe-

las unidades básicas de saúde (42,1%) e por hospitais (32,6%). As proporções podem ser encontradas no Gráfico 20. Como as pessoas podiam relacionar até três serviços, a soma dos percentuais é superior a 100%.

**GRÁFICO 20**

Proporção de pessoas em situação de rua pelos serviços de saúde que procuram quando precisam, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dapos/IPEDF.

Saúde sexual e reprodutiva

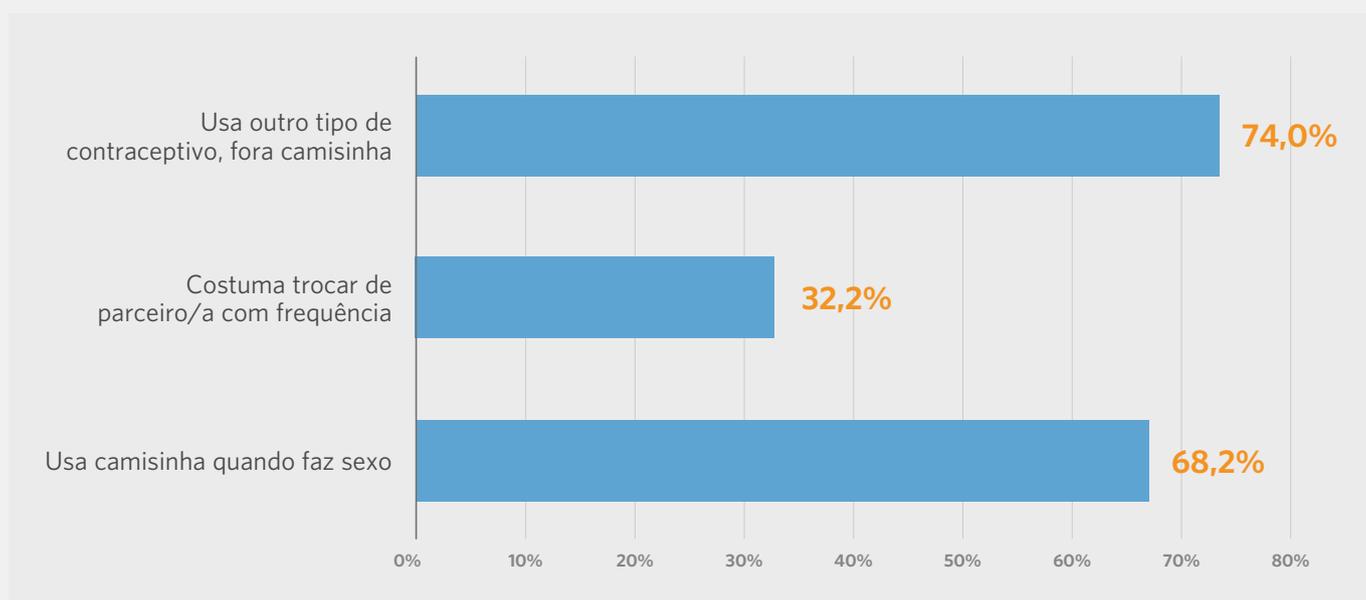
Os comportamentos sexuais relatados evidenciam que a maior parte das pessoas, tem vida sexual ativa (58,0%). Deste total, 73,5% usam

camisinha nas relações sexuais e 7,4% fazem uso de outros métodos contraceptivos. Dentre as pessoas que têm vida sexual ativa, 41,8% informaram trocar de parceiro/a com frequência (Gráfico 21).



GRÁFICO 21

Distribuição da população em situação de rua por hábitos sexuais relatados, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Uso de drogas, álcool ou cigarro

Durante a pesquisa 72,9% das pessoas afirmaram que, antes de estar em situação de rua, utilizaram algum tipo de substância como álcool, drogas ou cigarros, tendo sido o álcool a substância mais frequente (78,9%) (Gráfico 22). Já 69% afirmaram que, no período vivido nas ruas, mantinham o uso de alguma dessas substâncias e, nesse caso, a maior frequência era do cigarro (72,3%) (Gráfico 23). Para 66,5% das pessoas, o uso de pelo menos uma dessas substâncias é diário e, na percepção de 60,3% delas, o uso não

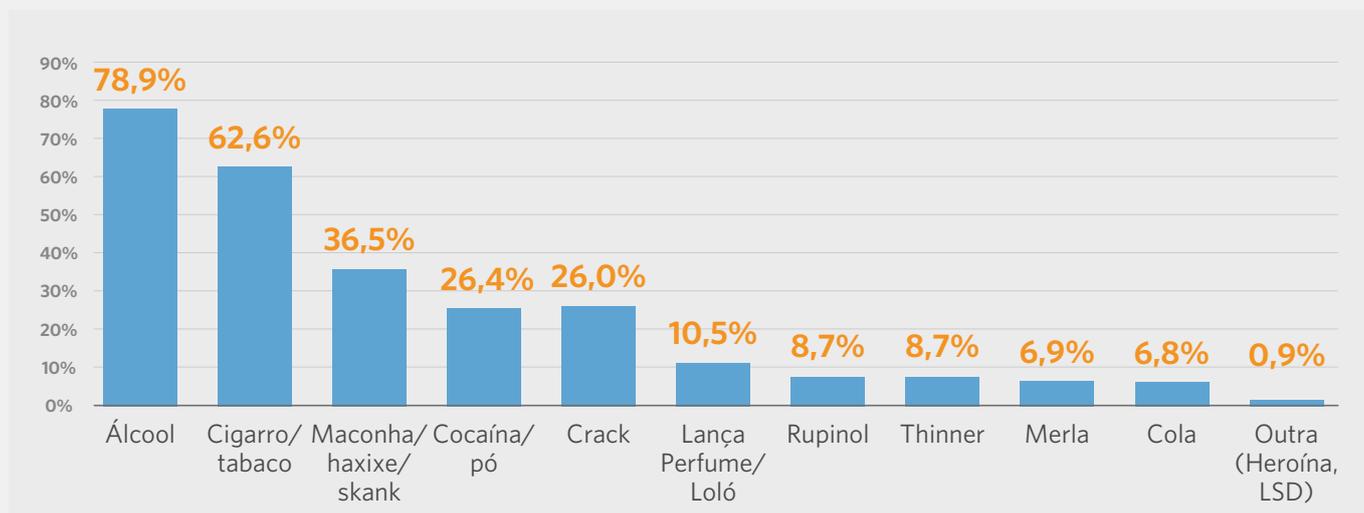
atrapalha as atividades diárias (Apêndice D). Entretanto, 64% dos respondentes afirmaram já terem perdido documentos ou objetos pessoais e 60% disseram que já foram roubados quando estavam sob o efeito de uma dessas substâncias (Gráfico 24).

Antes de estar em situação de rua, a maioria dos entrevistados utilizavam algum tipo de substância como álcool, drogas ou cigarros. Nessa fase, a substância mais frequentemente utilizada era o álcool (78,9%), seguido do cigarro (62,6%) e da maconha (36,5%) (Gráfico 22).



GRÁFICO 22

Distribuição das pessoas em situação de rua que usavam álcool, cigarro e outras drogas antes de estarem em situação de rua, por tipo de substância utilizada, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

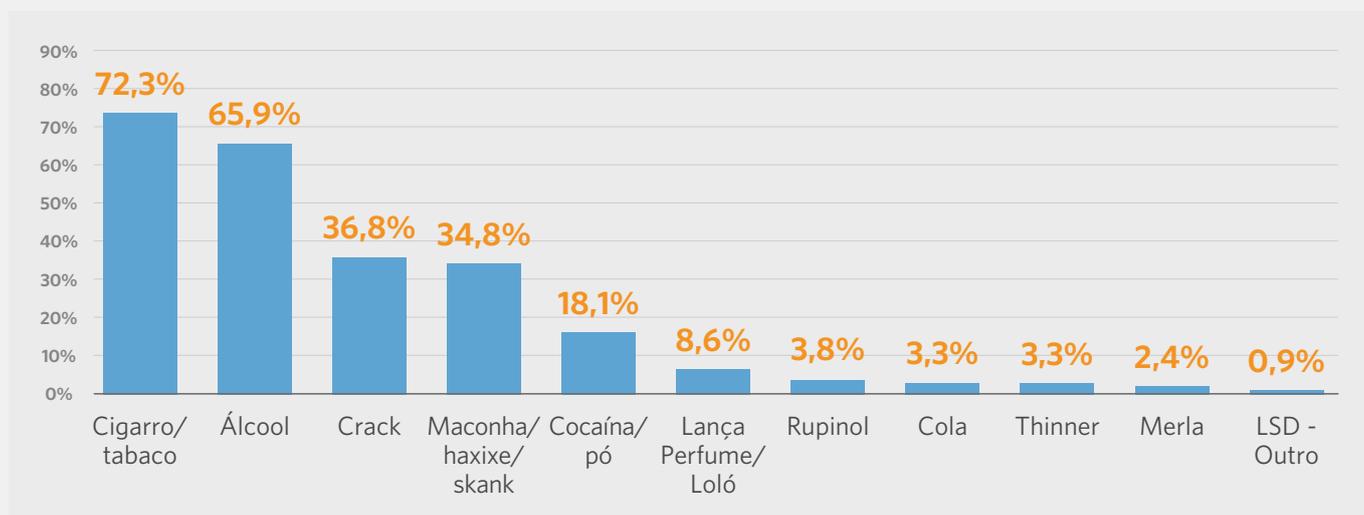
Entre os entrevistados, 69% afirmaram que, durante o período vivido nas ruas, mantinham o hábito do uso de alguma dessas substâncias. Nesse contexto, as substâncias mais frequentes são o cigarro (72,3%),

álcool (65,9%) e o crack (36,8%). Para 66,5%, o uso de pelo menos uma dessas substâncias é diário, enquanto para 18,7% é ocasional, sendo utilizada uma ou duas vezes na semana (Apêndice D).



GRÁFICO 23

Distribuição das pessoas em situação de rua que usam álcool, cigarro e outras drogas atualmente, por tipo de substância utilizada, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

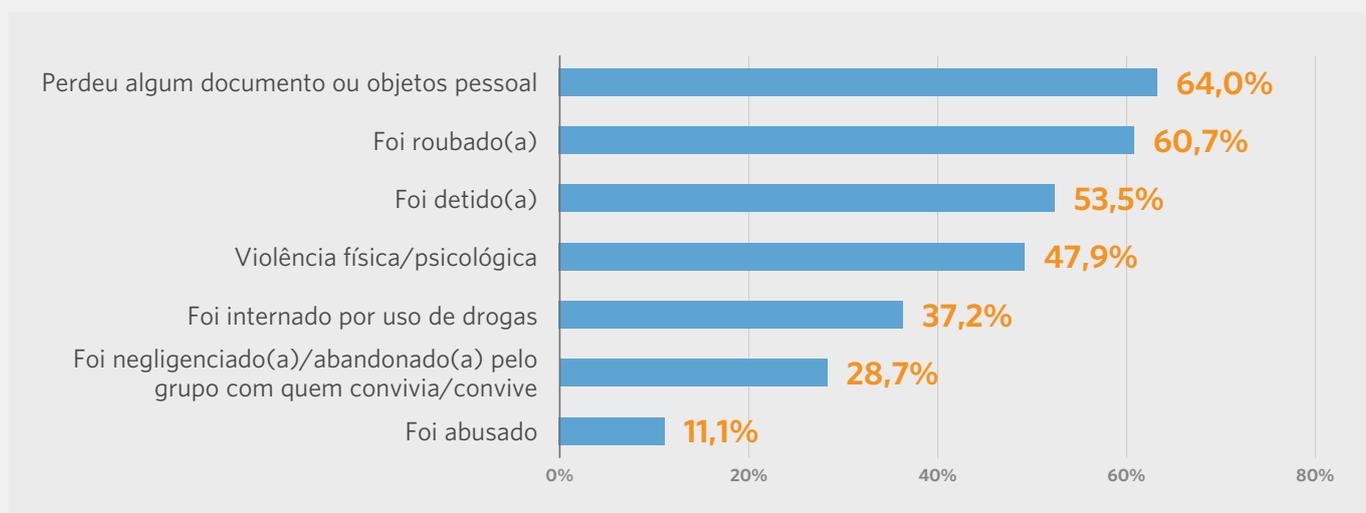
Na percepção de 60,3% das pessoas, o uso de álcool, drogas e cigarro não atrapalha suas atividades diárias. Entre os 39,7% restantes, o uso dessas substâncias já interferiu em pelo menos um tipo de situação cotidiana. Entre essas pessoas, 26,3% delas tiveram problemas com o trabalho, 24,4%, com relacionamentos com outras pessoas em situação de rua e 22,5%, nas relações familiares (Apêndice D).

Outra questão do questionário investigou um rol mais amplo de situações que poderiam ter sido vivenciadas pelas pessoas em situação de rua. Nesse caso, um grupo maior relatou ter passado por ocasiões como perda de documento ou objeto pessoal (64%), ter sido roubado (60,7%) ou detido (53,5%), sofrido violência física ou psicológica (47,9%). Ou ainda ter sido internado/a (37,2%) enquanto estava sob o efeito de pelo menos uma das substâncias investigadas (Gráfico 24).



GRÁFICO 24

Distribuição de pessoas em situação de rua que vivenciaram situações sob o efeito de substâncias como álcool, cigarro e outras drogas, por tipo de situação, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

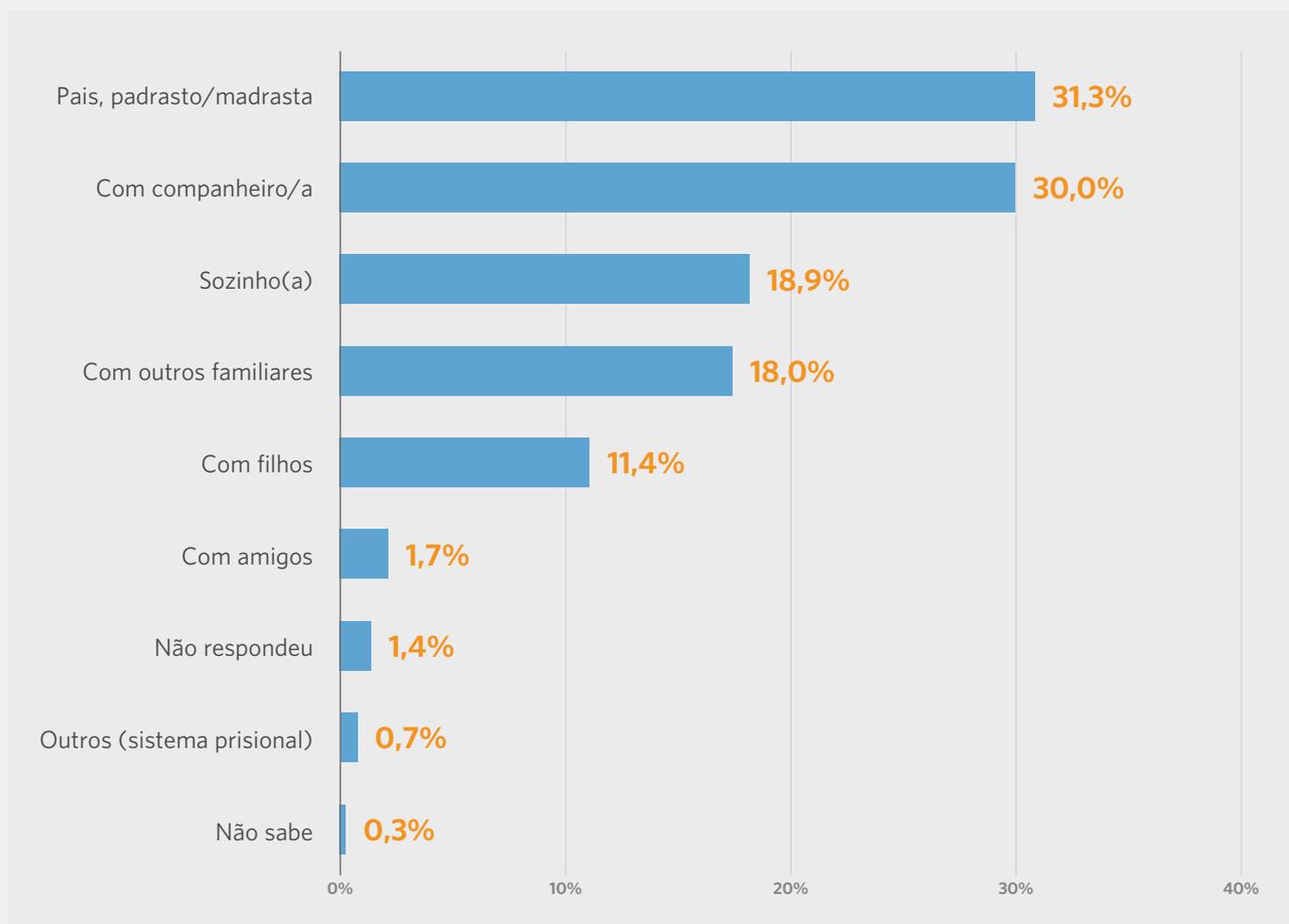
Vínculos pessoais e familiares

Antes de estar em situação de rua, quase um terço das pessoas viviam com seus pais ou padrastos e madrastas (31,3%) (Gráfico 25). Na rua, a maior parte vive sozinha (39,8%). Entre os que convivem com familiares (276), 8,3% estão com esposo/a ou companheiro/a e 6,6% com filhos (Gráfico 26).

Ao todo, foram identificados 244 crianças e adolescentes vivendo com a mãe ou pai na rua (103), ou nos serviços de acolhimento (133). Os vínculos familiares antes da situação de rua eram com a família nuclear (pais, mães, padrastos e madrastas, chegando a 31,3% dos entrevistados). Com companheiros, 30,0% e 18,9% das pessoas viviam sozinhas antes de estarem em situação de rua.

**GRÁFICO 25**

Distribuição das pessoas em situação de rua por convivência com outras pessoas na moradia antes da situação de rua, Distrito Federal, 2022



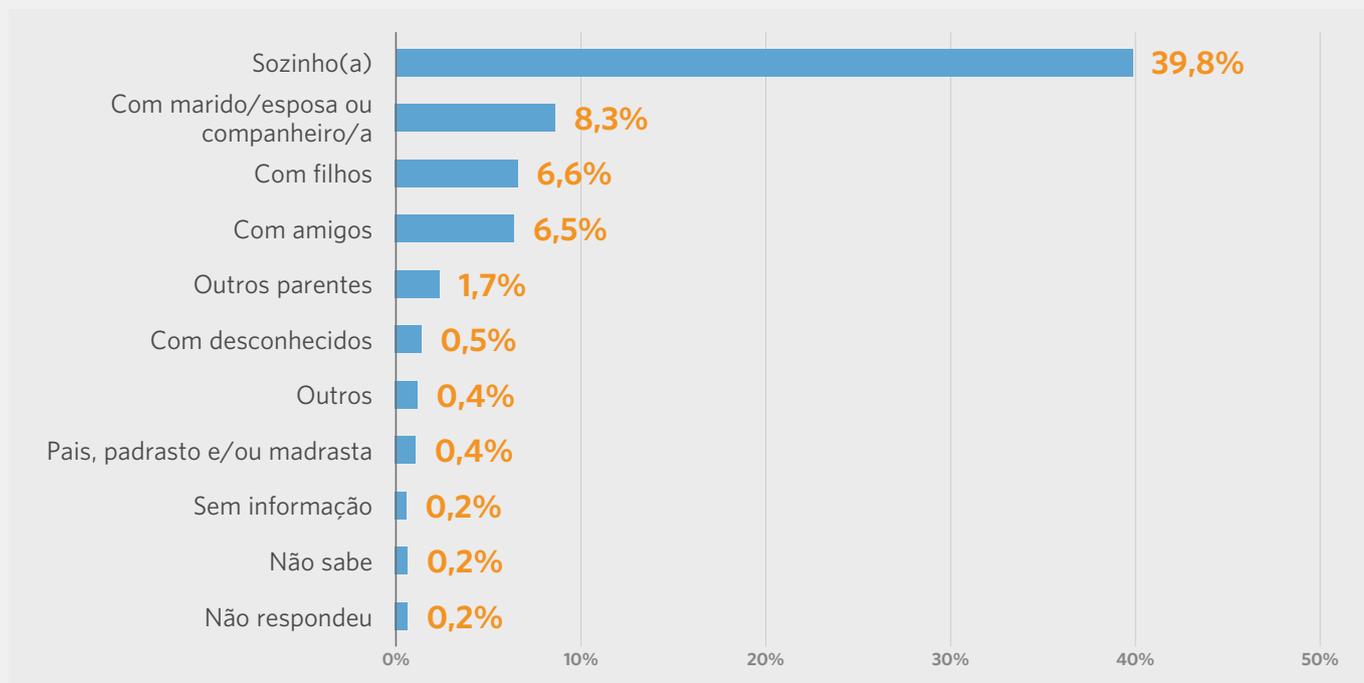
Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Já no espaço da rua, quase 40% das pessoas vivem sozinhas (39,8%). Outra parte vive com cônjuge ou companheiro/a (8,3%), filhos (6,6%) ou com amigos (6,5%) (Gráfico 26). E 42,6% afirmam ter perdido contato com a família. Des-

ses, 42,6% mencionaram a perda de um canal de comunicação e 26,3% disseram preferir não ter contato com outras pessoas da família. Para 12,5%, a situação é contrária: a família não quer ter contato com eles.

**GRÁFICO 26**

Distribuição da população em situação de rua por tipo de vínculo com as pessoas com quem convive na rua, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Em relação à quantidade de familiares/parentes com quem vivenciam a situação de rua, aqueles que vivem com 1 familiar totalizam 37,5%, 2 familiares 20,7%, 3 familiares 14,9%, sendo os que vivem com 5 e 6 familiares representam 5,8% e 4,4% do total, respectivamente (Apêndice D).

Dentre os entrevistados, 22,5% afirmaram cuidar diariamente de menores de dezoito anos em situação de rua. Entre aquelas que cuidam, a maioria cuida de uma (36,7%) ou duas (32,1%) crianças ou adolescentes. Uma parcela de 16,5% cuida de 3 e outra de 10,1% cuida de 4 menores de dezoito anos (Apêndice D).

Observando separadamente por local de aplicação do questionário, tem-se que, nos serviços de acolhimento, é maior o percentual de pessoas que cuidam de crianças e adolescentes do que entre as pessoas que estão na rua (45,0% e 13,4% respectivamente).

O principal tipo de vínculo mencionado entre os adultos e as crianças e adolescentes se concentra entre filhos/as e enteados/as (81,5%), netos/as e bisnetos/as (6%) e outros parentes (3,9%).

VIDA NA RUA

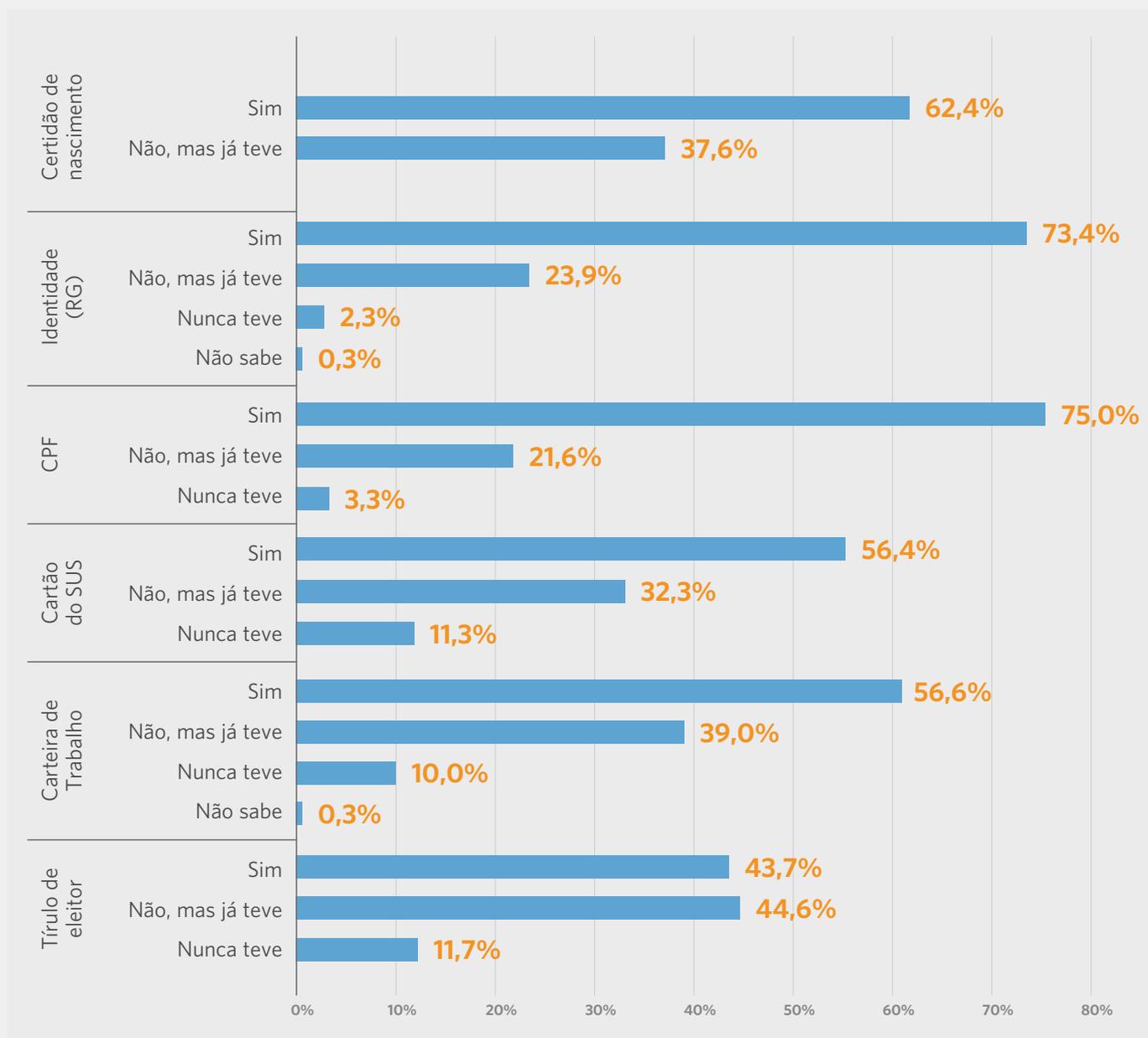
Documentação civil básica

Mais da metade dos entrevistados informou possuir Cadastro de Pessoa Física (CPF) (75,0%), carteira de identidade ou RG (73,4%), carteira de trabalho (50,6%), certidão de nascimento (62,4%) e cartão do Sistema Único de Saúde (56,4%). O título de eleitor foi o documento que o menor percentual informou possuir (43,7%). E também o documento que mais pessoas já tiveram e não o tem mais (44,6%), ou nunca tiveram (11,7%) (Gráfico 27).



GRÁFICO 27

Distribuição da população em situação de rua por posse de documentação civil básica, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dapos/IPEDF.

Posse de aparelho celular e acesso à internet

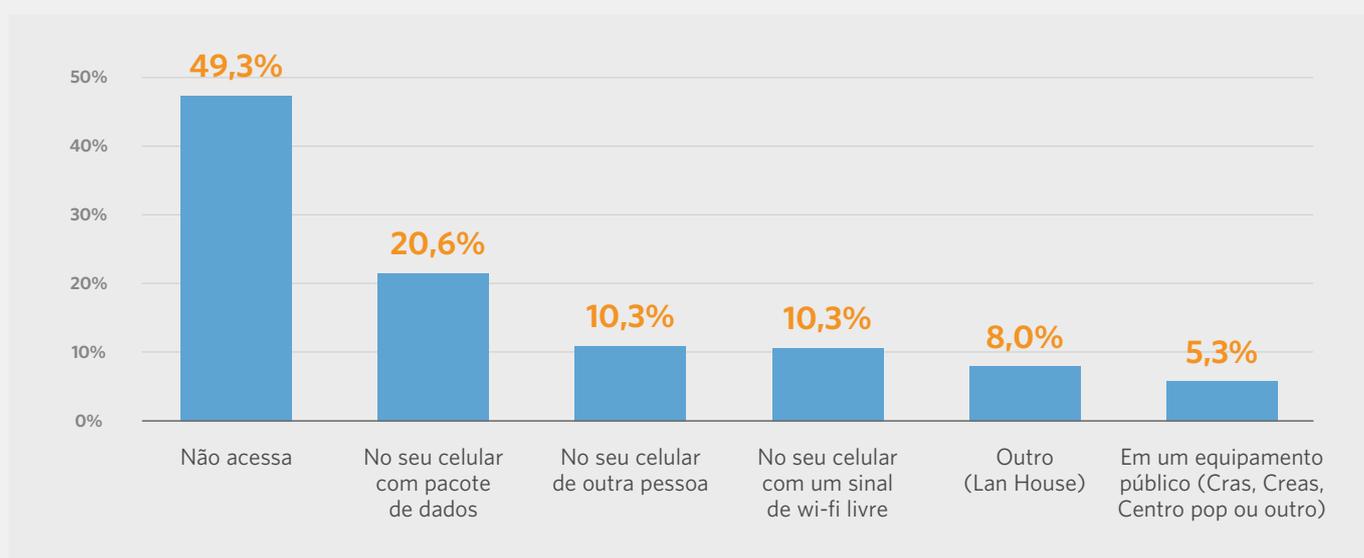
Uma a cada três entrevistados em situação de rua afirmou ter um aparelho celular (35,7%). Entretanto, 49,3% das pessoas informaram

não acessar a internet. As que disseram acessar do seu próprio celular somam 20,6% e as que acessam no celular de outra pessoa ou usam um sinal de Wi-Fi livre, somam exatamente o mesmo percentual (10,3% cada) (Gráfico 28).



GRÁFICO 28

Distribuição da população em situação de rua por formas de acesso à internet, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Segurança alimentar, acesso a alimentos, água e banheiro

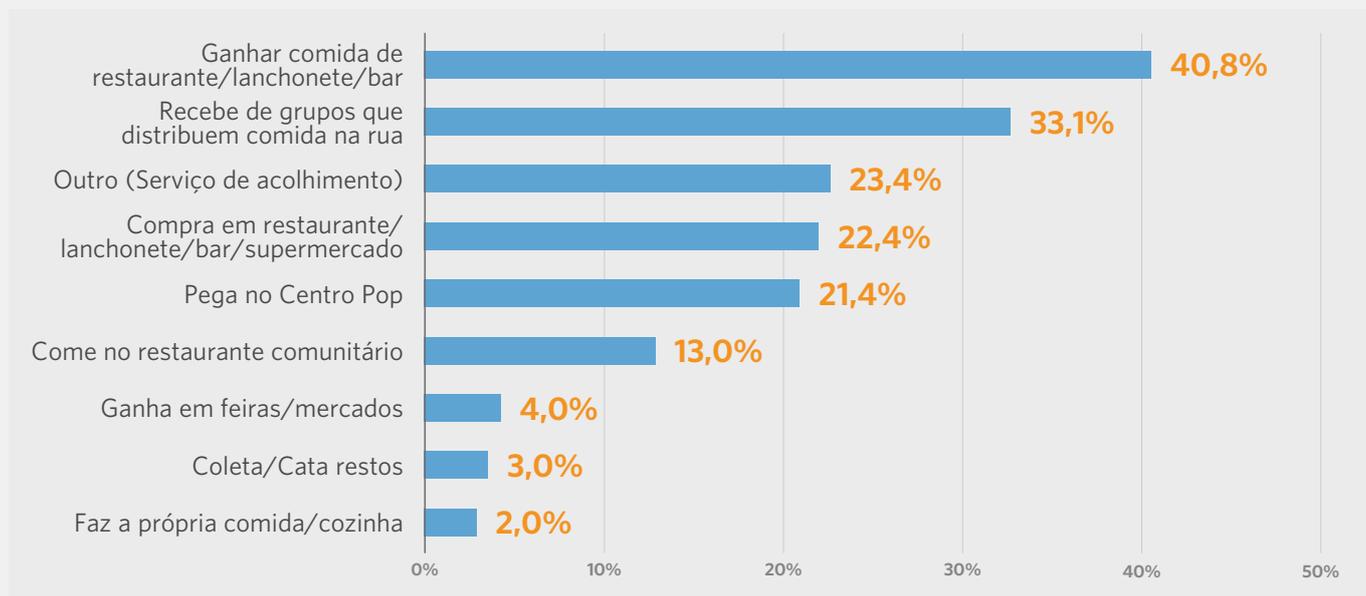
Em relação ao acesso à alimentação, 41,3% das pessoas afirmaram ter ficado pelo menos 24 horas sem comer na semana de realização da pesquisa. Bares, lanchonetes e restaurantes são as principais fontes de alimentos (40,7%) (Gráfico 29) e de água para beber ou cozinhar (26,7%) (Gráfico 30). O Centro Pop é o principal ofertante de banheiros para o banho ou necessidades fisiológicas (28,0%), seguido de banheiros públicos (24,3%) (Gráfico 31).

As formas mais recorrentes de acesso ou obtenção de alimentos são mantidas pela iniciativa dos cidadãos e cidadãs do Distrito Federal: 40,8% das pessoas em situação de rua afirmaram ganhar comidas de bares, restaurantes ou lanchonetes e 33,1% de grupos que distribuem na rua. As ofertas governamentais são utilizadas por 46,4% das pessoas que acessam o Centro Pop (21,4%), ou estão em serviços de acolhimento (23,4%) (Gráfico 29).



GRÁFICO 29

Distribuição da população em situação de rua pelas formas de acesso e obtenção de alimentos, Distrito Federal, 2022



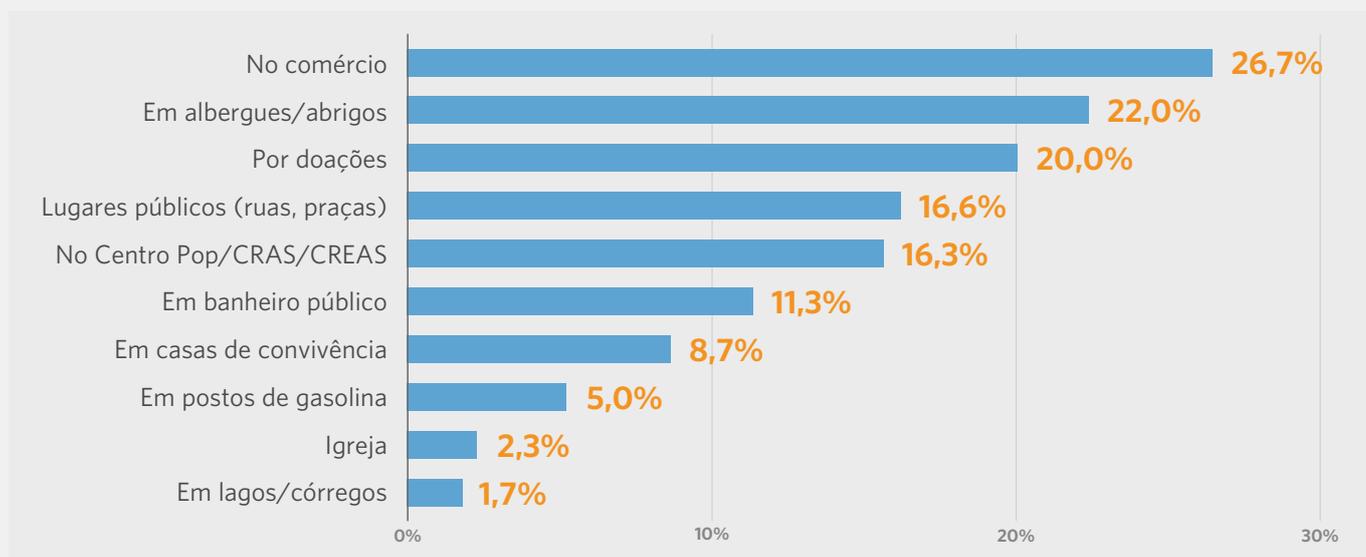
Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

O comércio é a principal fonte de água para beber ou cozinhar (26,7%). Outros conseguem água nos serviços de acolhimento (22,0%), ou por meio de doações (20,0%) (Gráfico 30).



GRÁFICO 30

Distribuição da população em situação de rua por formas de acesso à água para beber e cozinhar, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

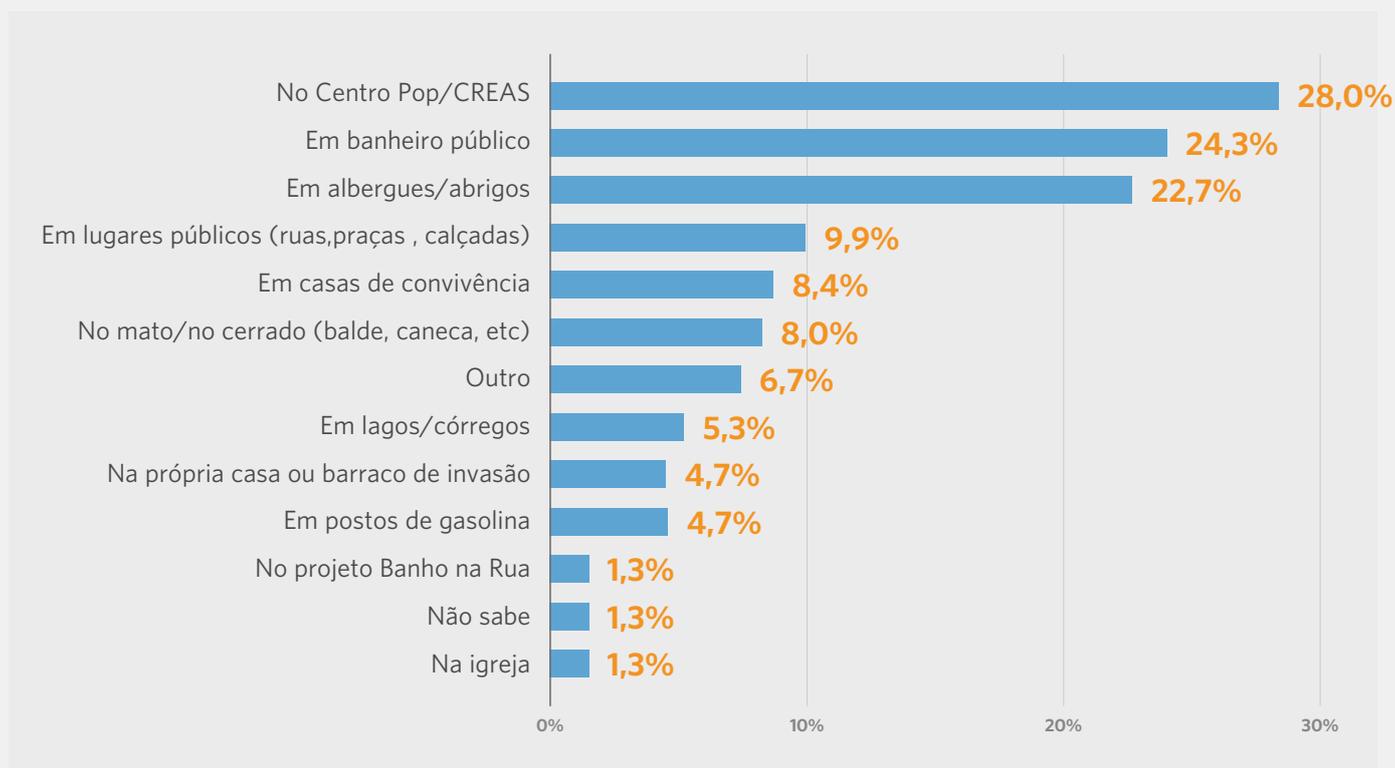
O Centro Pop é o equipamento público mais mencionado quanto o acesso ao banheiro. E 28,0% das pessoas disseram que este é o espaço que utilizam para tomar banho e fazer as necessidades fisiológicas.

Os banheiros públicos e os serviços de acolhimento (albergues e abrigos) aparecem na sequência como locais mais utilizados por 24,3% e 22,7% das pessoas, respectivamente (Gráfico 31).



GRÁFICO 31

Distribuição da população em situação de rua por lugares utilizados para tomar banho e fazer necessidades fisiológicas, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Percepção sobre a situação de rua

Foram investigados os lados positivos e negativos relatados pelas pessoas em situação de rua. Mais da metade delas não vê lado positivo algum (55,7%) e, 18,3%, se sentem mais livres, enquanto 5,7% valorizam a independência (Gráfico 32). Em relação aos lados negativos, 6,6% não veem nenhum, 40,7% sentem medo ou insegurança, 18,7% se sentem discriminados e, 18%, atribuem o pior lado a estar sujeito ao clima, passando períodos de chuva e frio no espaço da rua (Gráfico 33).

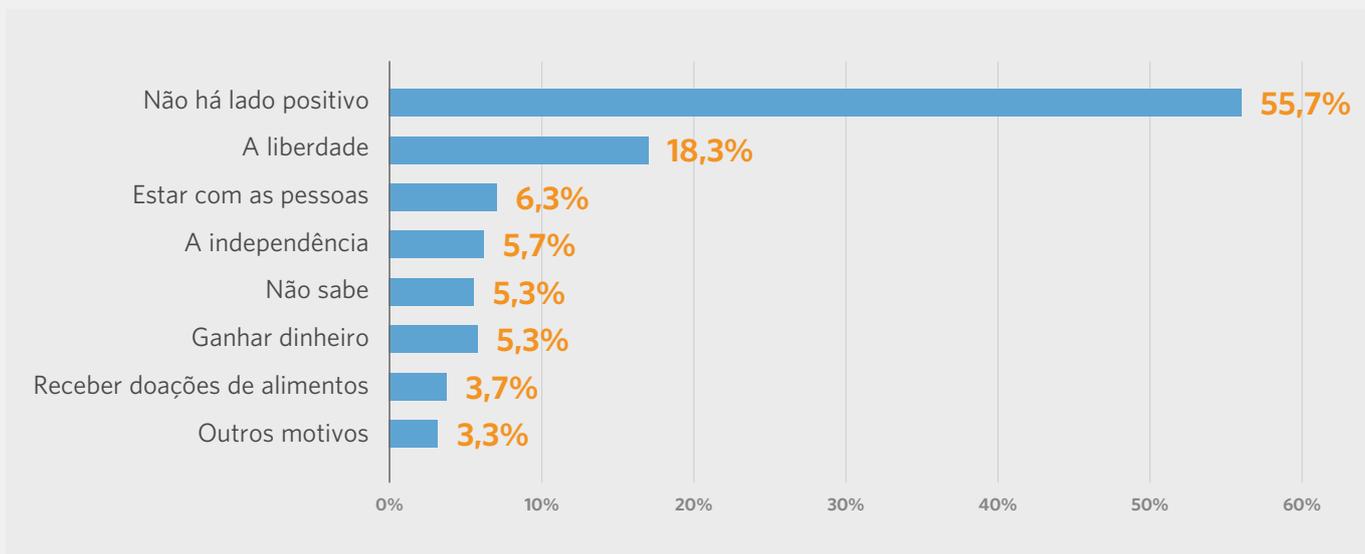
A maioria das pessoas entrevistadas se reconhece como alguém em situação de rua (72,9%). E se sente muito insatisfeita (25,4%) ou insatisfeita (28%) com as próprias condições de vida. Entre as pessoas satisfeitas estão 34,6%, sendo 4,3% muito satisfeitas.

Quase três quartos dos entrevistados pensam sempre em sair da rua (74%). As principais necessidades mencionadas para sair da rua são: emprego ou renda (62,3%) e moradia (34,4%).



GRÁFICO 32

Distribuição da população em situação de rua por lados positivos de estar em situação de rua, Distrito Federal, 2022

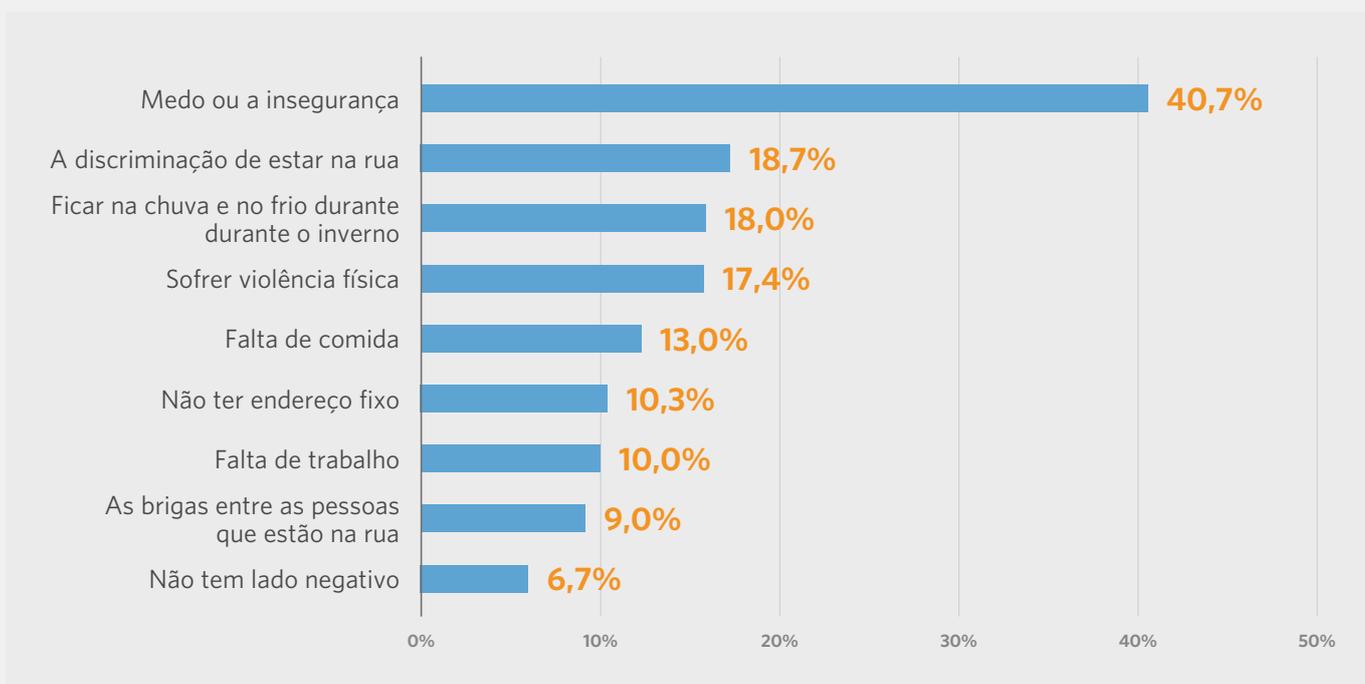


Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipsos/IPEDF.



GRÁFICO 33

Distribuição da população em situação de rua por lados negativos de estar em situação de rua, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipsos/IPEDF.

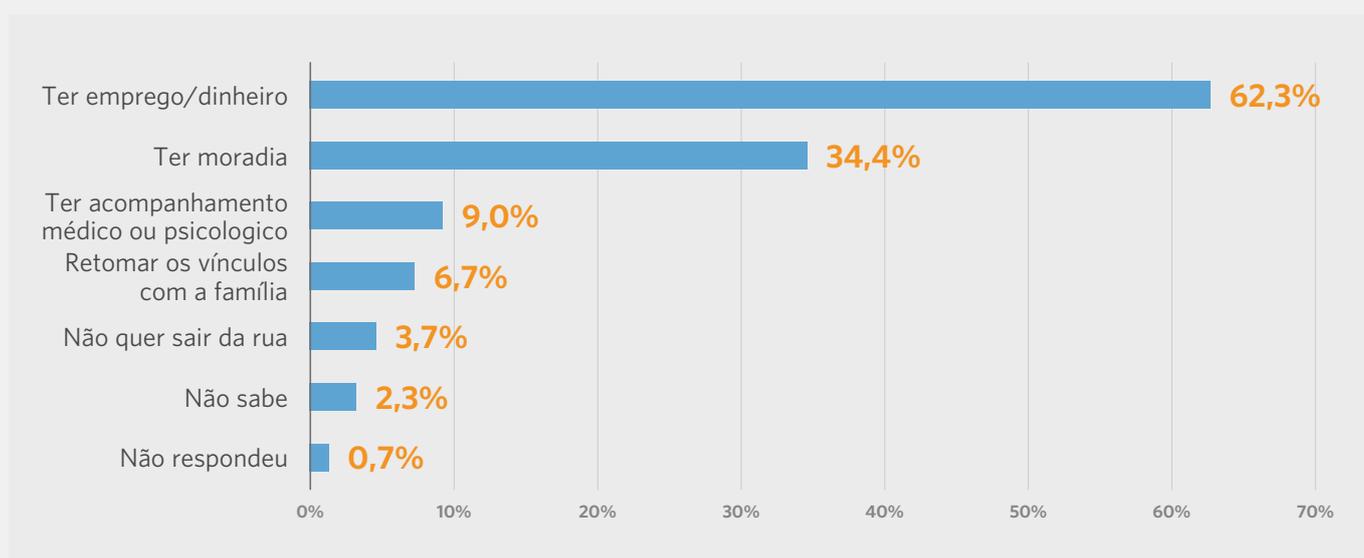
Um décimo das pessoas (10,4%) não pensa nunca em sair das ruas. Por outro lado, 87,7% delas pensam sempre (74,0%), ou às vezes (13,7%). E atribuem que, para tanto, dependem da disponibilidade de trabalho e renda suficiente (62,3%), de moradia (34,4%), ou de acompanhamento

médico ou psicológico (9%). Entre as que apontaram outros elementos, estão a força de vontade (3,7%), terminar os estudos (1,7%), regular a documentação, ou parar de usar drogas, com 1% cada. Ainda, 3,7% das pessoas não querem sair das ruas (Gráfico 34).



GRÁFICO 34

Distribuição da população em situação de rua pelas necessidades percebidas para sair da situação de rua, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Serviços públicos acessados

Foram investigadas as frequências de acesso a uma série de serviços públicos nos 30 dias anteriores à pesquisa. Os serviços de saúde investigados foram as UBS, o centro de atenção psicossocial (Caps), as unidades de pronto atendimento (UPA)/emergências hospitalares e o consultório de rua.

Os serviços de saúde não foram acionados por mais da metade dos entrevistados e, o serviço informado como o mais acessado pelo menos uma vez, foram as unidades básicas de saúde (UBS),

utilizadas de 1 a 2 vezes por 26,4% das pessoas. O serviço Consultório na rua foi mencionado como um serviço acessado por cerca de 13% da população, entre 1 e 2 vezes (8,6%), 3 e 5 vezes (2,7%) ou 5 vezes ou mais (1,3%) nos últimos trinta dias. Os Caps tiveram percentuais similares, tendo 10% das pessoas afirmando que o utilizaram entre 1 e 2 vezes e 6,3% disseram ter usado 5 vezes ou mais, indicando que esta parcela pode estar em acompanhamento sistemático pelo serviço. (Gráfico 35).

Já as 14,0% das pessoas afirmaram ter utilizado as UPA/emergência 1 ou 2 vezes e as UBS foram o equipamento mencionado como o mais utiliza-

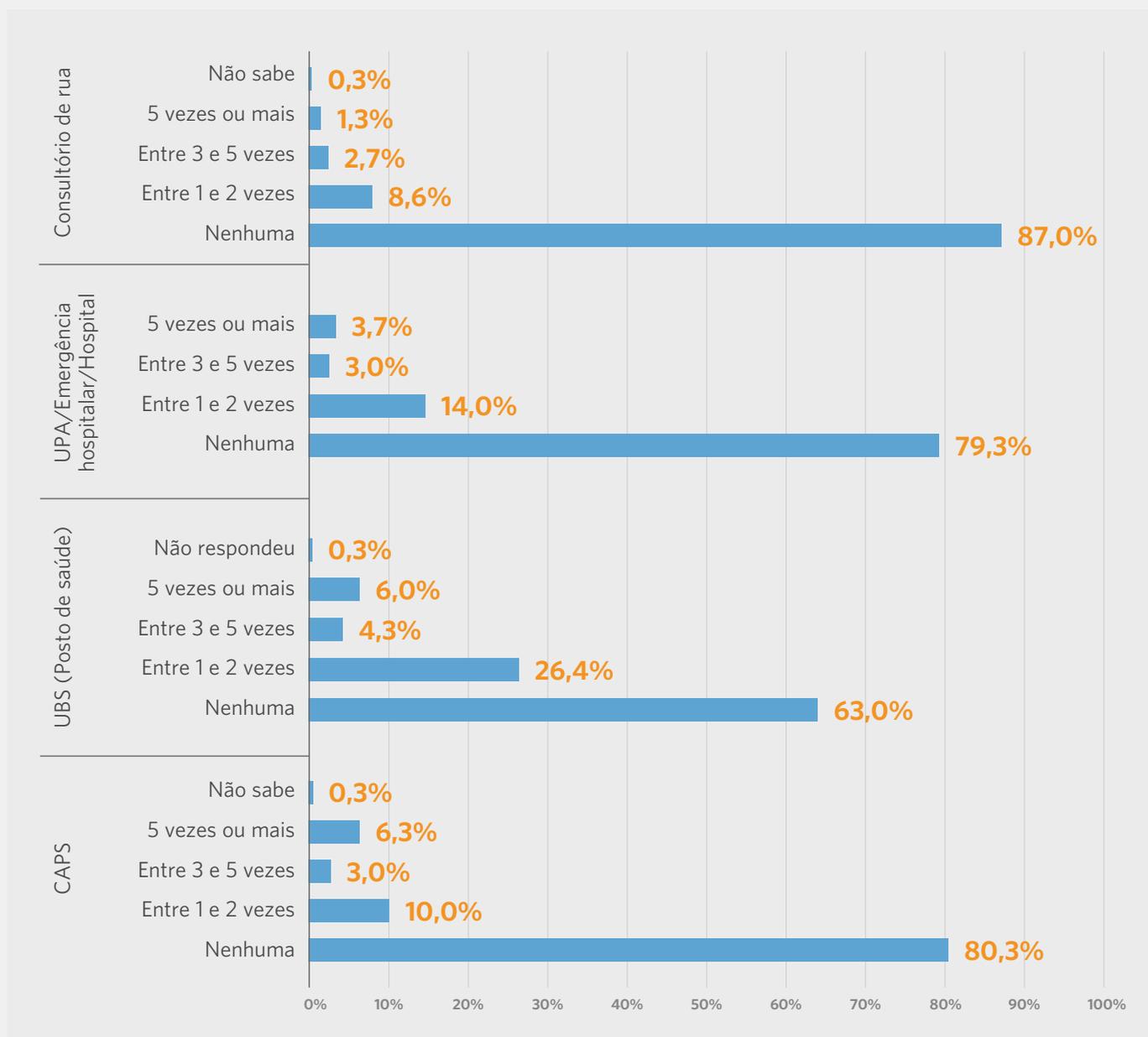
do entre os pesquisados. Já os 26,4% das pessoas afirmaram terem ido até uma unidade de saúde 1 e 2 vezes, 4,3%, entre 3 e 5 vezes e por 6,0%, 5 ve-

zes ou mais. Na assistência social, 16,3% das pessoas afirmaram usar o Centro Pop (e 14,6% acessaram o restaurante comunitário (Gráfico 36).



GRÁFICO 35

Distribuição da população em situação de rua pela frequência dos serviços públicos de saúde, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.



Foto: Duchy/shutterstock.com

Os serviços de assistência social foram citados entre todo o grupo de serviços pesquisados, como aqueles utilizados com maior frequência pelas pessoas em situação de rua. Entre esses, o serviço mais acessado é o Centro Pop, utilizado, na totalidade por quase metade da população e por 27,7% por 5 vezes ou mais nos últimos trinta dias, segundo os entrevistados. Na sequência, apareceram os serviços de acolhimento, ditos como acessados por 38% da população pelo menos 1 vez no último mês e por 27,4% por 5 vezes ou mais.

Chama a atenção que os dois serviços mencionados juntamente com o restaurante comunitário apresentaram os maiores percentuais de

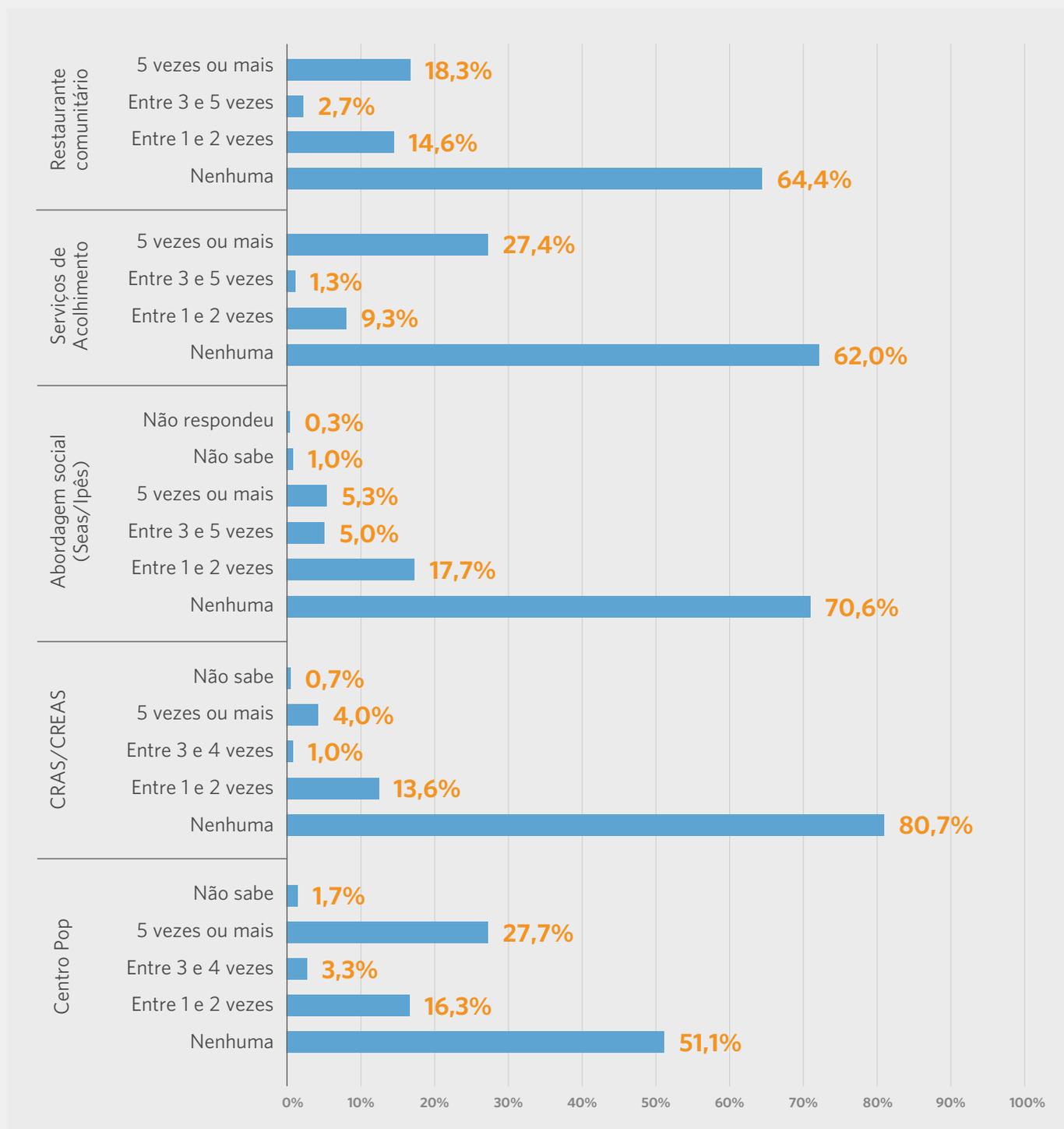
frequência de uso na opção 5 vezes ou mais, indicando um uso sistemático por uma parcela da população pesquisada. No caso do restaurante comunitário, o percentual de uso nessa faixa foi de 18,3%.

O serviço de abordagem especializada da população em situação de rua foi acessado por cerca de 30% das pessoas que afirmaram o terem utilizado, sendo o uso mais comum entre 1 e 2 vezes (17,7%). E o Creas foi mencionado como um equipamento acessado por aproximadamente 20% da população e, de forma similar ao Seas, mais frequentemente procurado entre 1 e 2 vezes nos últimos trinta dias (13,6%) (Gráfico 36).



GRÁFICO 36

Distribuição da população em situação de rua pela frequência dos serviços públicos de assistência social, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dijos/IPEDF.

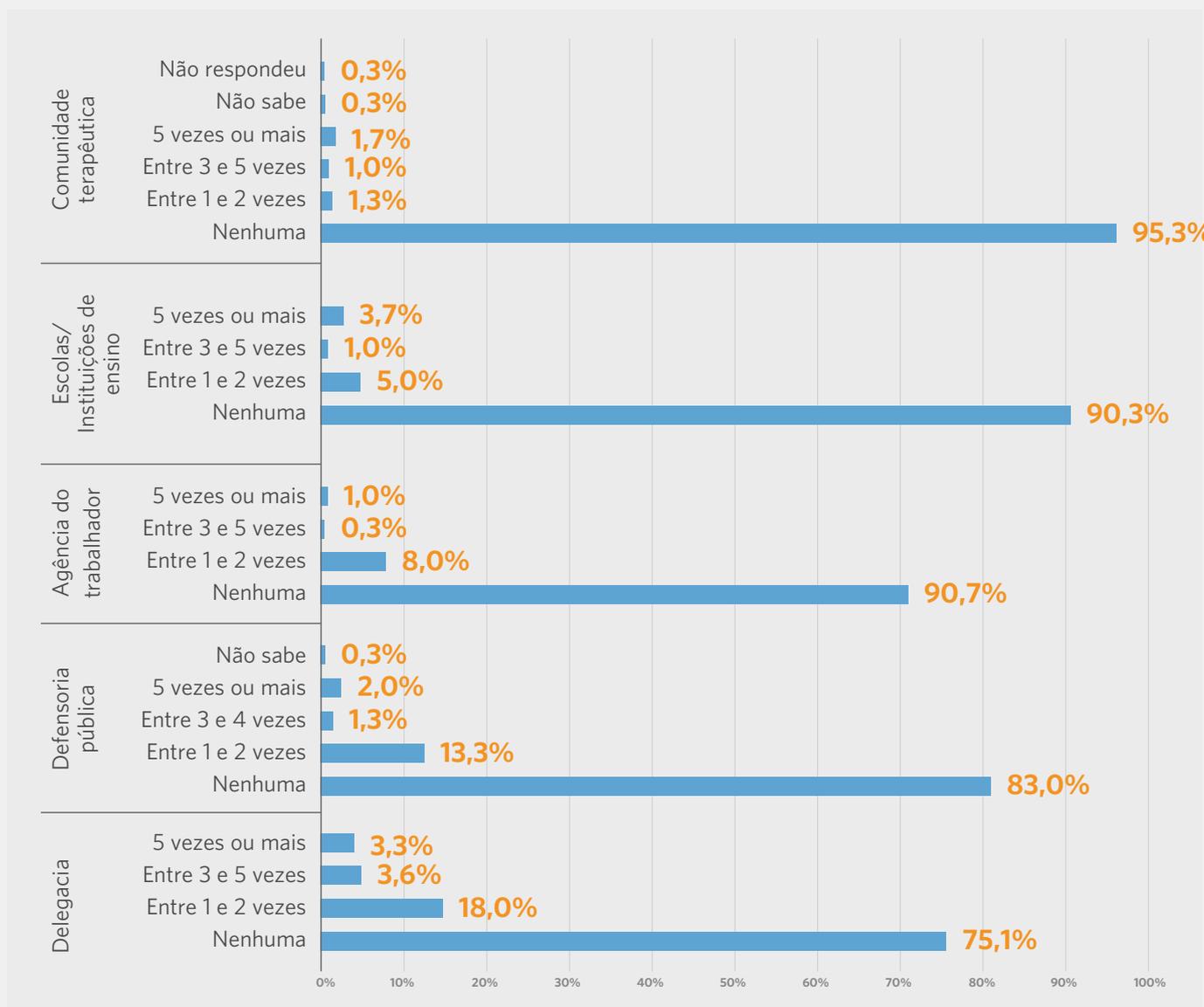
As comunidades terapêuticas, segundo as respostas dos entrevistados, foram utilizadas entre 1 e 2 vezes por 1,3% da população, 3 e 5 vezes por 1,0% da população e 5 vezes ou mais por 1,7% da população. E 3,7% da população afirmaram frequentar a escola com frequência (5 vezes ou mais) no mês anterior à pesquisa e outros 5,0% afirmaram utilizar 1 ou 2 vezes, apenas. Em relação à agência do trabalhador,

8,0% das pessoas afirmaram acioná-la 1 ou 2 vezes e 13,3% afirmaram utilizar a defensoria pública. A delegacia foi o serviço mais mencionado como o utilizado do conjunto, tendo sido acessada pelo menos uma vez por 18% da população pesquisada e entre 3 e 5 vezes ou mais por outros 6,9% (3,6 afirmaram acioná-la entre 3 e 5 vezes e 3,3% afirmaram ter ido 5 vezes ou mais) (Gráfico 37).



GRÁFICO 37

Distribuição da população em situação de rua pela frequência dos serviços públicos de segurança pública, trabalho, educação e comunidades terapêuticas, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dijos/IPEDF.

Serviços de acolhimento institucional

Os serviços de acolhimento institucional integram a Política Nacional de Assistência Social como um dos serviços socioassistenciais de alta complexidade. Na modalidade ofertada à população em situação de rua, as pessoas podem utilizar o serviço para dormir, se alimentar, tomar banho e passar o dia. Há unidades exclusivas para homens, exclusivas para mulheres e para famílias. Quando a pesquisa foi realizada, também havia uma unidade específica para a comunidade de imigrantes venezuelanos da etnia Warao. Ao to-

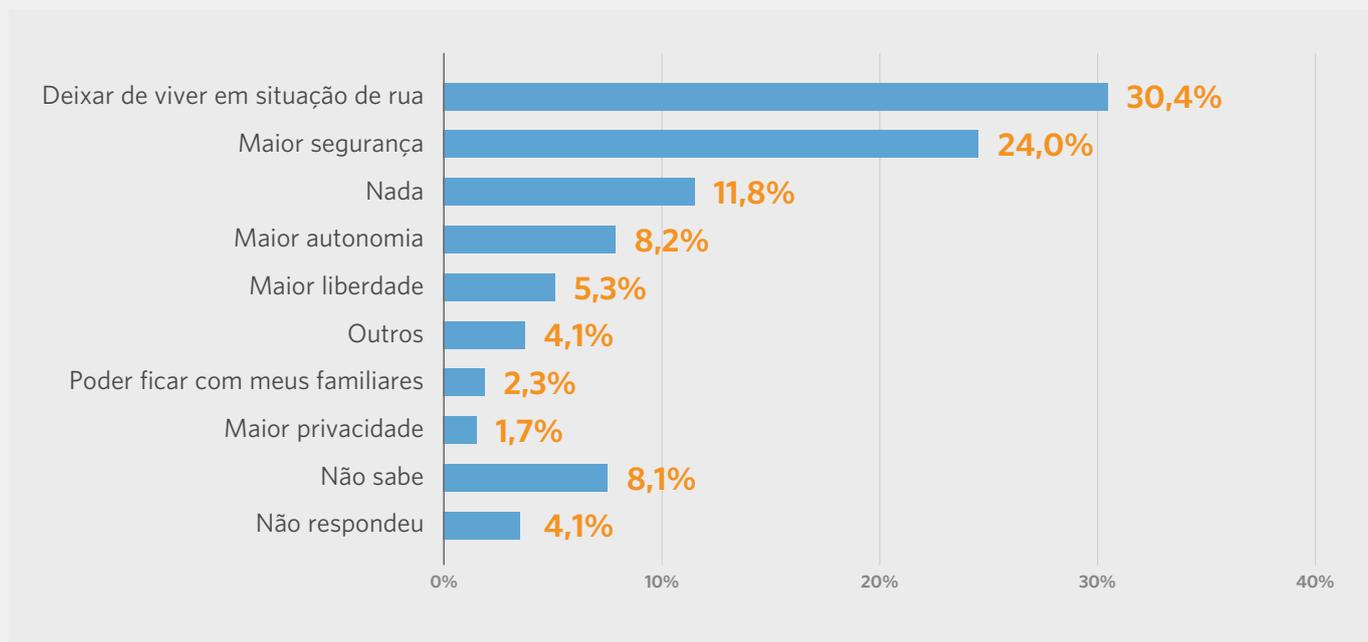
do, eram 15 unidades com capacidades diferentes (ver Apêndice B).

Entre os entrevistados/as, 36,4% afirmaram que já utilizaram pelo menos um dos serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua disponíveis no Distrito Federal. Para 66,1% delas, o serviço oferecido é ótimo (27,5%) ou bom (38,6%). Entre as principais ofertas dos serviços de acolhimento mencionadas pelos entrevistados estão: deixar de viver na rua (30,4%), ter mais segurança (24,0%) e maior autonomia (8,2%) (Gráfico 38).



GRÁFICO 38

Distribuição da população em situação de rua pela percepção das ofertas dos serviços de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

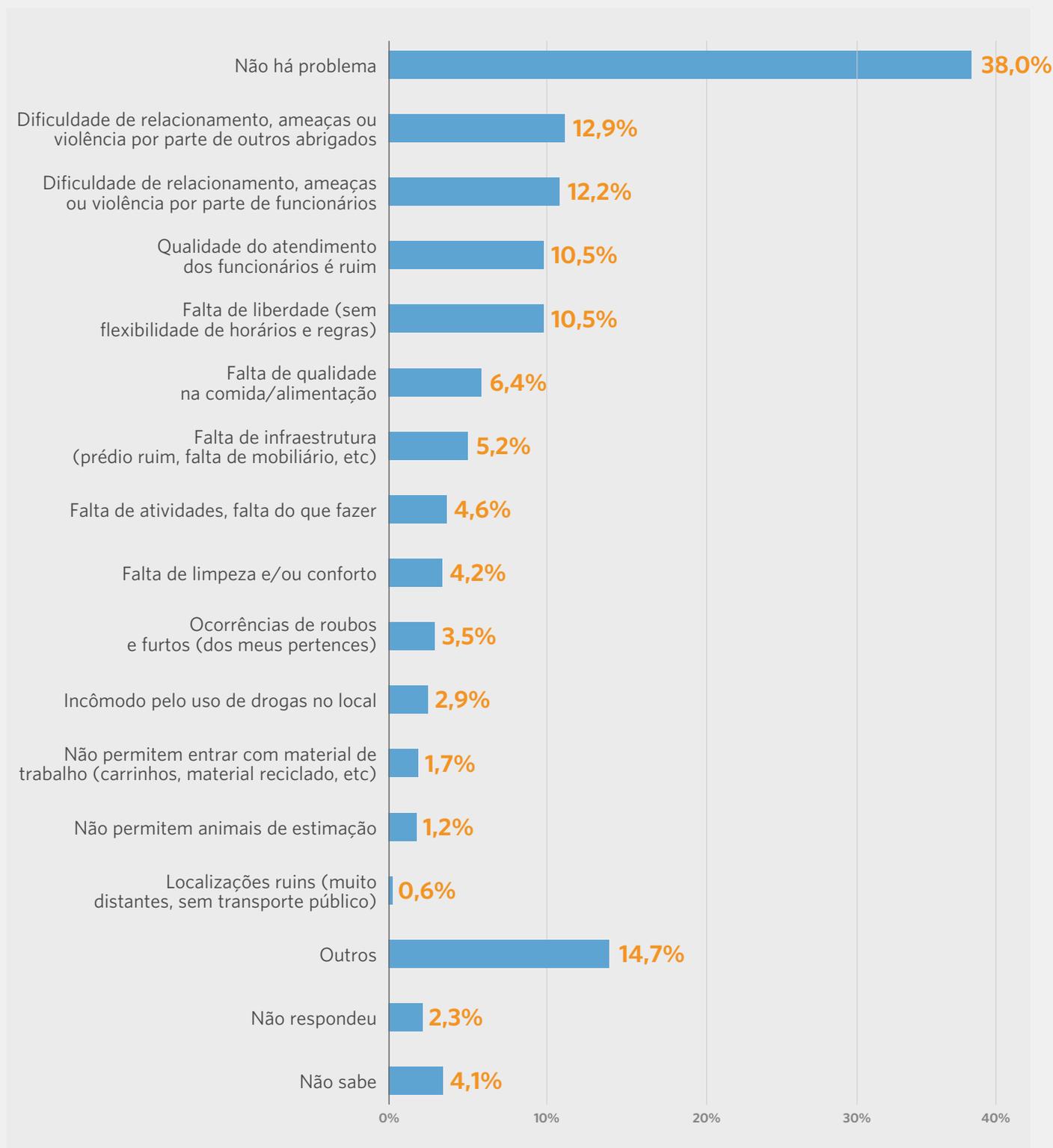
Dentre os entrevistados, 38,0% informaram não ter identificado problemas nos serviços de acolhimento. Entre eles estão: dificuldade de relacionamento, ameaças ou violência por parte de outras pessoas acolhidas (12,9%) ou por parte de fun-

cionários (12,2%). Para 10,5% deles, a qualidade do atendimento prestada pelos funcionários é ruim e, para outros 10,5%, a falta de liberdade ou de flexibilidade com horários e regras é o principal problema (Gráfico 39).



GRÁFICO 39

Distribuição da população em situação de rua pelos problemas percebidos nos serviços de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.



CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Foto: ElenkaSi/shutterstock.com

Durante as pesquisas, foram localizados 244 crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal. Quando foi identificado que estavam acompanhadas por um adulto responsável, o adulto foi convidado a responder em nome delas. Quando foi identificado que estavam sozinhas, elas foram contabilizadas no total, mas não participaram da pesquisa por meio da resposta direta a um questionário.

A maior parte do grupo é formado por crianças (0 a 11 anos) (74,4%) (Tabela 3), sendo que mais da metade são meninas (52,4%), 45,9% nascidos no Distrito Federal e 39,5% pardas. A maioria possui documentação civil básica, não realiza atividades para obter renda (86%)

e ocupa o dia a dia com jogos ou brincadeiras (75,3%). A maioria também é saudável e não apresenta problemas de saúde (88%), deficiências (94,7%), transtornos, ou síndromes (95,3%). E 40,7% das que estão em idade escolar nunca frequentaram a escola.

Idade

Um total de 73,0% do grupo de crianças e adolescentes são crianças de 0 a 11 anos, sendo 36,9% com idades entre 0 e 3 anos e 36,1% entre 4 e 11 anos. Os adolescentes somam 27,0% e, desses, 16,0% têm entre 15 e 17 anos. A média de idade é de 7,13 anos.

**TABELA 03**

Distribuição das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de rua por idade, Distrito Federal, 2022

IDADE	Nº DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	% DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
0	21	8,6%
1	24	9,8%
2	22	9,0%
3	23	9,4%
4	13	5,3%
5	15	6,1%
6	10	4,1%
7	9	3,7%
8	15	6,1%
9	9	3,7%
10	8	3,3%
11	9	3,7%
12	7	2,9%
13	12	4,9%
14	8	3,3%
15	15	6,1%
16	12	4,9%
17	12	4,9%
TOTAL	244	100,0%

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dapos/IPEDF.

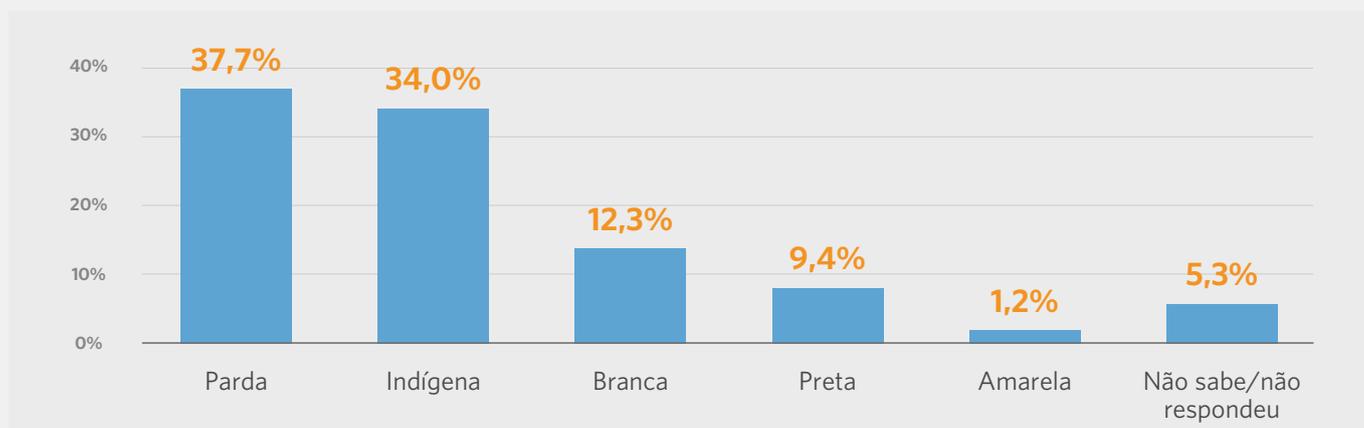
Sexo e raça/cor

Já 51,6% das crianças e adolescentes localizados em situação de rua são do sexo feminino e 45,9% do sexo masculino. Em relação à raça/cor, a maioria é negra, sendo 37,7% pardas e 9,4%

pretas. As crianças e os adolescentes indígenas em situação de rua representam 34,0% do total (Gráfico 40). E 43,9% do total de crianças e adolescentes nasceram no Distrito Federal, 31,6%, em outro país e 18,8% em outro estado ou cidade do Brasil.

**GRÁFICO 40**

Distribuição de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de rua por raça/cor, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dapos/IPEDF.

Entre as crianças que nasceram em outros estados do país, Goiás é a origem de 47,7% delas e, Minas Gerais e São Paulo, de 34% delas – 17,0% cada. Na sequência aparece o Maranhão, onde nasceram 13,6% das crianças e adolescentes que hoje se encontram em situação de rua no Distrito Federal (Tabela 4).

**TABELA 04**

Local de nascimento da criança ou adolescente de 0 a 17 anos em situação de rua nascidos em outro estado, Distrito Federal, 2022

LOCAL DE NASCIMENTO	Nº DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	% DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
GOIÁS	14	10,2%
BAHIA	6	4,4%
MINAS GERAIS	5	3,6%
SÃO PAULO	5	3,6%
MARANHÃO	4	2,9%
OUTROS	11	8,0%
VENEZUELA	69	50,4%
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	23	16,8%
TOTAL	137	100,0%

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dapos/IPEDF.

Saúde

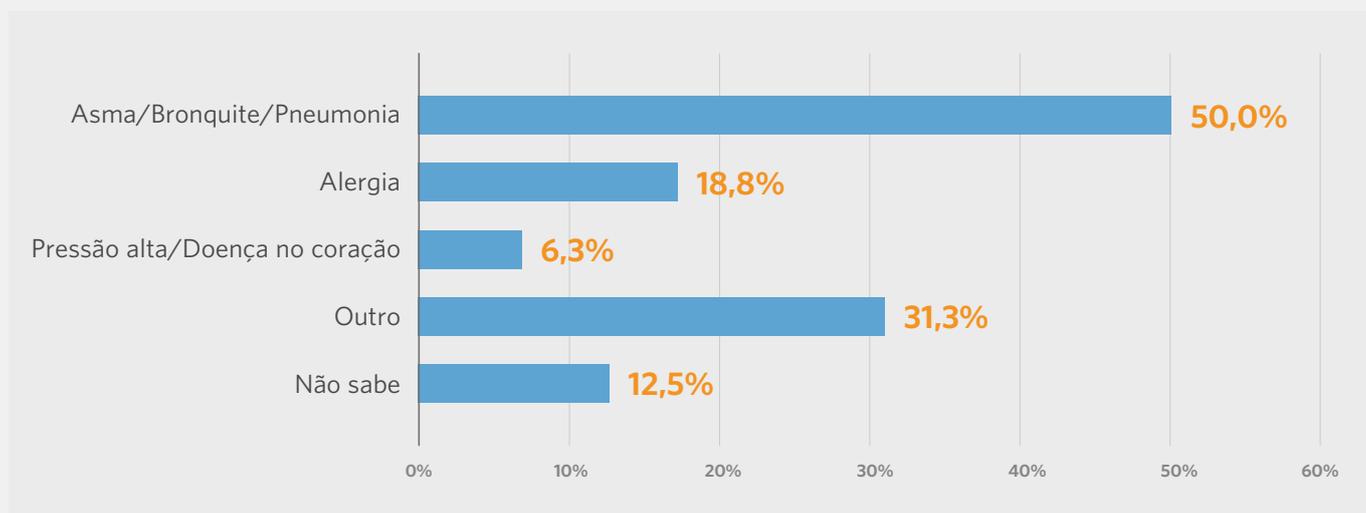
Um total de 88,0% dos responsáveis afirmou que as crianças e adolescentes em situação de rua que os acompanham não possuem problemas de saúde. Por outro lado, 10,7%

afirmaram que elas possuem e, nessa parcela, metade (50%) tem problemas respiratórios como asma/bronquite/pneumonia e 18,8% alergias. 12,5% não sabem que tipo de problema existe e 31,3% apontaram outra questão não especificada.



GRÁFICO 41

Distribuição das crianças adolescentes de 0 a 17 anos em situação de rua por tipo de problema de saúde, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dijos/IPEDF.

A maioria dos responsáveis afirmou que a criança/adolescente não é uma pessoa com deficiência (94,7%) e nem possui algum tipo de síndrome (95,3%).

Educação

Entre as crianças com cinco anos ou mais e os adolescentes, 61,6% sabem ler e escrever um bilhete simples, enquanto 36% não conseguem. Aproximadamente 40% das crianças e adolescentes nunca frequentaram a escola e

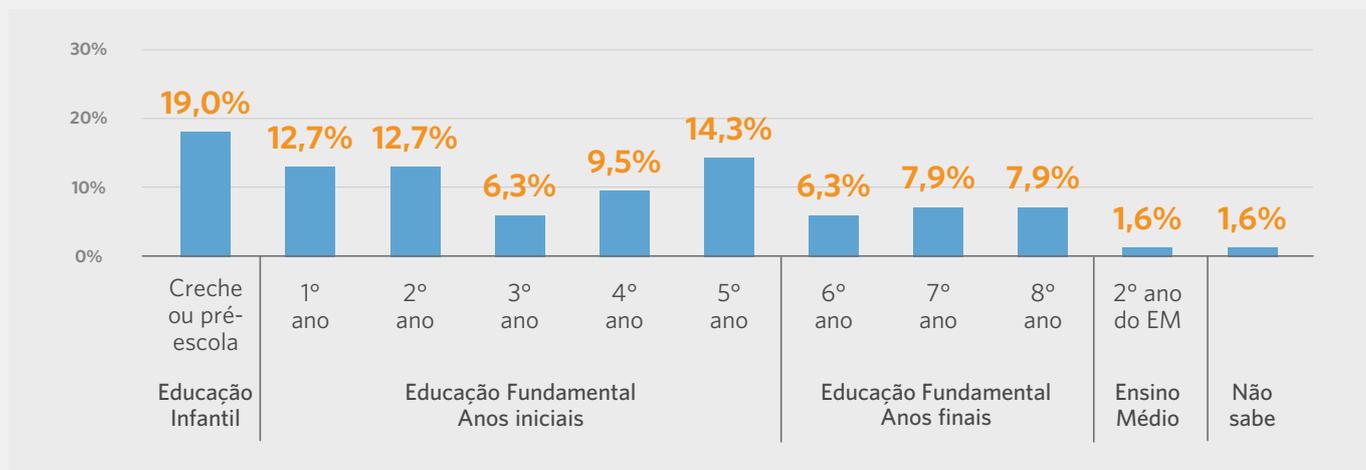
12,7% não frequentam, apesar de já terem sido matriculadas no passado. Já 42,0% delas frequentavam a escola no momento de realização da pesquisa.

Entre as crianças matriculadas, 19,0% estão na educação infantil, 12,7% no 1º ano e outras 12,7 no 2º ano. O maior percentual no ensino fundamental é encontrado no 5º ano, com 14,3% das crianças nesse nível de ensino. Apenas 1,6% estavam matriculados no ensino médio, nível de ensino adequado aos adolescentes entre 15 e 17 anos, todas no 2º ano (Gráfico 42).



GRÁFICO 42

Distribuição de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de rua por ano em que está matriculado/a atualmente, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dapos/IPEDF.

Entre os motivos relatados para não frequentar a creche ou a escola para quem está em idade escolar (4 a 17 anos), estão a dificuldade para encontrar vagas (23,0%), a distância entre a escola e o ponto de permanência da fa-

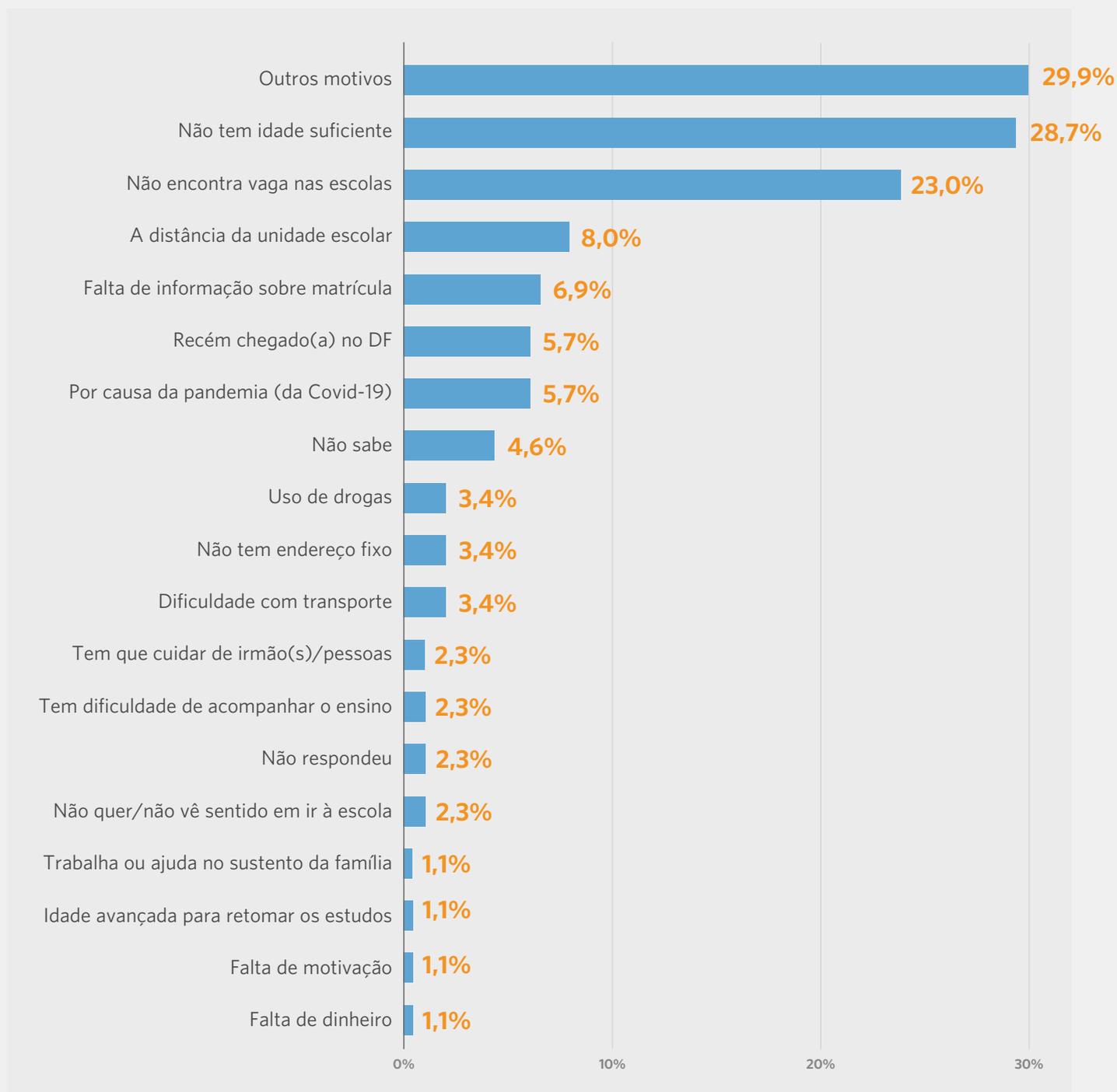
mília (8,0%) e a falta de informação sobre como fazer a matrícula (6,9%). O motivo mais frequente, entretanto, não foi especificado e registrado apenas como “Outros” (29,93%) (Gráfico 43).



Foto: Igor Siqueira/shutterstock.com

**GRÁFICO 43**

Distribuição das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de rua por motivos de não frequentar ou nunca ter frequentado escola ou creche, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dupos/IPEDF.

Documentação

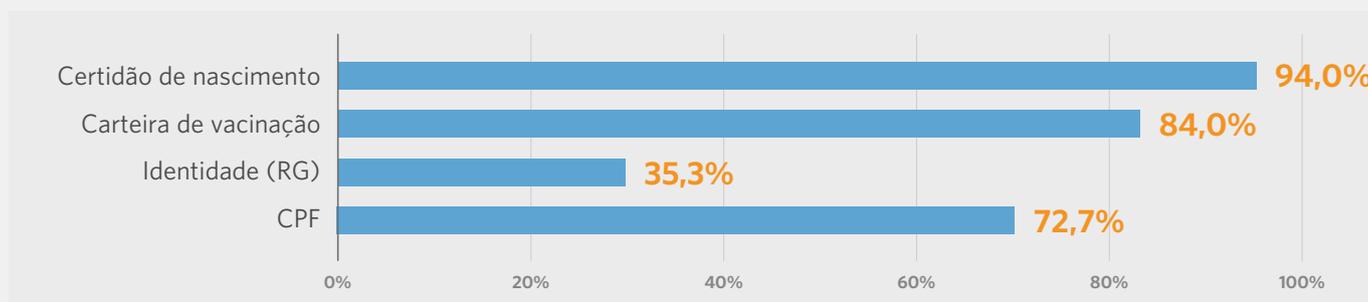
Sobre a posse da documentação civil básica das crianças e adolescentes, os dados indicam que boa parte possui algum tipo de documento de identificação. Do total, a maioria possui certidão de nascimento (94,0%) e CPF (72,7%). O con-

trário acontece com o registro geral (carteira de identidade), com um percentual de 64,0% de crianças que não possuem esse documento. A carteira de vacinação também é um documento comum para esse grupo; segundo os responsáveis, 84,3% têm carteira de vacinação (Gráfico 44).



GRÁFICO 44

Distribuição das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de rua por posse de documentação civil básica e cartão de vacina, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Ocupação

Perguntou-se se a criança/adolescente realizava algum tipo de atividade para a obter renda e a maioria respondeu “não” (86,0%); os que responderam

“sim” contabilizaram (13,7%). Entre aqueles que trabalham, a metade (50%) se ocupa com a catação de materiais recicláveis ou lixo, 10,0% com a venda de produtos nos sinais de trânsito e 5,0% guarda, lava e/ou cuida de carros (Gráfico 45).



GRÁFICO 45

Distribuição das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de rua por tipos de atividade realizadas para obtenção de renda, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Quanto a ocupação do tempo diário das crianças e adolescentes localizados na pesquisa, quase a metade (48,7%) se ocupa com brincadei-

ras/jogos, 13,1% passam o tempo com a família e 10,2% ocupam seu tempo com os estudos. (Gráfico 46).



GRÁFICO 46

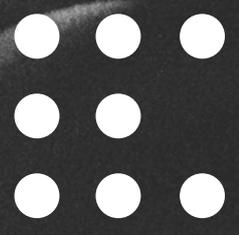
Distribuição das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de rua por tipos de atividades realizadas cotidianamente, Distrito Federal, 2022



Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.



04



CONSIDERAÇÕES FINAIS





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foto: Izzy Bouchard/shutterstock.com

Nos últimos anos, observamos que a população em situação de rua vem ganhando importância tanto em pesquisas acadêmicas, quanto governamentais de forma mais direta. No Brasil, essas investigações aconteceram a partir da década de 1990, principalmente por meio de iniciativas municipais que buscavam quantificar e identificar essa população. Os municípios de Belo Horizonte (1998; 2013) e São Paulo (1992; 2000) foram os precursores de pesquisas com a população em situação de rua.

No contexto do Distrito Federal, são escassas as pesquisas sobre o tema. Em 2011, o projeto Renovando a Cidadania desenvolvido pela Universidade de Brasília realizou uma pesquisa junto a população em situação de rua, cujos dados foram, por mais de uma década, os únicos obtidos por meio de levantamento censitário no DF. Esta pesquisa, “Perfil da População em Situação de Rua do Distrito Federal”, realizada pelo IPEDF (2022), em parceria com outras instituições, busca contribuir para preencher a lacuna existente sobre essa população.

Resultados encontrados

Para a coleta dos dados, foram realizadas duas estratégias concomitantes. Primeiramente, foi realizada a contagem de toda a população e caracterização das crianças e adolescentes e, na sequência, foram coletados dados amostrais para caracterização da população como um todo. Os dados amostrais são representativos da população do Distrito Federal. Foram inseridas na contagem as pessoas em situação de rua identificadas em espaços públicos, serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua da Sedes e comunidades terapêuticas localizadas no território da capital e cadastradas no Conselho de Enfrentamento às Drogas do DF. Para tentar suprir a lacuna de 11 anos sem pesquisas dessa natureza no Distrito Federal, os instrumentos de coleta utilizados foram os mais abrangentes possíveis e reuniram diferentes temas.

Entre os resultados, destacam-se os relacionados abaixo:

Perfil sociodemográfico: A pesquisa identificou 2.938 pessoas em situação de rua, sendo o Plano Piloto a região com maior percentual (24,8%). A maioria (65,2%) localizava-se na rua no momento da realização da coleta dos dados e se autodeclarou parda (50,4%) pardas ou preta (20,7%). As pessoas que se declararam brancas somaram 14,7% e indígenas totalizaram 11,6%. Sobre o sexo de nascimento, predominou o masculino com 80,7%, ao lado de 19,3% do sexo feminino. A maior proporção de pessoas está na faixa de 31 a 49 anos (47,1%) seguida da de 18 a 30 anos (22,0%). Os dados relativos ao sexo de nascimento e à raça/cor são próximos aos encontrados por pesquisas realizadas em outros locais do país com essa população (São Paulo, 2021).

Tempo de rua e vínculo com moradia: Quase 40% das pessoas estavam em situação de rua há dois anos ou menos (38,2%), enquanto 29,2% delas estavam há mais de dez anos. Esses dados indicam uma tendência de permanência das pessoas por longos períodos no espaço da rua e, por outro lado, de um contingente considerável da população que está nessa situação há pouco tempo, podendo evidenciar consequências sociais e econômicas ocasionadas pela pandemia de Covid-19. Do total, 87% não têm vínculo com moradia fixa e, entre os que têm, 7,7% afirmaram que a localização da moradia é o Distrito Federal.

Escolaridade e trabalho: A maioria das pessoas estudou ou está estudando um dos anos do ensino fundamental e, apenas 28,8%, alcançaram o ensino médio. E 51,7% vieram para o Distrito Federal em algum momento de suas vidas, sendo a maioria natural (94,7%) de outros estados do Brasil e 2,4% vindos de outros países. O motivo mais comum da vinda para a capital foi a busca por trabalho (44,5%). O trabalho mais comum

realizado por elas é a catação de material reciclável, indicada como trabalho principal por 33,6% e como uma das atividades realizadas para obter renda por 53,8%. Menos da metade afirmou receber algum benefício governamental (45,4%) e o benefício mais comumente mencionado foi Auxílio Brasil, o antigo Bolsa Família (83,4%). Considerando o salário-mínimo vigente de R\$1.212,00 em 2022, a renda das pessoas varia entre: até R\$ 100,00 (12,4%); entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário-mínimo (R\$ 303,00 e R\$ 606,00) (33,8%) e; entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário-mínimo (R\$ 606,00 e R\$ 1.212,00) (21%).

Saúde e uso de álcool, cigarro e outras drogas: 37,7% das pessoas afirmaram ter depressão ou transtornos mentais e 35,7%, algum problema de saúde bucal. A unidade básica de saúde foi o equipamento público de saúde mais acessado (42,1%). E 58,0% afirmaram ter vida sexual ativa e, desses, 73,5% disseram usar camisinha quando fazem sexo. O uso de álcool, cigarro e outras drogas é um traço comum às pessoas entrevistadas no período anterior à chegada à situação de rua e o período atual. Antes de ir para a rua, 79% usavam álcool, 62,6%, cigarro e 36,5% maconha, haxixe ou skank. Já no espaço da rua, 72,3% afirmaram usar cigarro, 65,9% álcool e 36,8%, crack. Ainda 66,5% delas disseram fazer o uso de pelo menos uma dessas substância diariamente.

Vida na rua (segurança alimentar, acesso à internet e percepções sobre a própria vida): Uma a cada três pessoas afirmou ter um aparelho celular (35,7%) e pouco mais da metade do total acessa a internet, sendo mais frequente o acesso do próprio aparelho (20,6%). Mais de 40% (41,3%) ficaram pelo menos 24 horas sem comer na semana anterior à pesquisa. A forma mais comum de acesso à alimentos é a doação, seja por restaurantes e lanchonetes (40,8%) ou de grupos que distribuem comida na rua (33,1%). A

fonte de água é similar, sendo mais comum obter no comércio (26,7%). Boa parte das pessoas afirmou acessar o banheiro no Centro Pop (28,0%).

A maior parte das pessoas não percebe nenhum lado bom de estar na rua (55,7%) e atribui à falta de segurança e o medo o lado negativo mais importante (40,7%). Geralmente, se reconhecem como uma pessoa em situação de rua (72,9%) e se sentem insatisfeitas ou muito insatisfeitas com suas condições de vida (28,0% e 25,4%, respectivamente). Já 87,7% delas pensam em sair da rua sempre ou às vezes e, para tanto, precisariam ter um emprego ou renda suficiente (62,3%).

Serviços de acolhimento institucional: Os serviços de acolhimento já foram utilizados por 36,4% das pessoas. Para a maioria delas, o serviço prestado é bom (38,6%) ou ótimo (27,5%). A principal oferta dos serviços de acolhimento percebida pela população entrevistada é deixar de viver em situação de rua (30,4%) e se sentir mais seguro (24,0%). Mas 38,0% não veem problema algum no serviço ofertado.

Crianças e adolescentes: Do total de pessoas encontradas, 244 eram crianças e adolescentes, sendo a maioria formada por crianças (74,4%). Do total, 45,9% são nascidos no Distrito Federal, 39,5% pardas e não realizam atividades para obter renda (86%). Por outro lado, 40,7% das que estão em idade escolar, nunca frequentaram a escola e 42,0% estão matriculadas e frequentes.

Uma série de análises pôde ser feita a partir dessa síntese dos resultados, talvez algumas delas já esperadas tanto por estudiosos e profissionais que lidam com essa população no cotidiano como pelo público em geral. As constatações mais simples são que a população em situação de rua é heterogênea, conforme expresso no conceito

adotado pela política nacional (Brasil, 2009), está em uma situação de pobreza e sem vínculo com uma moradia fixa. Há outras informações que podem surpreender o público em geral e que são úteis ao diálogo sobre pessoas em situação de rua, muitas vezes fundamentado no senso comum impreciso. Por exemplo, os resultados que afirmam que elas, no geral, estão em situação de insegurança alimentar, querem sair da situação de rua e buscam um emprego para conseguir essa mudança.



Foto: Oleg Troino/shutterstock.com

Políticas públicas para população em situação de rua

De modo geral, políticas públicas para a população em situação de rua ganharam legitimidade com a Política para População de Rua, instituída pelo Decreto Federal nº 7.053 (Brasil, 2009). O decreto foi um marco de garantia legal dos direitos dessa população. O decreto trouxe à luz, pela primeira vez, um conceito nacional de *população em situação de rua*, e disciplinou a oferta de serviços para esse público. Nesse sentido, essa política visibilizou um segmento populacional, antes invisibilizado, e suas demandas, destacando a complexidade do fenômeno e contrariando a visão simplista do senso comum quanto à problemática.

Na mesma esteira e bastante alinhado com a política nacional, foi criada em 2012 a Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal, com o Decreto Distrital nº 33.779, de 06 de julho de 2012. O decreto estabeleceu a primazia da responsabilidade do Estado na implantação de ações e teve como alguns de seus objetivos i) assegurar à população em situação de rua acesso a serviços e programas de assistência social, saúde, educação, habitação, segurança, cultura, trabalho, segurança alimentar, entre outros; ii) incentivar a organização da população e sua participação nas políticas públicas; iii) garantir a formação e capacitação permanente de profissionais para atuação em políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua; e iv) promover a mudança de paradigmas culturais sobre direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua. O decreto também estabeleceu uma série de ações distribuídas em nove eixos e instituiu um Comitê Interse-

torial de Acompanhamento e Monitoramento da Política integrado por representantes governamentais e da sociedade civil.

Em 2020 foi criada a Política Distrital para a População em Situação de Rua, por meio da Lei Distrital no 6.691, de 1º de outubro de 2020. Os objetivos são similares à política anteriormente instituída, acrescidos da responsabilidade do poder público na elaboração e financiamento da política e na implantação e ampliação de ações educativas destinadas à superação do preconceito no atendimento da população em situação de rua. Leis como essas estabelecem um contexto em que serviços e ações são difundidas e ofertadas diretamente à população em situação de rua.

A atual rede para atendimento da população em situação de rua do Distrito Federal, mantida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, conta com 28 equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas), dois Centros de Referência Especializados para População de Rua, o Centro Pop Brasília e Taguatinga, nove Centros de Referência de Assistência Social (CREAS), além de 15 serviços de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua.

A Secretaria de Educação por sua vez, mantém a Escola Meninos e Meninas do Parque, localizada no Parque da Cidade, que atende especificamente a população em situação de rua com um trabalho escolar pedagogicamente diferenciado, que busca respeitar as características e realidades dos estudantes em situação de rua¹³. Já a Secretaria de Saúde oferece o serviço Consultório na Rua, por meio do qual disponibiliza equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde diante das necessidades das pessoas atendidas no espa-

¹³ Escolas de Natureza Especial. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/escolas-de-natureza-especial/>.

ço da rua. Existem atualmente três equipes localizadas na Ceilândia, Taguatinga e Plano Piloto.¹⁴

Algumas implicações deste estudo para políticas distritais

A persistência do fenômeno no Distrito Federal evidencia que, embora diversificadas e importantes, as ações em execução ainda se mostram insuficiente para sua mitigação. Outras medidas devem ser consideradas, discutidas, implementadas e futuramente avaliadas. Alguns achados desta pesquisa podem ser úteis a essas considerações. O dado de que a maior parte das pessoas em situação de rua no DF não possui moradia (87%), indica que uma abordagem que busque contemplar essa necessidade deve ser considerada. Ainda que tenha sido a ausência de renda e trabalho a principal categoria apontada pelas pessoas para saírem das ruas, a ausência de moradia é um dos mais importantes entraves para a resposta sustentável dessa condição. Essa premissa sustenta a execução de programas habitacionais para esse segmento populacional, como o *Housing First* (CARVALHO, 2021), que têm sido adotados como referência para o acesso à moradia para a população em situação de rua no Brasil.

Em 2013, representantes do governo brasileiro visitaram países europeus para conhecer suas políticas públicas voltadas à população em situação de rua e, na oportunidade, conheceram o programa *Housing First*. Desenvolvido na década de 1990 nos Estados Unidos, o programa ganhou notoriedade em países da Europa (BRASIL, 2019).

O *Housing First*, ou Moradia Primeiro em português, inverte a lógica da intervenção “em escada”, ainda predominante no contexto brasileiro, em que a moradia permanente e individualizada é entendida como último “degrau” do atendimento à população em situação de rua. O Moradia Primeiro considera a moradia como ponto de partida, sem, contudo, entendê-la como um fim em si mesma. Assim, seu acesso deve sempre estar articulado a outros programas sociais de forma intersectorial (BRASIL, 2019). Segundo José Ornelas, pesquisas sobre esse modelo indicam que

se trata de uma solução mais rápida, de custo mais baixo e com resultados extraordinários (...) que traz maior integração comunitária, maior redução dos sintomas na área da saúde mental, maior bem-estar, satisfação, contatos com a vizinhança e relações sociais (BRASIL, 2019, p.17).

No Distrito Federal, o modelo Moradia Primeiro tem ganhado espaço na agenda pública. A Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) do DF está em fase de elaboração teórica de um modelo de intervenção junto à população em situação de rua, cujos fundamentos seguem a ideia da moradia como ponto de partida. Pretende-se que sua execução se dê por organizações da sociedade civil (OSC) com equipes vinculadas aos centros de referência especializados de assistência social (Creas).

¹⁴ Equipe de Saúde de Consultório de Rua. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/consultorio-na-rua>.

O arranjo intersetorial desse modelo contará com uma estrutura que envolverá a participação de Organizações da Sociedade Civil para o aluguel das moradias. Deverão ser priorizados territórios já identificados pela Sedes, onde as unidades públicas da política de assistência social, Creas e centros de atenção psicossocial (Caps), sejam capazes de suprir a demanda de acompanhamento. Deseja-se que o modelo extrapole o aluguel de moradias, e que estas possam ser ofertadas por meio de imóveis próprios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) à população em situação de rua.

Outras ações voltadas para a população em situação de rua podem ser propostas, ampliadas ou redesenhadas a partir da análise dos dados aqui apresentados. A constatação de que existe uma parcela de 40% da população vivendo nas ruas em condição de insegurança alimentar, pode subsidiar a ampliação da cobertura de benefícios socioassistenciais, como o DF Social, ou o Auxílio Calamidade, ou ainda o atendimento nos restaurantes comunitários, por exemplo. Conhecer a distribuição territorial das pessoas pelas regiões administrativas pode ser um dado bastante útil para organizar e distribuir os serviços socioassistenciais, como as equipes do serviço especializado de abordagem social (Seas), a implantação de novas unidades de acolhimento institucional ou de Centros Pop. Igualmente, poderão ser úteis para as políticas de saúde e educação que, sabendo a quantidade de pessoas em cada área, podem preparar suas equipes locais para atender esse grupo que tem características heterogêneas, como visto, e específicas também.



Foto: Luis War/shutterstock.com

Os dados podem contribuir com possíveis remodelagem de ações da área educacional. Cursos técnicos e profissionalizantes possivelmente serão mais efetivos se considerarem a escolaridade da população e o alto nível de analfabetismo, por exemplo. O número de crianças e adolescentes fora da escola deve ser um ponto de partida para que seja, em parceria com a Sedes, realizada uma busca ativa dessas pessoas e a consequente inserção na escola. Essa inserção seria mais eficaz se observados os motivos aqui apresentados para a não frequência escolar regular. Ações distintas das já existentes também poderão ser propostas. Intervenções voltadas para necessidades humanas mais básicas como a construção de banheiros públicos e a disponibilização de água potável em locais de concentração de pessoas em situação de rua, teriam impactos significativos imediatos na saúde e na autoestima das pessoas e abririam caminho para ações de médio e longo prazo. Nesse cenário, podem ser pensadas articulações entre a oferta de serviços educacionais e os serviços de acolhimento ou em local, estratégias de inclusão digital e projetos de redução de danos relacionados ao abuso de drogas lícitas e ilícitas que, juntamente com os Caps, construam condições da melhoria da qualidade de vida.

Um passo importante para que os resultados da pesquisa de fato informem ações como as aqui brevemente descritas é debater os dados coletados e suas implicações com as Secretarias distritais que atendem esse público. Essa etapa está prevista para os próximos meses, com o convite a ser feito pelo IPEDF às Secretarias de Estado e aos movimentos sociais e representantes da população em situação de rua.

Limitações metodológicas desta pesquisa

Este estudo, como qualquer outro, tem limitações metodológicas. Prezando pela transparência, retomam-se aqui algumas já mencionadas na seção metodológica e apontam-se os procedimentos realizados para mitigá-las.

O principal desafio de uma pesquisa como essa é a localização de todas as pessoas que estão vivendo no espaço da rua. Já era sabido que a população se desloca, voluntariamente ou não, com muita frequência pelo território. A realização da coleta de dados no menor tempo possível e a varredura do território com a distribuição das equipes por todas as áreas foram estratégias utilizadas para mitigar esse problema.



Foto: casa.da.photo/shutterstock.com

Ademais, um número considerável de pessoas foi contabilizada e não participou da pesquisa respondendo ao questionário. Algumas porque estavam dormindo, sob o efeito de substâncias ou se recusaram a participar. Há a desconfiança com agentes públicos, o fatalismo com a própria situação e outros fatores nesse cenário. Prevendo que isso poderia acontecer, esta pesquisa usou estratégias já apontadas na literatura como a montagem de equipes com perfil misto, contando com profissionais da área da pesquisa e pessoas com trajetória de rua ou experiência no trabalho com a população em situação de rua. No caso dessa pesquisa, o uso dessa tática funcionou bem e deve ser mantida em edições futuras.

Questões relacionadas à sexualidade, orientação e identidade de gênero enfrentaram resistência tanto por parte de entrevistadores/as como do público entrevistado. As questões foram amplamente debatidas e pré-testadas, momentos em que avaliamos que havíamos alcançado os melhores formatos. A sociedade, de forma geral, ainda tem dificuldade em abordar esse tema de forma aberta, o que pode ter se refletido aqui. Para as próximas edições, as questões devem ser mantidas e sua redação pode ser rediscutida. Além disso, durante o treinamento da equipe, o tema deve ser tratado exaustivamente para minimizar a resistência na equipe da pesquisa.

Pesquisas dessa natureza – quantitativas e com um grande número de respondentes – devem criar saídas para lidar com respostas evasivas, inverídicas e, de alguma forma, incoerentes. Os tratamentos possíveis na base de dados foram feitos buscando minimizar as possíveis distorções causadas por esse tipo de resposta. De todo modo, o fato de, nesse caso, os questionários não serem identificados e não existir a possibilidade de retornar a campo para corrigir algum dado inconsistente, torna o momen-

to da coleta valioso e único. O treinamento da equipe é um passo fundamental e deve ser planejado para durar tempo suficiente para debater exaustivamente as questões, opções e procedimentos. Os instrumentos de coleta, como em qualquer pesquisa e especialmente nessa, devem ser objetivos, os mais simples e intuitivos possíveis e adotar termos conhecidos pelas pessoas.

Para as análises, o fato de não haver pesquisas similares recentes impede a realização de comparações dos dados coletados. Nas próximas edições, no momento de revisão metodológica, sugere-se uma análise detalhada sobre quais são as comparações úteis e desejáveis, de modo a suprir essa lacuna no futuro.

Implicações para futuras pesquisas

Este levantamento buscou fazer um retrato geral da população em situação de rua do Distrito Federal. Outros pontos merecem atenção especial em futuros estudos. Espera-se que este levantamento inaugure uma série de estudos similares sobre este grupo e não seja apenas uma iniciativa isolada. Idealmente, este levantamento deve ser repetido em até dois anos. A realização frequente de levantamento como este, além de possibilitar a expansão do debate entre atores sociais envolvidos com as causas da população em situação de rua, gera dados imprescindíveis à formulação de políticas públicas e tomadas de decisões mais assertivas e orientadas por evidências. Esses dados e informações possibilitam que gestores e técnicos de diferentes áreas, tenham uma melhor compreensão do fenômeno em sua complexidade, permitindo a construção de alternativas mais adequadas para responder às questões relacionadas à população em situação de rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.052 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Rua aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional População em Situação de Rua. Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2009b.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13146&ano=2015&ato=c4aU-TW65UNVpWT495>

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **É possível Housing First no Brasil**: experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil. Brasília: MMFDH, 2019.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Terceiro Censo de População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Centro Regional de Referência em Drogas. Belo Horizonte/MG. 2013.

CARVALHO, Adriana Pinheiro. Moradia Primeiro no contexto da política de drogas brasileira: aná-

lise da implantação de uma intervenção-piloto de moradia assistida para pessoas em situação de rua. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 33.779 de 06 de julho de 2012**. Institui a Política para a inclusão da população em situação de rua, no Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72258/exec_dec_33779_2017.html#art4.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.691 de 1º de outubro de 2020**. Institui a Política Distrital para a população em situação de rua, no Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/a0ee8252d42c4bb0988189c-86d2a8d16/Lei_6691_01_10_2020.html.

DUPONT, Véronique. **Les sans-abri d'Old Delhi: insertion urbaine et stratégies économiques**. Cultures & Conflits, n. 35, 1999.

EUROPEAN COMMISSION Employment, Social Affairs and Equal Opportunities DG. **Measurement of Homelessness at European Union Level**. 2007. Disponível em: https://ec.europa.eu/employment_social/social_inclusion/docs/2007/study_homelessness_en.pdf

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal. **Diagnóstico Social participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis**. Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM); Movimento da População em Situação de Rua de Santa Catarina (MNPR-SC). Florianópolis/SC. 2017.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Relatório do Censo Geral da População em Situação de Rua da cidade de Fortaleza/CE**. Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS). Fortaleza/CE. 2021.

FILHO, Dario De Sousa e Silva. **Degradados filhos de Eva: população de rua e economia da miséria no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2007.

GATTI, B. P.; PEREIRA, C. P. **Projeto Renovando a Cidadania: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal**. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

HUNGARO, Anai Adario et al. **Homeless population: characterization and contextualization by census research**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, 2020.

IBGE. **População em Situação de Rua: Relatório do Teste-Piloto**. Rio de Janeiro. 2014.

J NIETO, Carlos; H KOLLER, Silvia. **Definiciones de habitante de calle y de niño, niña y adolescente en situación de calle: Diferencias y yuxtaposiciones**. Acta de investigación psicológica, v. 5, n. 3, p. 2162-2181, 2015.

LABERGE, Danielle; ROY, Shirley. Marginalité et exclusion sociales: des lieux et des formes. **Cahiers de recherche sociologique**, n. 22, p. 5-9, 1994.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. **Informe de desarrollo social**. Ministerio de Desarrollo Social, Gobierno de Chile. Chile. 2014.

MONTEIRO, Danielle. **Pandemia de Covid-19 muda perfil de população em situação de rua**.

Notícias Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-de-rua>. Acessado em 01 abr. 2022.

NATALINO, Marco. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). **Nota Técnica nº 73**. Brasília: Ipea, junho/2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acessado em 01 Abr. 2021.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. Civitas. Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 82-104, jan-abr. 2019.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. Cadastro da População **Adulta em Situação de Rua na cidade de Porto Alegre**. Fundação de Assistência Social e Cidadania. Porto Alegre/RS. 2012.

RIO DE JANEIRO, Prefeitura Municipal. **População em Situação de Rua em Tempos de COVID-19**. NESGD/DEP. Serviço Social (PUC-Rio); Universidade de Dundee (Escócia); Pastoral de Povo da Rua; Porto com Vida (OSC). Rio de Janeiro. 2020.

RITTEL, Hosrt W. J.; WEBBER, Melvon M. **Dilemmas in a General Theory of Planning**. Policy Sciences, Vol. 4, No. 2 (Jun., 1973), pp. 155-169 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4531523>. Acessado em: 09/02/2011.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. "Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua - crianças, adolescentes, jovens e famílias - na cidade do Salvador". Projeto Axé. Salvador. 2017.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Levantamento censitário e a caracterização socioeconômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo**. Secretaria de Assistência Social (SAS) de São Paulo. 2000.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Censo da População em Situação de Rua e caracterização econômica da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo**. Relatório do levantamento censitário. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). São Paulo. 2009.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Censo da População em Situação de Rua na municipalidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP); Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais (FESPSP). São Paulo. 2011.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Relatório completo do Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). São Paulo. 2015.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Relatório completo do Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). São Paulo. 2019.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Relatório completo do Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). São Paulo. 2021.

SEIDMANN, Susana et al. **Sociabilidades en los márgenes: Prácticas y representaciones sociales de personas en situación de calle en la Ciudad de Buenos Aires**. 2015.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. **Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática**. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 38, p. 662-679, 2018.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOTO-MÉNDEZ, Carolina. **La relación entre autonomía y vulnerabilidad en habitantes de calle: un reto para la bioética**. *Acta bioethica*, v. 25, n. 1, p. 95-102, 2019.

SPEAK, Suzanne. **Degrees of destitution: A typology of homelessness in developing countries**. *Housing studies*, v. 19, n. 3, p. 465-482, 2004.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C.M. M. **População de Rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1992.

VIVES, Juan Luis. **Tratado del socorro de los pobres**. Valencia: La Imprenta de Benito Monfort. 1781. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=7Su=-XINaTJwC&dq=Tratado%20de%20socorro%20aos%20pobres%E2%80%9D%20de%20Juan%20Luis%20Vives%2C%201526&lr&hl=pt-BR&pg=PP9#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 01/04/2022.



APÊNDICES

Foto: Savvapanf Photo/shutterstock.com

Apêndice A – Síntese da busca bibliográfica

REPOSITÓRIO	ESTRATÉGIA DE BUSCA	DATA DA BUSCA	Nº DE RESULTADOS	Nº DE ARTIGOS PARA LEITURA COMPLETA
SCIELO	(ti:(((pessoa* OR população) AND "Situação de rua") OR homeless* AND year_cluster:("2020" OR "2019" OR "2018" OR "2017" OR "2016" OR "2015")))	20/07/20	135	14
PERIÓDICOS CAPES	LINHA 1) no título: contém: ((pessoa* OR população) AND "Situação de rua") OR homeless* [AND]; LINHA 2) [AND] no título: contém: censo OR pesquisa OR census OR research Idioma: Inclui: português, inglês, espanhol, francês; Exclui: Tcheco, japonês, alemão. Tipo de recurso: Inclui: Artigos; Exclui: Resenhas.	17/08/20	334	26

Elaboração: Dapos/IPEDF.

Apêndice B - Rede de serviços ofertados à população em situação de rua no Distrito Federal

CREAS	RA ATENDIDAS	ENDEREÇO
CREAS BRASÍLIA	Plano Piloto, Lago Norte, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e Varjão	SGAS 614/615 Lote 104 (L2 Sul)
CREAS BRAZLÂNDIA	Brazlândia	A/E Nº. 01 LOTES K/L
CREAS CEILÂNDIA	Ceilândia, Sol Nascente/ Pôr do Sol	QNM 16 A.E. Módulo A.- Ceilândia Norte
CREAS DIVERSIDADE	Todas	SGAS 614/615 Lote 104 (L2 Sul)
CREAS ESTRUTURAL	Estrutural/SCIA e SIA	Área Especial 09-Setor central -
CREAS GAMA	Gama e Santa Maria	A.E. 11/13 Setor Central
CREAS NÚCLEO BANDEIRANTE	Riacho Fundo I, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Guarã	Av. Central, Área Especial, Lote E
CREAS PLANALTINA	Planaltina	A.E. - H LOTE 06 - Setor Central
CREAS SAMAMBAIA	Samambaia e Recanto das Emas	QN 419 A.E. 01 Samambaia Norte
CREAS SÃO SEBASTIÃO	São Sebastião e Jardim Botânico	Quadra 101 Área Especial S/N Administração Regional
CREAS TAGUATINGA	Taguatinga, Águas Claras, Riacho Fundo II, Vicente Pires e Arniqueira	A.E. Nº. 09 -Setor "D" Sul - Tag. Sul
CREAS SOBRADINHO	Sobradinho, Sobradinho II, Paranoá, Itapoã e Fercal	QD 06 A.E. Nº. 03 - Sobradinho

Centro Pop

CENTRO POP	RA	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO POR DIA	ENDEREÇO
TAGUATINGA	Taguatinga	100 pessoas	QNF 24 A/E nº 02 Mód. A - Taguatinga Norte
BRASÍLIA	Plano Piloto	150 pessoas	SGAS 903, Conjunto C

	SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO	PÚBLICO	CAPACIDADE	ENDEREÇO
SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DIRETA				
1	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ADULTOS E FAMÍLIAS - SAIAFA	Adultos, idosos, pessoas com deficiência e famílias	150 vagas	S 09 Lote 01/07 - Águas Claras
2	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES - SAIAM	Mulheres e Idosas em situação de desabrigo	35 vagas	QSD Área Especial 09, Setor D Sul, Taguatinga Sul
3	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS - SAIPI	Homens Idosos Independentes	37 vagas	QNF Área Especial, Taguatinga Norte
SERVIÇOS DA REDE COMPLEMENTAR				
1	INSTITUTO INCLUSÃO - CASA DE PASSAGEM 2	Homens adultos	46 vagas	QNM 10 Conjunto B Casa 03 - Ceilândia Norte
2	INSTITUTO INCLUSÃO - CASA DE PASSAGEM 3	Homens adultos	26 vagas	QNM 17 Conjunto E Lote 48 - Ceilândia Norte
3	INSTITUTO INCLUSÃO - CASA DE PASSAGEM 1	Mulheres e mulheres com filhos	30 vagas	QNO 05 Conjunto D Lote 43 - Ceilândia Norte
4	INSTITUTO INCLUSÃO - CASA DE PASSAGEM SÃO JOSÉ	Homens adultos	28 vagas	Quadra 19, Lote 31, São José - São Sebastião
5	INSTITUTO INCLUSÃO - CASA DE PASSAGEM SÃO FRANCISCO	Famílias	50 vagas	Rua 12 Lote 170, São Francisco - São Sebastião
6	INSTITUTO INCLUSÃO - CASA DE PASSAGEM BOSQUE	Homens adultos	35 vagas	Quadra 21 Rua 06 Lote 13, Bosque - São Sebastião
7	CASA DA CIDADANIA 1	Homens adultos	50 vagas	Rua 53 Casa 120 Bairro Vila Nova- São Sebastião
8	CASA DA CIDADANIA 2	Homens adultos	50 vagas	Rua 50 casa 130 Bairro Vila Nova - São Sebastião
9	INSTITUTO INCLUSÃO 1	Homens adultos	26 vagas	QNF 04 Lote 02 - Taguatinga Norte
10	INSTITUTO INCLUSÃO 2	Homens adultos	27 vagas	QNE 24 casa 05 - Taguatinga Norte
11	INSTITUTO INCLUSÃO 3	Homens adultos	50 vagas	QNB 05 Casa 10 a 12-- Taguatinga Norte
12	INSTITUTO TOCAR GUARÁ	Família e Mulheres com filhos	30 vagas	QE 15 conjunto Q casa 47 - Guará II
13	INSTITUTO TOCAR PLANALTINA	Homens adultos	78 vagas	Rua Alexandre Salgado, Quadra 20 lote 7A -
14	INSTITUTO TOCAR GAMA	Homens adultos	40 vagas	Quadra 2 conjunto A casa 401 Setor Norte
15	INSTITUTO TOCAR TAGUATINGA	Homens adultos	52 vagas	QNA 08 casa 23 - Taguatinga Norte

	RA INTEGRANTES	SEDES			SEJUS
		CREAS	CENTRO POP	UNIDADES DE ACOLHIMENTO	COMUNIDADES TERAPÊUTICAS
1	ÁGUAS CLARAS			Serviço de Acolhimento Institucional Adultos e Famílias (SAIAFA)	
2	ARNIQUEIRA				
3	BRAZLÂNDIA	CREAS Brazlândia			<ul style="list-style-type: none"> CT Esperança Fazenda da Esperança - Santa Bakhita
4	CANDANGOLÂNDIA				
5	CEILÂNDIA	CREAS Ceilândia		<ul style="list-style-type: none"> Instituto Inclusão - Casa de passagem (QNM 10) Instituto Inclusão - Casa de passagem (QNM 17) Instituto Inclusão - Casa de passagem (QNO 05) 	<ul style="list-style-type: none"> Renovando A Vida - RAV Abba Pai CT Fazenda do Senhor Jesus Mulheres de Deus CT El Shadai
6	CRUZEIRO				
7	FERCAL				
8	GAMA	CREAS Gama		Instituto Tocar Gama	
9	GUARÁ			Instituto Tocar Guará	Projeto Criação de Deus
10	ITAPOÃ			<ul style="list-style-type: none"> Berço da Cidadania - Casa da Cidadania 3 Berço da Cidadania - Casa da Cidadania 4 	
11	JARDIM BOTÂNICO				
12	LAGO NORTE				
13	LAGO SUL				
14	NÚCLEO BANDEIRANTE	CREAS Núcleo Bandeirante			
15	PARANOÁ				
16	PARK WAY				
17	PLANALTINA	CREAS Planaltina		Instituto Tocar	<ul style="list-style-type: none"> Associação Beneficente Caverna De Adulão Desafio Jovem de Brasília Centro de Reintegração Deus Proverá Vila Samaritana

	RA INTEGRANTES	SEDES			SEJUS
		CREAS	CENTRO POP	UNIDADES DE ACOLHIMENTO	COMUNIDADES TERAPÊUTICAS
18	PLANO PILOTO	CREAS Brasília	Centro Pop Brasília		
19	RECANTO DAS EMAS				CT Fazenda do Senhor Jesus
20	RIACHO FUNDO I			Instituto Toçar Planaltina	
21	RIACHO FUNDO II				
22	SAMAMBAIA	CREAS Samambaia			Instituto Novo Tempo
23	SANTA MARIA				Amai - Casa Sol Azul
24	SÃO SEBASTIÃO	CREAS São Sebastião		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto Inclusão - Casa de passagem São José ▪ Instituto Inclusão - Casa de passagem São Francisco ▪ Instituto Inclusão - Casa de passagem Bosque ▪ Berço da Cidadania - Casa da Cidadania 1 ▪ Berço da Cidadania - Casa da Cidadania 2 ▪ Cáritas 	Casa de Maria Magdala
25	SCIA/ESTRUTURAL	CREAS Estrutural			
26	SIA				
27	SOBRADINHO I	CREAS Sobradinho			
28	SOBRADINHO II				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro De Reintegração Mar Vermelho ▪ Centro de Reintegração Peniel
29	SOL NASCENTE/ PÔR DO SOL				
30	SUDOESTE/ OCTOGONAL				
31	TAGUATINGA	CREAS Taguatinga	Centro Pop Taguatinga	<ul style="list-style-type: none"> ▪ - Instituto Inclusão (QNF 04) ▪ - Instituto Inclusão (QNE 24) ▪ - Instituto Inclusão (QNB 05) ▪ - Instituto Toçar ▪ - Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres (SAIM) ▪ - Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos (SAIPI) 	Comunidade Terapêutica - Instituto Bom Samaritano-Maanaim
32	VARJÃO				
33	VICENTE PIRES				Instituto Crescer

Apêndice C - Distribuição dos questionários checados por região administrativa.



QUADRO 01

Distribuição dos quantitativos de questionários checados por região administrativa

REGIÃO ADMINISTRATIVA	QTDE.
ÁGUAS CLARAS	8
ARNIQUEIRA	9
BRAZLÂNDIA	2
CANDANGOLÂNDIA	2
CEILÂNDIA	48
CRUZEIRO	2
GAMA	21
GUARÁ	15
ITAPOÃ	1
JARDIM BOTÂNICO	1
LAGO NORTE	4
LAGO SUL	2
NÚCLEO BANDEIRANTE	10
PARANOÁ	7
PARK WAY	1
PLANALTINA	16
PLANO PILOTO	13
RECANTO DAS EMAS	7
RIACHO FUNDO	2
RIACHO FUNDO II	1
SAMAMBAIA	13
SANTA MARIA	3
SÃO SEBASTIÃO	7
SCIA/ESTRUTURAL	2
SIA	3
SOBRADINHO	12
SOBRADINHO II	1
SUDOESTE/OCTOGONAL	4
TAGUATINGA	35
VICENTE PIRES	8
TOTAL GERAL	260

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dipos/IPEDF.

Apêndice D - Gráficos e tabelas auxiliares


TABELA 02

Distribuição da população migrante por estado de origem, Distrito Federal, 2022

ESTADOS	Nº	%
GOIÁS	314	10,7
SÃO PAULO	313	10,7
MINAS GERAIS	226	7,7
BAHIA	187	6,4
MARANHÃO	146	5,0
PIAUI	107	3,6
PERNAMBUCO	68	2,3
PARÁ	58	2,0
AMAZONAS	49	1,7
CEARÁ	49	1,7
MATO GROSSO	49	1,7
RIO GRANDE DO NORTE	40	1,3
PARANÁ	39	1,3
SANTA CATARINA	29	1,0
TOCANTINS	29	1,0
ESPÍRITO SANTO	19	0,7
RIO DE JANEIRO	19	0,7
RONDÔNIA	19	0,7
PARAÍBA	10	0,3
ALAGOAS	10	0,3
RORAIMA	10	0,3
NÃO SABE	10	0,3
SUBTOTAL	1.802	61,3
NÃO SE APLICA	1.136	38,7
TOTAL	2.938	100,0

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dijos/IPEDF

**TABELA 03**

Distribuição das pessoas entrevistadas na rua por recebimento de benefício, Distrito Federal, 2022

CATEGORIAS	%
NÃO RECEBE	65,3%
RECEBE	33,6%
SEM INFORMAÇÃO	0,0%
NÃO SABE	0,2%
NÃO RESPONDEU	0,9%
TOTAL	100,0%

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dips/IPEDF

**TABELA 04**

Distribuição da população em situação de rua sem vínculo formal de trabalho por tempo sem vínculo de trabalho, Distrito Federal, 2022.

INTERVALOS DE TEMPO	Nº	%
NUNCA TRABALHOU	1.014	35,6
HÁ MENOS DE 6 MESES	49	1,7
ENTRE 6 MESES E 1 ANO	97	3,4
ENTRE 1 E 3 ANOS	255	9
ENTRE 3 E 5 ANOS	244	8,6
HÁ MAIS DE 5 ANOS	1.054	37
NÃO SABE	127	4,4
NÃO RESPONDEU	10	0,3
TOTAL	2.849	100

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais. 2022. Elaboração: Dips/IPEDF

**TABELA 05**

Distribuição da população em situação de rua que faz uso de drogas pela percepção dos efeitos nas atividades diárias, Distrito Federal, 2022

CATEGORIAS	Nº	%
NÃO ATRAPALHA	1.233	60,3
ATRAPALHA NO TRABALHO	538	26,3
ATRAPALHA NAS RELAÇÕES COM AS OUTRAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	499	24,4
ATRAPALHA NAS RELAÇÕES FAMILIARES	459	22,5
ATRAPALHA EM OUTRA SITUAÇÃO	117	5,7
NÃO SABE	29	1,4
TOTAL DE RESPONDENTES	2.045	

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais. 2022. Elaboração: Dijos/IPEDF

**TABELA 06**

Distribuição da população em situação de rua que faz uso de drogas pela frequência de uso semanal, Distrito Federal, 2022

CATEGORIAS	Nº	%
DE 1 A 2 VEZES NA SEMANA	382	18,7
DE 3 A 4 VEZES NA SEMANA	166	8,1
DE 5 A 6 VEZES POR SEMANA	58	2,9
TODOS OS DIAS DA SEMANA	1.360	66,5
NÃO RESPONDEU	10	0,5
NÃO SABE	68	3,3
TOTAL	2.045	100

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, resultados amostrais. 2022. Elaboração: Dijos/IPEDF

**TABELA 07**

Distribuição da população em situação de rua pelo número de familiares presentes no espaço da rua, Distrito Federal, 2022.

PARENTES	ENTREVISTADOS	%
1	103	37,5%
2	57	20,7%
3	41	14,9%
4	28	10,2%
5	16	5,8%
6	12	4,4%
7	7	2,5%
8	5	1,8%
9	1	0,4%
10	1	0,4%
11	1	0,4%
14	1	0,4%
20	1	0,4%
30	1	0,4%
TOTAL	275	

Fonte: IPEDF, Pesquisa Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, 2022. Elaboração: Dijos/IPEDF



ANEXO I - NOTA METODOLÓGICA CÁLCULO AMOSTRAL

Elaborada pela Qualitest
Inteligência em Pesquisa

Foto: Vietnam Stock Images/shutterstock.com

A metodologia de realização da pesquisa de caracterização da população em situação de rua, envolve a realização de uma pesquisa amostral, considerando critérios estatísticos de representatividade do todo pela amostra, que devido a quantidade de pessoas em situação de rua na cidade além de riscos desnecessários como a dupla entrevista com a ampliação do tempo para a realização das mesmas, uma vez que o anonimato é um dos critérios básicos do censo, seria inviável a aplicação de extenso questionário a todo universo dessa população.

Serviram de base para definição da amostra, o número resultante da contagem censitária, que foi realizada na primeira etapa deste projeto, e subsidiaram a elaboração dos planos amostrais.

Para estimar as proporções de determinados atributos levantados por meio de questionário estruturado, utiliza-se a seguinte fórmula para o cálculo do tamanho da amostra (amostragem aleatória simples):

$$n = \frac{Np(1-p)z_{\alpha/2}^2}{p(1-p)z_{\alpha/2} + (N-1)\epsilon^2}$$

Onde N é quantidade estimada de PSR; n é o tamanho da amostra; $p(1-p)$ é a variabilidade do atributo na população; z é a abscissa de uma distribuição normal padrão, que representa o grau de confiança; e ϵ é o erro amostral (Bolfarine e Busab, 2005).

Para determinar a quantidade de pessoas em situação de rua a ser amostrada, utilizou-se a fórmula de amostragem aleatória simples para população finita, considerando uma margem de erro de 5,4%, um intervalo de confiança de 95% e $p = 50\%$ (valor que maximiza o tamanho da amostra). As tabelas a seguir demonstram a distribuição amostral.

**TABELA 01**

Distribuição amostral por local e sexo

SITUAÇÃO	MASCULINO	FEMININO	AMOSTRA
RUA	166	37	203
CENTRO DE ACOLHIDA	78	19	97
TOTAL	244	56	300

**TABELA 02**

Distribuição amostral por Região Administrativa e situação "Rua"

REGIÃO ADMINISTRATIVA	AMOSTRA
PLANO PILOTO	101
CEILÂNDIA	35
TAGUATINGA	25
GUARÁ	17
GAMA	14
PLANALTINA	11
GERAL	203

**TABELA 03**

Distribuição amostral por Serviço de Acolhimento e situação "Acolhido"

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO	MÉDIA
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ADULTOS E FAMÍLIAS - SAIAFA	32
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES - SAIAM	12
INSTITUTO TOCAR (PLANALTINA)	18
INSTITUTO TOCAR (TAGUATINGA)	14
INSTITUTO INCLUSÃO - CASA DE PASSAGEM BOSQUE (SÃO SEBASTIÃO)	12
BERÇO DA CIDADANIA - CASA DA CIDADANIA 4 (QUÁDRA 02 - ITAPOÃ I)	9
GERAL	97



Fundo de População
das Nações Unidas



Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal